

PÂMELA REGINA JUNG

**O MERCADO DE TRABALHO E O JOVEM
TRABALHADOR NO “SALA DE EMPREGO” DO JORNAL
HOJE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr.^a Mariléia Maria da Silva.

**FLORIANÓPOLIS
2015**

J95m Jung, Pâmela Regina

O mercado de trabalho e o jovem trabalhador no “sala de emprego” do
Jornal Hoje / Pâmela Regina Jung. – 2015.

207 p. il. ; 21 cm

Orientadora: Mariléia Maria da Silva

Bibliografia: p. 189-199

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Florianópolis, 2015.

1. Mercado de trabalho. 2. Jovens. 3. Televisão. I. Silva, Mariléia Maria da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Educação . III. Título.

CDD: 331.12 - 20. ed.

PÂMELA REGINA JUNG

**O MERCADO DE TRABALHO E O JOVEM TRABALHADOR
NO “SALA DE EMPREGO” DO JORNAL HOJE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Orientadora: _____
(Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da Silva)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membro: _____
(Prof.^a Dr.^a Olinda Evangelista)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro: _____
(Prof.^a Dr.^a Ademilde Silveira Sartori)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membro: _____
(Prof.^a Dr.^a Ana Maria Hoepers Preve)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

FLORIANÓPOLIS, 05/09/2014

Especial e carinhosamente à
Solange, Lucas, Camila, Gilberto e
Eduardo.
De quem e por quem tenho muito amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, por todo o carinho e palavras de incentivo durante a trajetória dessa pesquisa. À minha mãe Solange, minha primeira professora, por quem nutro uma grande admiração. Aos meus irmãos Lucas e Camila, nos quais percebo a melhor parte de mim, me fazendo ser cada dia melhor para ser o exemplo que merecem. Ao meu pai Gilberto, por quem tenho muito amor.

Ao meu querido Eduardo, por todas as demonstrações de carinho e apoio.

À minha orientadora Mariléia Maria da Silva, que me orientou desde o período da iniciação científica, agradeço por toda a dedicação e paciência.

Às professoras Olinda Evangelista e Ademilde Sartori, por disponibilizarem seu tempo para a leitura e avaliação deste trabalho, tanto na qualificação do projeto quanto na defesa desta dissertação. Muito obrigada por suas contribuições.

À professora Marilda Rodrigues, por ter me incentivado a realizar essa pesquisa, mostrando-se sempre disposta a ajudar.

A todos os professores que compõem o Programa de Pós-Graduação em Educação na Udesc, pelos ensinamentos em aulas, por todo trabalho que fazem para manter a qualidade do programa e por terem concedido o tempo necessário para a conclusão dessa pesquisa.

Às minhas amigas e amigos, especialmente Elaine, Paula e Julianna, por todo o carinho, apoio e risadas.

RESUMO

JUNG, Pâmela Regina. **O mercado de trabalho e o jovem trabalhador no “Sala de Emprego” do Jornal Hoje**. 2014. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

A presente dissertação objetivou desenvolver um estudo a respeito do discurso da mídia televisiva sobre o mercado de trabalho para os jovens. Tendo em vista as atuais transformações no interior do mundo do trabalho das quais destacamos o desemprego estrutural e a crescente precarização das condições de trabalho que atingem, sobretudo, a faixa etária jovem. Buscamos compreender como está ocorrendo a manutenção do consenso em torno da perspectiva neoliberal que apregoa a responsabilização dos próprios trabalhadores em adquirir condições de “empregabilidade” por meio da aquisição de “competências” como a solução para o desemprego. Tratando-se das estratégias de manutenção do consenso destacamos o papel dos meios de comunicação, notadamente da mídia televisiva, na propagação da ideologia dominante. A partir disso, buscamos compreender como se constrói e do que se constitui o discurso da mídia televisiva a respeito do mercado de trabalho para os jovens. No intuito de atingirmos esse resultado estabelecemos como objeto de pesquisa o discurso do quadro “Sala de Emprego”, exibido dentro do repertório do telejornal “Jornal Hoje” da “Rede Globo” de Televisão. Estipulamos como recorte temporal as edições do quadro veiculadas entre os meses de maio de 2012 a maio de 2013 e, dentro desse conjunto, selecionamos para análise as edições que faziam menção aos jovens (implícita ou explicitamente) objetivando: compreender de que forma as

demandas do capital em relação aos jovens trabalhadores estão sendo sistematizadas no quadro “Sala de Emprego”; analisar os pressupostos sobre os quais o discurso da mídia televisiva está fundamentado; analisar os conceitos de qualificação, empregabilidade e empreendedorismo presentes neste discurso assim como, analisar o perfil de jovem trabalhador e o retrato do atual mercado de trabalho delineados pelo programa. Pautamos nossa investigação, no aspecto metodológico, pela Análise de Conteúdo e a sustentamos teoricamente no conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia em Gramsci o que possibilitou a compreensão de como a mídia televisiva tem atuado na manutenção do consenso em torno da ideologia neoliberal que apregoa a responsabilização individual pela conquista de um lugar no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Jovens. Mercado de trabalho. Mídia televisiva.

ABSTRACT

JUNG, Pâmela Regina. **The labor market and the young worker in "Sala de Emprego" from "Jornal Hoje"**. 2014. 198. Paper (Master Degree in Education) University of Santa Catarina State. Master Degree in Education Program, Florianópolis, 2014.

This master's thesis aimed to develop a study about the discourse of television media on the labor market for young people. Considering the transformations in the world of work, especially structural unemployment and increasing of job insecurity affect mainly the young people. We seek to understand how the maintenance of consensus around the neoliberal perspective that emphasized the responsibility to achieve conditions of "employability" it is up to the workers, through the acquisition of "skills" as a solution to unemployment. In terms of maintenance of consensus we emphasize the primary role of the media, especially the television media, regarding propagation of the dominant ideology. From this premise we seek to understand how and which shapes the discourse of television media about the labor market for young people. In order to achieve this goal we have established as a research subject's the program "Sala de Emprego" featured on TV news "Jornal Hoje" from Rede Globo of Television. We stipulate as temporal cut the editions of the program from May 2012 to May 2013 and, inside this period, we selected for analysis the issues that correlate the young people (implicitly or explicitly) with the objectives: understand how the demands of capital in relation to young people are being systematized in the program "Sala de Emprego"; analyze the assumptions on which the discourse of television media is based; analyze the concepts of qualification, employability and entrepreneurship present in this television

media speech as well to analyze the profile of young worker and the image of labor market painted by the program. We have guided our research, the methodological aspect, the Content Analysis and theoretically sustain by the concept of Devices Deprived of Hegemony by Gramsci which allowed the understanding of how the television media has played in maintaining consensus around the neoliberal ideology that proclaims individual responsibility for a winning place in the labor market.

Key-words: Young people. Labor market. Television media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Convidados do quadro “Sala de Emprego”.....	201
Quadro 2 - Fontes dos indicadores utilizados no quadro “Sala de Emprego”.....	203
Quadro 3 - Reportagens selecionadas para análise.....	205

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRES	Associação Brasileira de Estágios
A/JH	Apresentadora do Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
A/SE	Apresentadora do Sala de Emprego / Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
Aor / JH	Apresentador Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C	Convidado (a) / Sala de Emprego / Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados / Ministério do Trabalho e Emprego / Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos / PRONATEC / MEC
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
E	Entrevistado (a) / Sala de Emprego / Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificações de Competências de Jovens e Adultos
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INPG	Faculdade Business School / Brasil

INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa / São Paulo / Brasil
JH	Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
MEC	Ministério da Educação
N	Narrador (a)
NUBE	Núcleo Brasileiro de Estágios
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento / Brasil / 2007
PDMs	Políticas de Desenvolvimento do Milênio
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
R	Repórter
RH	Recursos Humanos
SE	Sala de Emprego / Jornal Hoje / Rede Globo de Televisão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Nacional do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do

	Cooperativismo
TCH	Teoria do Capital Humano
TCS	Teoria do Capital Social
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	O QUADRO SALA DE EMPREGO: QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS	31
2.1	A EMPÍRIA	31
2.1.1	O perfil do Jornal Hoje	32
2.1.2	O quadro Sala de Emprego	37
2.1.3	Os “especialistas” convidados para o “Sala de Emprego”	37
2.1.4	Os entrevistados no “Sala de Emprego”	38
2.1.5	As fontes e os indicadores que embasam o discurso do “Sala de Emprego”	39
2.1.6	A coleta do material empírico e a técnica de análise	40
2.2	PRINCIPAIS CONCEITOS	43
2.2.1	Linguagem	43
2.2.2	Discurso	48
2.2.3	Ideologia	50
2.2.4	Hegemonia	56
2.2.5	Estado ampliado e sociedade civil	62
3	A QUALIFICAÇÃO PARA O EMPREGO, PARA A EMPREGABILIDADE E PARA A SOBREVIVÊNCIA: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E NEOLIBERAL DE TERCEIRA VIA	69
3.1	A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA	69

3.2 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO NEOLIBERAL	78
3.3 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA	82
4 O MERCADO DE TRABALHO E O TRABALHADOR DESEJÁVEL RETRATADOS NO QUADRO “SALA DE EMPREGO”: O DISCURSO DA OPORTUNIDADE....	101
4.1 OPORTUNIDADE DE SER EMPREGADO	101
4.2 OPORTUNIDADE DE EMPREENDER O PRÓPRIO NEGÓCIO	121
4.3 OPORTUNIDADE DE CONSTRUIR A EMPREGABILIDADE	126
4.3.1 Empregabilidade pela aquisição de experiência: trabalho temporário; voluntário; estágios e <i>trainees</i>.....	128
5 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA “SALA DE EMPREGO”: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO SOB A NOÇÃO DAS COMPETÊNCIAS.	139
5.1 O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO E A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA	139
5.2 A SIGNIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISCURSO DO QUADRO "SALA DE EMPREGO"	163
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS.....	189
APÊNDICES	201
APÊNDICE A	201
APÊNDICE B.....	203
APÊNDICE C	205

1 INTRODUÇÃO

As condições atuais do mercado de trabalho, marcadas pelo desemprego e precarização das relações trabalhistas — combinadas à proposta neoliberal que apregoa a responsabilização dos próprios trabalhadores em adquirir condições de “empregabilidade” por meio da aquisição de “competências” como a solução para o desemprego —, atinge, sobretudo, a faixa etária jovem. Consideramos que o eixo central dessa proposta advém da Teoria do Capital Humano, que se constitui como um discurso nodal na atualidade, o qual sintetiza as demandas do sistema capitalista. Dentro desse contexto temos os meios de comunicação, em especial a televisão, atuando como aparelhos privados de hegemonia e contribuindo para consolidar a ideologia burguesa.

A primeira metade do século XX se caracterizou por um próspero período de acumulação por intermédio do modelo de produção taylorista/fordista, submetendo os trabalhadores a uma acentuada divisão e especialização do trabalho. Contudo, a partir dos anos 1960, as taxas de lucro passaram a diminuir progressivamente, denunciando uma crise no sistema de produção capitalista e a decadência do modelo de acumulação, culminada nos anos de 1970. As relações capital-trabalho pelas quais a atual geração juvenil está sujeita guardam uma íntima ligação com essa crise, cuja principal expressão foi, de acordo com Antunes (2000), o enfraquecimento do modelo taylorista/fordista de acumulação gerado, sobretudo, pela incapacidade deste padrão em atender às novas demandas do capital - cuja característica principal passa a ser a flexibilidade e não mais a rigidez (HARVEY, 1994).

Do ponto de vista da reorganização do Estado para fazer frente à crise do capital, Shiroma, Moraes e Evangelista (2002) salientam que os governos de Margaret Thatcher na

Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos inauguram o modelo neoliberal por meio da desregulamentação, da privatização, da flexibilização e do Estado-mínimo. Durante os anos de 1980, os Organismos Internacionais (entre eles o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) propuseram um conjunto de reformas conhecidas como Consenso de Washington. A conformidade destas ideias aceitas e naturalizadas sem grandes questionamentos entre os governos latinos determinou os rumos da economia e, em grande proporção, as políticas educacionais.

No Brasil, o modelo econômico neoliberal começou a ser posto em prática com o Governo Collor (1990-1992), que inseriu na economia brasileira os padrões utilizados pela reestruturação econômica global. A desvantagem tecnológica levou à busca por estratégias de competitividade, entre elas a retomada de alguns conceitos e concepções da Teoria do Capital Humano, amplamente utilizada nas políticas educacionais do regime militar, considerando a educação um requisito primordial para a competitividade entre os países.

Disseminou-se a ideia de que para “sobreviver” à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os *códigos da modernidade*. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 56, grifos dos autores).

Ou seja, estava posta a necessidade de qualificar a força de trabalho conforme as mudanças concretas na organização do trabalho e nas possibilidades de emprego.

De acordo com Antunes (2000), no contexto da reestruturação produtiva as novas formas de gestão e organização comportam intensas inovações tecnológicas, e seu manejo precisa ser dominado pelos trabalhadores, cuja multifuncionalidade, criatividade, flexibilidade e polivalência são propagadas como requisitos primordiais para garantia da inserção e permanência no mercado de trabalho. Ainda nessa

perspectiva, delega-se aos próprios trabalhadores a responsabilidade de adquirir condições de *empregabilidade*, por meio da aquisição de *competências* como um trunfo para a sua inserção no mercado de trabalho.

Diante desse quadro, a tônica dos discursos que são veiculados na sociedade e fazem parte das políticas de qualificação profissional e das propostas educacionais é ao mesmo tempo culpar o trabalhador pela sua falta de qualificação para os postos de trabalho “disponíveis”, insistir na necessidade de o sujeito ser autônomo, competente, empreendedor e de acumular o máximo de conhecimentos considerados necessários para se manter em condições de empregabilidade (DREWINSKI, 2009, p. 90).

Esse quadro revela o deslocamento da resolução do problema do desemprego para os sujeitos, uma vez que, conforme os interesses capitalistas, o Estado se exime de promover e executar políticas efetivas de geração de emprego e renda, mas ao mesmo tempo destina verbas públicas para financiar programas de estímulo ao empreendedorismo (MONTAÑO, 2002). Os altos índices de desemprego constatados na maioria dos países capitalistas, inclusive no Brasil, fazem contestar a afirmação de que uma população “competente” e “empregável” seria capaz por si só de acabar com o desemprego.

Estudos realizados na primeira década do século XXI apontam que atualmente os jovens sofrem com altas taxas de desemprego, ocupação precária, baixa remuneração e rotatividade, uma vez que as empresas estão demitindo para contratar empregados com salários mais baixos e piores condições de trabalho.

Em pesquisa divulgada pela OIT em 2012, foram mostradas taxas mundiais elevadas de desemprego e previsões de oportunidades de emprego insuficientes para todos os

trabalhadores, sobretudo para os jovens. De acordo com o estudo, no ano de 2011, 74,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados em todo o mundo, o que corresponde à taxa de 12,7%. Segundo a organização, as chances dos jovens ficarem desempregados aumentam em três vezes se compararem os adultos na mesma condição. Ainda segundo a OIT (2012), a situação é pior nos países dependentes — nos quais são maiores os índices de desemprego juvenil, assim como os índices de contratos temporários e contratos em tempo parcial.

No ano seguinte, a organização dedicou um relatório específico para as tendências mundiais do emprego juvenil, apontando a crise de emprego com a qual convive a atual geração de jovens. De acordo com o documento, o desemprego atinge cerca de 73 milhões de jovens entre 15 e 24 anos em todo o mundo. A estimativa é de que a taxa de desemprego seguirá acima de 17% até 2015, caindo para 15,9% em 2018 (OIT, 2013).

É certo que, como nos lembra Silva (2010a), o fato de termos melhorado os índices de escolarização da população brasileira, tendo como parâmetro décadas anteriores, não nos autoriza dizer que tenhamos atingido um patamar ideal de incorporação da população em idade escolar. O estudo da autora a respeito das redes de relações sociais, utilizadas como um recurso na disputa por espaço no mercado de trabalho, evidencia a fragilidade dos discursos que reafirmam a exclusividade da elevação da escolaridade como garantia de obtenção de emprego.

Nas palavras da autora (SILVA, 2010a, p. 245),

a exigência por mais qualificação — como condição para a efetivação de um contrato de emprego — convive, lado a lado, com um mercado de trabalho progressivamente excludente e debilitado.

Entendemos que a *resposta capitalista* para a crise de acumulação do modo de produção vigente tem agido na superficialidade do padrão de acumulação sem alterar as bases do modo de produção capitalista, ou seja, “reorganizar seu ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais” (ANTUNES, 2000, p. 36). Essa reorganização se baseou na transição do antigo padrão para novas formas de acumulação mais flexíveis, gerando mudanças significativas para o contexto produtivo, notadamente em efeitos sociais como a seletividade, a precariedade e a exclusão, uma vez que a crescente dispensa de mão de obra prejudica o trabalhador na negociação pela venda de sua força de trabalho.

É corrente, no que dizemos em relação ao mundo do trabalho, a ideia de que está posta a necessidade de um novo perfil profissional para fazer frente às demandas da sociedade globalizada, e que o desemprego, sobretudo entre os jovens, seria resultado dessa falta de qualificação para acessar os novos postos de trabalho. No entanto, tal noção tem servido para justificar um discurso que delega ao indivíduo as responsabilidades pela sua formação e inserção no mercado de trabalho, e que o aproxima da noção de competência, do ideário da empregabilidade e, mais recentemente, do “sonho empreendedor”.

Para Rummert (2009, p. 209),

Trata-se, na realidade, de um histórico trabalho pedagógico permanentemente ressignificado, que confere diferentes conteúdos à formação sistemática e assistemática do trabalhador social, visando assegurar a reprodução das bases de uma organização societária centrada nos paradigmas da modernização conservadora.

De acordo com Rummert (JAMESON, 1994 apud RUMMERT, 2009, p. 209, grifos da autora), dentre os vários aspectos que consolidam esse processo pedagógico, circunda o campo da “cultura-ideologia que se pretende hegemônica, do

ethos público pelo ethos empresarial”. Para a autora, esse *ethos* deriva desta matriz econômica, ambos constituídos pelos valores da competitividade, produtividade e empreendedorismo, cujo questionamento é dificultado pelo implacável argumento da globalização como requisito imprescindível para se atingir um elevado padrão de modernidade. Nesse mesmo viés teórico encontramos os discursos que propagam uma relação de causa e efeito entre baixa escolaridade e pobreza, sendo a primeira consequência imediata da segunda, ou ainda, “fundamentalmente, do reduzido acúmulo de ‘capital humano’ por parte dos pobres, especialmente por seu baixo nível de escolaridade” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007 apud RUMMERT, 2009, p. 210).

Atribuir responsabilidade pela superação da pobreza aos indivíduos é uma abordagem ideológica que, segundo Rummert (2009, p. 210-211), ignora as condições estruturais próprias do sistema capitalista:

Transfere-se, assim, para a classe trabalhadora a responsabilidade por qualificar-se de modo a superar, em curto prazo de tempo, e de forma adequada às necessidades do modelo socioeconômico, a situação de destituição de direitos, bem como a decorrente precarização da vida, ambas derivadas das próprias características estruturais do modo de produção capitalista.

Cabe, portanto, avaliar como está ocorrendo a consolidação do consenso de que a qualificação e o empreendedorismo seriam a forma mais eficaz de combate ao desemprego, sobretudo entre os jovens trabalhadores.

De acordo com Rummert (2009, p. 212),

[...] um dos mais importantes aparelhos de hegemonia – o conjunto dos meios de comunicação de massa – desempenha papel essencial na difusão/consolidação da crença de

que a educação constitui a solução mágica para a superação das desigualdades estruturais.

Para Rummert (2009, p. 213), os meios de comunicação de massa são elementos centrais nos processos de formação das atitudes necessárias às diferentes configurações das sociedades capitalistas, uma vez que se revela como uma profícua estratégia para consolidação do consenso “necessário aos novos paradigmas socioeconômicos que se tornaram hegemônicos no Brasil a partir da década de 1990”.

Portanto, considerando a mídia televisiva como a mais consumida pelos brasileiros¹, precisamos aprofundar as análises quanto ao papel que esse meio de comunicação tem exercido nesse contexto.

De acordo com Machado (1998, p. 8, grifos do autor), a televisão se faz tão presente na sociedade atual

[...] que nada lhe pode ser ‘exterior’, pois tudo o que acontece de alguma forma pressupõe a sua mediação, acontece, portanto, *para a tevê*. Aquilo que não passa pela mídia eletrônica torna-se estranho ao conhecimento e à sensibilidade do homem contemporâneo.

Diante do exposto, problematizamos como se constrói e do que se constitui o discurso da mídia televisiva sobre o mercado de trabalho para os jovens mediante a análise do quadro “Sala de Emprego”, exibido dentro da programação do telejornal *Jornal Hoje*² da Rede Globo de Televisão, entre maio de 2012 e maio de 2013.

Estamos considerando a mídia televisiva como um aparelho privado de hegemonia. Dito de outra forma é um

¹O meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas revistas (0,3%) - outras respostas somam 0,8% (BRASIL, 2014a).

²Doravante chamado de *JH*.

espaço pedagógico que ajuda a formar e consolidar o consenso em torno desse novo tipo de trabalhador que está sendo requerido no contexto da atual reestruturação produtiva, bem como uma determinada representação do mundo do trabalho para os jovens.

Nesse sentido, objetivamos especificamente: (1) compreender de que forma as demandas do capital em relação aos jovens trabalhadores estão sendo sistematizadas no quadro “Sala de Emprego”; (2) analisar os pressupostos sobre os quais o discurso da mídia televisiva está fundamentado; (3) analisar os conceitos de qualificação, empregabilidade e empreendedorismo presentes no discurso da mídia televisiva; (4) analisar o conceito de jovem trabalhador presente nesse discurso.

Para apreender a problemática sob a ótica apontada no presente texto, utilizamos um referencial teórico que considera a totalidade das relações que se estabelecem no sistema capitalista e, particularmente, as transformações no padrão de acumulação produtiva a partir da crise de 1970, perspectiva adotada por autores como: Harvey (1994); Antunes (2000; 2009; 2010); Alves e Antunes (2004); Shiroma, Moraes e Evangelista (2002); Lima e Martins (2005); Frigotto (2008). No que diz respeito às discussões sobre a mídia como aparelho privado de hegemonia, adotaremos os estudos de Rummert (2007; 2009); Neves (2005).

Além do referencial teórico, procuramos identificar pesquisas que discorressem sobre o discurso da mídia televisiva acerca do mercado de trabalho para os jovens. Para tanto, realizamos um levantamento na produção acadêmica sobre esse tema. Tomamos como fonte de investigação as teses e dissertações disponíveis no Banco de Dados da Capes, defendidas entre os anos de 2003 e 2012, bem como os trabalhos aceitos ou encomendados pelo Grupo de Trabalho - Educação e Comunicação (GT-16) da ANPED, no mesmo período.

Inicialmente empreendemos uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes na área de Educação, utilizando diferentes combinações das palavras-chave: Mídia, Televisão, Juventude, Jovens, Trabalho, Educação, Emprego, Discurso Midiático. A partir da leitura e análise dos resumos das produções selecionadas, identificamos que os trabalhos tratavam ora do trabalho para os jovens, ora da mídia televisiva. Destes, apenas um trabalho envolvia jovens, mídia televisiva e trabalho: a dissertação de Isabela Ruberti, defendida no ano de 2010, intitulada **Educação e telejornalismo: Jornal Hoje e as notícias sobre qualificação para o trabalho**. Como pode ser inferida a partir do título, essa pesquisa tratou mais especificamente de notícias sobre jovens e qualificação para o trabalho. Por tudo isso, apontamos a escassez de trabalhos que abordem as categorias mercado de trabalho, mídia televisiva e jovens de forma articulada dentro da área de estudos da Educação.

No que tange à organização, esse trabalho está dividido em mais quatro capítulos, além desse capítulo introdutório. No primeiro, descrevemos a metodologia utilizada na pesquisa, abordamos os principais conceitos que serviram de base para a análise do material coletado e traçamos brevemente um panorama histórico do *JH* e da origem do quadro “Sala de Emprego”, assim como algumas características que ajudam a esclarecer o conteúdo, o formato e os objetivos desse telejornal e, conseqüentemente, do quadro analisado.

No segundo, buscamos analisar os diferentes significados e funções atribuídas ao conceito de qualificação profissional decorrentes das transformações nos modelos de produção e organização do trabalho e do Estado.

No terceiro, procuramos apresentar o retrato do mercado de trabalho e do trabalhador desejável feito pelo quadro “Sala de Emprego”, confrontando-o com as considerações de alguns autores que abordam, analisam e

retratam o panorama atual do mercado de trabalho brasileiro a partir de uma perspectiva crítica.

No quarto, analisamos a concepção de qualificação profissional no "Sala de Emprego", tendo em vista a expressividade desta noção na composição do discurso deste quadro. Manifestamos tal expressividade não exatamente pelo aparecimento do vocábulo qualificação propriamente dito, mas pelos termos tidos por esse discurso como análogos: preparação, formação, competência, habilidade e curso.

2 O QUADRO SALA DE EMPREGO: QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo, descrevemos a metodologia utilizada na pesquisa, assim como abordamos os principais conceitos que serviram de base para a análise do material coletado. Para tanto, julgamos necessário primeiramente definir os conceitos de linguagem e discurso.

Ao expormos o conceito de linguagem, apontamos alguns elementos que compõem o entendimento do lugar que a linguagem ocupa na configuração da sociedade atual, tanto para as teorias do movimento denominado “virada linguística” vinculadas à perspectiva “pós-moderna” quanto para o viés teórico fundamentado no materialismo histórico dialético, com o qual estamos de acordo.

Entendemos a mídia televisiva como um Aparelho Privado de Hegemonia, conceito abordado ao longo da exposição dos conceitos de Hegemonia, Estado Ampliado e Sociedade Civil, todos na perspectiva gramsciana. Ressaltamos que a apresentação de tais conceitos possui apenas cunho metodológico, que procura elucidar o sentido de nossa exposição, tendo em vista que a obra gramsciana é formada por um amplo conjunto de conceitos e relações de diversas áreas e que são intimamente interligados.

2.1 A EMPIRIA

Neste tópico, pretendemos traçar brevemente um panorama histórico do *JH* e da origem do quadro “Sala de Emprego”, assim como algumas características que ajudam a esclarecer o conteúdo, o formato e os objetivos desse telejornal e, conseqüentemente, do quadro analisado.

2.1.1 O perfil do Jornal Hoje

Tendo em vista nosso objetivo de contribuir na discussão sobre o conteúdo do discurso da mídia televisiva sobre o mercado de trabalho para os jovens (não ignorando a necessidade de um recorte inicial para a análise, haja vista a dificuldade de trabalharmos com objeto tão vasto e complexo), nossa primeira tarefa compreendeu selecionar a emissora e o programa que seriam utilizados como material empírico.

A unanimidade estava por ora apenas na premissa de que o canal que escolheríamos deveria compor o elenco da programação de TV aberta³, objetivando selecionarmos um programa com o maior índice de audiência possível. Isso porque os sistemas televisivos possuem especificidades nos diferentes países, e no Brasil a TV aberta possui uma abrangência bastante significativa. Para milhões de telespectadores, o telejornalismo apresentado pela TV aberta ocupa lugar de destaque como a principal fonte de informação.

De acordo com Ruberti (2010), dentre as emissoras que compõem a TV aberta no Brasil a Rede Globo de Televisão ocupa o primeiro lugar absoluto nos índices de audiência. O canal atinge cerca de 50% dos telespectadores entre as sete e 24 horas. Ainda que no passado os índices de audiência fossem ainda maiores, a verdade é que essa emissora vem mantendo uma liderança histórica. De acordo com uma pesquisa sobre os hábitos de consumo de mídia (BRASIL, 2014a), os gêneros televisivos mais assistidos são a telenovela e o telejornal.

Com este propósito, assistimos aos programas da emissora que se enquadram nos dois gêneros para detectar qual deles trata com mais frequência das temáticas "jovens" e "mercado de trabalho", e identificamos que o *JH* não só trata do assunto como veicula semanalmente um quadro chamado "Sala de Emprego", visando abranger especificamente o tema

³O termo "TV aberta" é comumente utilizado para designar o conjunto de canais de televisão transmitidos gratuitamente no país.

mercado de trabalho, acabando por vezes contemplando especificamente o jovem trabalhador.

O *JH* é um dos telejornais mais antigos da Rede Globo de Televisão. Sua primeira exibição data de 1971 e inicialmente era exibido unicamente no Rio de Janeiro. A partir de 1974 passou a ser exibido para todo o país. Embora a principal referência no gênero jornalístico da Rede Globo seja o *Jornal Nacional*, estreado em 1969, o *JH* também alcança os maiores índices de audiência do horário de sua exibição.

Seu formato, em sua gênese, buscava veicular uma revista diária⁴, exibindo matérias sobre arte, espetáculos e entrevistas, crônicas, críticas cinematográficas, novidades musicais etc. No ano de 1981, modernizou seu cenário e introduziu as entrevistas fora do estúdio, modo de entrevistar inovador para a época. Em 1991, o cenário e o formato foram novamente alterados. O programa começou a veicular mais notícias, além de inovar, colocando duas mulheres como apresentadoras. No mesmo ano, entrou no repertório do programa um quadro sobre beleza, cultura e entrevistas com personalidades em Londres. Em 1999, o *JH* passou a ser apresentado a partir dos novos estúdios da Rede Globo em São Paulo. No ano de 2003, segundo o histórico do próprio *JH* (2010):

O *JH* muda a linguagem e o conteúdo para resgatar sua vocação, que é de um telejornal- revista. Assim, voltam às entrevistas especiais, os temas de comportamento humano, social e ético ganham destaque, bem como as reportagens sobre cultura.

Desde então o programa tem seguido a mesma linha, utilizando uma linguagem verbal mais próxima possível do coloquial, objetivando fazer uma revista na TV.

⁴De acordo com Ruberti (2010), o formato de revista diária procura levar até o telespectador informação, diversão e cultura.

Como ressalta Ruberti (2010, p. 33, grifos da autora):

O JH trabalha com reportagens factuais, mas também é conhecido por ser um telejornal mais "light" e mais descontraído, geralmente tratando de assuntos como moda, comportamento geral, arte, cultura e culinária, além de dicas para o cidadão brasileiro. As questões sobre educação e mercado de trabalho também passaram a ocupar um espaço basilar na produção do noticiário. Nessa condição, o *Jornal Hoje* é uma espécie de jornal eletrônico diferenciado.

Conforme a autora, o diferencial do *JH* está no seu formato mais intimista e “alegre” que os outros jornais, utilizando uma linguagem verbal cada vez mais em forma de conversa, tanto entre os apresentadores e repórteres quanto com o telespectador. De forma simples, os apresentadores direcionam a fala ao seu público, como se fossem obter uma resposta. O apresentador, por exemplo, inicia a reportagem olhando para a câmera e perguntando: “Você está insatisfeito com o seu emprego? Acha que está na hora de mudar?”. Em seguida, dirigindo-se à colega apresentadora, ressalta: “Não é nosso caso, né, S.?!”. Ao que ela responde sorrindo: “Não mesmo”.

Em conversa citada por Ruberti (2010), a então editora-chefe do *Jornal Hoje*, Teresa Garcia, informou à pesquisadora que o público do jornal é formado por pré-adolescentes, público economicamente ativo e pessoas da terceira idade.

De acordo com Ruberti (2010, p. 135),

Teresa Garcia também deixou claro ao tratar da relação entre educação e trabalho no JH que é a demanda da audiência, ou seja, o interesse do público que faz com que essas reportagens sejam pautadas com frequência, já que faz muito sucesso, ou ainda, trata-se do quadro de maior sucesso do telejornal. Fato que revela a necessidade do público em estar informado sobre as exigências do mercado de trabalho.

Um segundo elemento importante, extremamente atual, percebido não só no *JH*, mas em vários outros telejornais e na programação em geral é a busca pela participação do público. De acordo com Ruberti (2010), a necessidade de mais interação entre emissor e receptor é fruto da chegada da internet nos anos de 1990, que trouxe a possibilidade de utilização do mundo virtual. O *JH* tem demonstrado ao longo dos anos o interesse em incluir essa participação no seu formato e conteúdo.

Ruberti (2010, p. 41) afirma que na época do seu estudo [...] os telespectadores não interferiam na construção do telejornal, não entravam em contato direto com os apresentadores, redatores ou editores. Eles apenas eram convidados a entrar no endereço eletrônico do jornal para “sugerir” pautas de matérias de seu interesse. Isto ocorre por e-mail, telefone (cada vez mais raro e difícil) e às vezes através das salas de bate-papo com os apresentadores, geralmente no aniversário do noticiário.

Diante disso, a autora questiona a efetividade dessa interação afirmando ser apenas uma simulação, uma vez que ninguém poderia garantir que de fato a opinião do telespectador estivesse presente na escolha da pauta das entrevistas. Nessa mesma época, a pesquisadora (RUBERTI, 2010, p. 46) afirma que o *JH* buscava envolver os apresentadores com o público, para tanto deslocava um dos apresentadores para a rua. “Com a saída do estúdio, oferece-se ao público outro ponto de referência e o diálogo entre os apresentadores”. Ainda segundo ela, um monitor de plasma era mais um dos recursos utilizados com o intuito de promover mais intervenção dos apresentadores diretamente nas reportagens.

Atualmente, o *JH* continua utilizando alguns dos recursos mencionados, por exemplo, o monitor que fica entre

os dois apresentadores, possibilitando o diálogo entre estes e os repórteres. A participação do telespectador também foi ampliada: podemos observar isso na reformulação do quadro “Jovens do Brasil”⁵. No antigo formato, o apresentador percorria várias cidades do país para entrevistar jovens. Em suas palavras do jornalista: “Eu viajei o Brasil todo, percorri várias cidades para conversar com os adolescentes para saber o que eles pensam, as suas preocupações, os [seus] desejos” (JOVENS DO BRASIL, 2012).

Em 2012, o quadro foi reformulado e passou a funcionar da seguinte forma: no primeiro momento, foi realizada uma enquete para definir o tema/foco da conversa da vez. Definido o tema, o apresentador e duas editoras do *site* conversavam *online* com os telespectadores, via canais de comunicação e redes sociais como *chat*, *Twitter* e *Facebook*, para definir os assuntos que seriam abordados dentro daquele tema. Os telespectadores mandavam dúvidas sugestões e relatos de experiências vividas. A partir dessa etapa, algumas pessoas eram escolhidas para conversar com o apresentador via *Skype*.

Além das reportagens com os jovens, um especialista era convidado em cada tema para falar sobre o assunto. Algumas vezes, o próprio apresentador ia até o ambiente cotidiano do telespectador escolhido para entrevistá-lo pessoalmente. Todo esse material era gravado, editado e ido ao ar a cada 15 dias na Rede Globo de Televisão, dentro do *JH*. É no mínimo curioso entender como era feita essa escolha, uma vez que, segundo o próprio apresentador, no *chat*, além dele e das editoras do site, também participavam milhares de jovens.

⁵“Jovens do Brasil” é mais um dos quadros que, assim como o “Sala de Emprego”, compõem a estrutura do *JH*. Mencionamos este exemplo porque ele ilustra tanto a preocupação do telejornal em abordar o tema da juventude quanto a tentativa de interagir com os telespectadores.

2.1.2 O quadro Sala de Emprego

“Sala de Emprego” é um dos quadros que compõem a estrutura do *JH* e originou-se a partir da reformulação de outro quadro também destinado ao assunto, chamado “Mercado de Trabalho”.

O quadro “Mercado de Trabalho” era transmitido toda segunda-feira, durava em média cinco minutos e se compunha basicamente de entrevistas com convidados, dicas e dados estatísticos trazidos pelos repórteres, além de entrevistas com alguns trabalhadores (gravadas fora dos estúdios). O ambiente de cena dos repórteres era basicamente a rua, empresas, fábricas, escritórios e locais de trabalho em geral.

Em maio de 2012, o quadro “Mercado de Trabalho” foi reformulado e se transformou no quadro “Sala de Emprego”. Neste novo formato, o quadro adquire mais espaço na programação do *JH*, passando a ser transmitido ao vivo, a partir de um estúdio próprio e por uma apresentadora permanente que recebe, em cada edição do quadro, um “especialista” convidado para tirar dúvidas e aconselhar sobre o mercado de trabalho.

A apresentadora e o convidado interagem com repórteres e entrevistados, que estão em diversas partes do país por meio de telas localizadas no estúdio. Os repórteres entrevistam trabalhadores, indicam onde tem vaga de emprego e as respectivas funções, além de apontar algumas especificidades sobre o emprego em questão, como perfil e qualificação necessários para ocupar a vaga.

2.1.3 Os “especialistas” convidados para o “Sala de Emprego”

Os convidados (chamados frequentemente de “especialistas” pelos apresentadores do quadro) que se sentam

na chamada poltrona especial da "Sala de Emprego" são pessoas consideradas autoridades no assunto mercado de trabalho e, mais especificamente, no tema que está sendo abordado no dia em que são convocados a participar do quadro.

Suas falas geralmente tendem a corroborar com a perspectiva desejada pelo programa e são pessoas vinculadas ao setor empresarial ou que demonstram, por meio de suas falas, compartilhar este ideário.

Conforme podemos observar no Quadro 1 (Apêndice A), compõem o elenco desses especialistas: representantes de associações empresariais, de instituições privadas de ensino pesquisa e extensão, de entidades e organizações privadas sem fins lucrativos; consultores em gestão de pessoas e em carreira; especialistas em orientação de carreira, ensino superior, mercado de trabalho, negócios, desenvolvimento humano, concursos públicos e recursos humanos etc.

Apenas em três edições do programa os convidados presentes se distanciaram da área empresarial, como no caso do professor e coordenador de políticas públicas e dos convidados vinculados ao Centro de Apoio ao Trabalhador da cidade de São Paulo. Mesmo assim, ressaltamos que entre eles a continuidade da perspectiva empresarial permaneceu. Queremos com isso salientar a inexistência de convidados cuja argumentação esteja baseada em uma perspectiva que destoe daquela defendida no quadro "Sala de Emprego", o que demonstra o alto grau de coesão que o JH apresenta.

2.1.4 Os entrevistados no "Sala de Emprego"

Assim como no caso dos "especialistas", os entrevistados, ao que tudo indica, são escolhidos de forma que sua pergunta ou seu relato venha ao encontro do que está sendo dito no programa. Um tipo de entrevistado que aparece com frequência nas entrevistas e nas reportagens são os trabalhadores "bem-sucedidos", que demonstram exemplos de sucesso na carreira ou em empreendimentos de negócios

próprios. Ao serem entrevistados em seus locais de trabalho, o que inclui também suas residências, esses sujeitos relatam resumidamente suas trajetórias profissionais, abrangendo os percalços e as estratégias que deram certo, servindo como exemplo para o tema do dia.

Além dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, os candidatos à procura de uma vaga e, sobretudo, alunos de cursos de qualificação, constituem outros tipos recorrentes nas entrevistas e reportagens. Nesses casos, os entrevistados são indivíduos que acreditam na importância da qualificação para a inserção e permanência no mercado de trabalho, assim como para galgar postos mais elevados na hierarquia da empresa.

Além desses, ajudam a compor esse grupo os trabalhadores que almejam montar o negócio próprio e acreditam que a atualização profissional por meio de cursos é o requisito primordial para o sucesso do negócio.

2.1.5 As fontes e os indicadores que embasam o discurso do “Sala de Emprego”

Podemos dizer que o programa utiliza como um dos recursos de legitimação de seu discurso dados obtidos tanto em bases elaboradas por instituições oficiais do estado (como o IBGE) quanto de empresas privadas, inúmeras vezes citadas e pesquisas não identificadas, conforme Quadro 2 (Apêndice B). Outro importante recurso utilizado no discurso do programa corresponde às projeções para o futuro do emprego no país, que na maior parte dos casos são otimistas.

Neste sentido, é notória a ênfase do programa nos dados numéricos: todos os quadros “Sala de Emprego” trazem dados resultantes de pesquisas quantitativas feitas por instituições privadas ou governamentais, todavia quase inexitem dados provenientes de pesquisas qualitativas.

Sabemos, por meio de Druck (2011), que a utilização de dados numéricos ou “cifras fetiche” tem prevalecido sobre os dados qualitativos tanto no campo da grande imprensa quanto no campo acadêmico, prática que desconsidera a necessidade de se relativizar a suposta objetividade das informações quantitativas.

Ao refletir sobre a formulação dos “indicadores sociais”, Druck (2011) problematiza o uso de metodologias quantitativas e qualitativas e aponta a importância de se considerar o papel de ambas as modalidades. Segundo a autora, considerar que somente os dados obtidos por meio de métodos quantitativos sejam objetivos pode levar à aparência de que os números são autônomos⁶, distanciando-os de sua origem, construção e representatividade. O mesmo acontece ao se desqualificar as informações de caráter quantitativo, contando-se apenas os dados obtidos por métodos qualitativos. Em ambos os casos considera-se o “método de produção da informação como se ele fosse o preciso e exato conhecimento do real” (DRUCK, 2011, p. 39).

2.1.6 A coleta do material empírico e a técnica de análise

Estabelecemos como recorte temporal o período entre maio de 2012 e maio de 2013. Do montante de quadros exibidos nesse período e disponibilizados na página do JH na internet, selecionamos 41 programas, totalizando 4h42min41s de gravação (Quadro 3 - Apêndice C).

Neste processo, nos apoiamos na técnica de Análise de Conteúdo definida por Bardin (1979, p. 42) como sendo

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos

⁶Autonomizar os números leva “à absolutização do quantitativismo”, reconhecendo-se as estatísticas como única fonte legítima de conhecimento da realidade e de sua veracidade, impondo-as a outras formas de conhecimento, de dados e informações de pesquisas que não são “objetivas” e, portanto, “científicas” (DRUCK, 2011).

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Dentre as modalidades de Análise de Conteúdo citadas por Minayo (2008, p. 316, grifos da autora) utilizamos a Análise Temática⁷, que

consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. [Isso porque] para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso.

Referindo-se à operacionalização, Bardin (1979 apud MINAYO, 2008, p. 308) aponta que a análise de conteúdo “parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material”.

A Análise Temática, conforme Minayo (2008), divide-se em três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na etapa da pré-análise, selecionamos os documentos que serão analisados e retomamos as hipóteses e os objetivos da pesquisa.

Isso possibilita que o pesquisador

tome contato direto e intenso com o material de campo, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo. A dinâmica entre as hipóteses

⁷As demais modalidades listadas pela autora são: análise lexical; análise de expressão; análise de relações e análise de enunciação (MINAYO, 2008).

iniciais, as hipóteses emergentes e as teorias relacionadas ao tema tornarão a leitura progressivamente mais sugestiva e capaz de ultrapassar a sensação de caos inicial (MINAYO, 2008, p. 316).

Na pré-análise, assistimos às edições do quadro “Sala de Emprego”, veiculadas entre maio de 2012 e maio de 2013, disponíveis no site do *JH* na internet, com o objetivo de selecionar os quadros que iriam compor nosso *corpus* de análise. Nossos critérios para a seleção foram: aparecimento dos termos jovem, jovens ou juventude; referência explícita a sujeitos de 15 a 29⁸ anos, ainda que não denominados jovens; jovens sendo entrevistados e aparecimento de jovens nas imagens de fundo, ou seja, aquelas imagens que ilustram as reportagens gravadas ou ao vivo. Mediante estes critérios, selecionamos e gravamos o material diretamente da página do *JH* na internet.

A segunda etapa consistiu em transcrevermos todo o material gravado, tarefa necessária para facilitar a execução da etapa seguinte, na qual realizamos diversas leituras das transcrições objetivando conhecer profundamente o conteúdo dos quadros, desmontando e desestruturando a empiria, para então classificar em grandes categorias analíticas.

Essa etapa, nomeada de “exploração do material”, objetivou, sobretudo, classificar o material coletado para atingir um núcleo de compreensão do texto. Para tanto, o pesquisador identifica categorias que são “expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (MINAYO, 2008, p. 317). As categorias por nós identificadas foram as seguintes: oportunidade, vaga, trabalho com registro em carteira, trabalho formal, negócio próprio, empreendedor, trabalho temporário, trabalho voluntário, estágio, *trainee*, qualificação e curso.

⁸De acordo com o Estatuto da Juventude (2013), no Brasil são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Conforme Minayo (2008, p. 318), o modo tradicional de executar a etapa de “Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação” utiliza

operações estatísticas simples (porcentagens) ou complexas (análise fatorial) que permitem colocar em relevo as informações obtidas”, [todavia algumas variantes dessa abordagem] “trabalham com significados em lugar de investir em inferências estatísticas.

Tendo em vista a perspectiva qualitativa adotada nesse trabalho, priorizamos a análise das categorias e dos seus significados na composição de nosso objeto empírico: o discurso do quadro “Sala de Emprego”.

2.2 PRINCIPAIS CONCEITOS

Os conceitos abordados nesse item são de fundamental importância por embasarmos o entendimento tanto do nosso objeto empírico (o discurso do programa “Sala de Emprego”) quanto do meio que o produz (a mídia televisiva), sustentando dessa forma o processo de construção dessa pesquisa.

Estamos de acordo com Minayo (2008, p; 176), para a qual os conceitos funcionam como vigas de sustentação das construções teóricas. Em suas palavras, os conceitos são “unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria”. Destacamos que, ao ordenarmos os conceitos, buscamos facilitar a compreensão da articulação entre eles e não o estabelecimento de qualquer tipo de nivelamento por grau de importância.

2.2.1 Linguagem

Nesta pesquisa, consideramos conveniente expor a concepção de linguagem para demarcar um posicionamento contrário à perspectiva idealista, que concebe a linguagem

como centro constituidor da realidade. Na perspectiva materialista que adotamos aqui, a supremacia do mundo material sobre o mundo das ideias concebe a linguagem como uma prática social, subjugada pela luta de classes e sujeita aos mecanismos hegemônicos.

Um ponto que consideramos introdutório no que tange a linguagem é o entendimento do conceito de signo, uma vez que a linguagem só é possível por meio dele. Qualquer produto natural ou tecnológico pode se tornar um signo, por exemplo: um sinal de fumaça é um signo natural, pois indica que naquele local existiu fogo. Para interpretar isso, os indivíduos só precisam conhecer o fogo e saber que ele produz fumaça; no entanto, se a fumaça for produzida com a intenção de indicar ou comunicar algo, ela passa a ser um símbolo. Para ser um símbolo, é preciso que tanto o produtor do fogo quanto o intérprete combinem previamente os significados especiais para a fumaça, tornando-a um código. Essa combinação prévia pode ser estabelecida entre duas pessoas ou “pode estar implícito na cultura de um grande número de indivíduos” (FEARING, 1971, p. 78-79).

Por esse motivo, dizemos que o signo se constitui histórica e socialmente, pois é fruto de uma convenção social na qual os indivíduos convencionam um significado que passa a ser aceito por todos que tomarem conhecimento daquele significado. Em outras palavras, o signo pode ser uma cor, uma massa física, um movimento ou qualquer outra coisa. No entanto, para se tornar um símbolo, é necessário que ele tenha um significado comum convencionado. É dessa forma que o símbolo atrela-se às condições socioeconômicas de uma sociedade. Isso porque a atribuição de significado a um símbolo é um processo que envolve as formas de pensar e interpretar a realidade, portanto, é ideológico.

Conforme Bakhtin (1992, p. 32), todo signo é ideológico, porque “o signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e retrata uma outra”. Assim,

podemos afirmar que um símbolo é um signo permeado de ideologia.

Conforme expomos no procedimento metodológico, nossa análise restringiu-se à fala dos participantes do quadro “Sala de Emprego”, o que implica esclarecer que, embora não desconsideremos que a linguagem abarque outras formas para além da verbal e ainda que o texto⁹ televisivo seja resultante de múltiplas linguagens, estamos privilegiando na análise a linguagem verbal sob a modalidade da língua oral. A fala representa a palavra oralizada e esta, por sua vez, constitui o signo linguístico. Nesse sentido, importa dizer que priorizamos a fala, no sentido de palavra oralizada, por entendermos esta como o símbolo que melhor o representa e mais: favorece a comunicação humana. Bakhtin

considera a palavra (no sentido de fala) como o fenômeno ideológico por excelência, por seu caráter histórico e social que a torna um campo de expressão das relações e dos conflitos (BAKHTIN, 1986 apud MINAYO, 2008, p. 205).

Outro ponto merecedor de evidência no âmbito da linguagem diz respeito ao seu lugar dentro do conceito de discurso delineado por Fairclough (2011, p. 67), o qual compreende o discurso como “o uso da linguagem como forma de prática social”. Nesse ponto, cabe um aparte acerca da prática social entendida na perspectiva do materialismo histórico dialético, para a qual a prática social é composta tanto pela ação prática quanto pelo conceito: a prática, na perspectiva do materialismo, considera “a totalidade do processo social de atividade material e não as atividades individuais” (WITTICH, 1980 apud TRIVIÑOS, 2006, p. 124), enquanto outras teorias entendem a prática como sendo uma “experiência individual,

⁹Para Fairclough (2001), qualquer produto escrito ou falado deve ser considerado texto.

subjetiva, de natureza sensorial [...]” (TRIVIÑOS, 2006, p. 124).

Conforme Triviños (2006), a ação prática é a materialização do conceito elaborado na consciência, devido à capacidade desta de refletir a realidade material. É, portanto, por meio da prática (por exemplo, a linguagem oral ou a escrita, consideradas práticas sociais) que os fenômenos espirituais transformam-se em fenômenos materiais, ou ainda o fenômeno espiritual é materializado, sendo possível reconhecê-lo fora da consciência.

Na concepção materialista dialética, entendemos que “[...] as ideias não mudam a realidade material, e que só o material, que é a prática, é capaz de transformar a realidade objetiva” (TRIVIÑOS, 2006, p. 124). Em contrapartida para algumas perspectivas, sobretudo as que se baseiam na filosofia da “virada linguística”, a realidade é constituída pela ação discursiva. Em outras palavras, a linguagem constitui a realidade.

O final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 foram marcados por diversas tentativas de romper com antigos paradigmas da ciência clássica positivista e, nesse contexto, a chamada virada linguística caracteriza um dos aspectos mais marcantes desse período, atribuindo um lugar central à linguagem na constituição da realidade. De acordo com Gamboa (2007), a virada linguística ou “giro linguístico” - como prefere chamar - salienta-se tanto como uma nova filosofia da linguagem quanto uma metodologia e abordagem epistemológica, fornecendo os fundamentos para grande parte das tendências pós-modernas.

No elenco dos temas mais caros para a perspectiva pós-moderna, estão a linguagem, a cultura e o discurso. Nessa perspectiva mais extrema, a linguagem constitui tanto os seres humanos quanto suas relações sociais, sendo, portanto, impossível conhecer nada que não esteja dentro dela. Desta

forma, nossos padrões de pensamento e, portanto, nossa cultura, estariam subjugados à estrutura da língua que falamos.

Nas palavras de Wood (1999, p. 11, grifo da autora), para esses teóricos,

A sociedade não é simplesmente *semelhante* à língua. Ela é língua; e, uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos “discursos” específicos em que vivemos.

No viés teórico que citamos, a linguagem torna-se o centro constituidor dos seres humanos e das relações entre eles na medida em que sua estrutura define nossos limites de pensamento, enquadrando tudo que existe dentro dos discursos. Neste quadro de primazia da linguagem, não somente as palavras e as falas em seu sentido simples assumem a prioridade, mas também as formas de produção do conhecimento. A epistemologia pós-moderna concebe o conhecimento científico como sendo variável em cada contexto cultural, por ser dependente das línguas, culturas e interesses diversos. Deste modo, o padrão de verdade da ciência não estaria nas leis naturais, e sim seria relativo às verdades produzidas em cada comunidade.

McNally (1999, p. 34) demonstra como esse viés ideológico, embora corresponda a um “colapso profundo dos horizontes políticos”, é permeado por uma teoria política que coloca a língua no lugar de um novo idealismo e sob a alegação de inexistência de qualquer coisa fora do discurso, ou seja, a transformação da língua em um campo independente acaba por extinguir, ou subestimar, o poder da ação humana.

Nesse viés, a gênese da opressão estaria no modo como somos posicionados por palavras em relação a outras palavras ou por códigos estruturados como uma língua, levando a um “radicalismo verbal de palavra sem ato, ou melhor, de palavra *como* ato” (McNALLY, 1999, p. 34, grifo do autor). Ainda para

esse autor, o novo idealismo e a política que acarreta renunciam à responsabilidade política e, em resposta às estruturas e práticas concretas de opressão e exploração, oferece o “gesto retórico”.

Um dos caminhos possíveis para fazer frente a esse idealismo proposto pela supremacia da linguagem consiste em adotar a vertente teórica do materialismo histórico dialético nos estudos da linguagem, representado por teóricos como Bakhtin (1981 apud MACNALLY, 1999). Na medida em que se pressupõe a dependência entre pensamento e linguagem, entendendo esta última como parte da produção da totalidade das condições de vida humana, produzida no trabalho e na conseqüente interação entre as pessoas, o marxismo destrona o primado das categorias pós-modernas, como no caso a linguagem.

2.2.2 Discurso

Tendo em vista que o nosso objeto empírico é o discurso do programa “Sala de Emprego”, consideramos importante definir a significação por nós adotada: assim como o conceito de linguagem que abordamos no item anterior, este possui interpretações e modos de operacionalização distintos, dependendo da perspectiva teórica assumida.

Adotamos o conceito de Fairclough (2001, p. 90-91), para o qual discurso é “o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. De acordo com Rodrigues (2008, p. 22), considerarmos essa perspectiva implica entender o discurso como “um modo de ação, uma forma mediante a qual as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros”, assim como estabelecer uma relação dialética entre o discurso e a relação social.

Avaliamos essa interpretação como a mais adequada para a sistematização e interpretação coerente dos diversos conceitos que compõem o discurso do quadro “Sala de

Emprego”, uma vez que, à primeira vista, parece compor-se de afirmações desconectadas e desarticuladas, mas quando analisado sob as premissas dessa perspectiva é possível identificarmos um conjunto coeso de ideias que se afinam e relacionam.

Conforme Rodrigues (2008), uma característica importante dessa compreensão de discurso está no conceito de intertextualidade, que pode ser entendido como

a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113-114).

O conceito de intertextualidade nos foi útil para instaurar uma aproximação entre os diferentes conceitos presentes no discurso do programa “Sala de Emprego”, bem como as referências implícitas a certos pontos de vista.

Consideramos este parâmetro metodológico importante quando pretendemos analisar os discursos no âmbito da mídia televisiva, uma vez que

os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113-114).

O entendimento disso é crucial quando desejamos mostrar que “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117, grifo do autor).

Conforme Rodrigues (2008), o discurso possui a capacidade de construir identidades sociais, posições de

sujeitos, relações sociais entre pessoas, sistemas de conhecimento e crença. Dessa forma, o discurso funciona de duas formas:

[como prática política, na medida em que] estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94), [como prática ideológica, pois] constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001 apud RODRIGUES, 2008, p. 55).

A capacidade de construir sistemas de conhecimento e crença, bem como a capacidade de construir identidades sociais e posições de sujeitos, são os efeitos do discurso que mais nos motivaram a investigar o discurso do quadro “Sala de Emprego”, tendo em vista o amplo alcance de tais discursos veiculados pela mídia televisiva.

2.2.3 Ideologia

Julgamos indispensável abordar o conceito de ideologia dada sua importância na composição das práticas discursivas, tendo em vista que o discurso, além de ser constituído pelos sujeitos, também os constitui, contribuindo, assim, para a produção, perpetuação ou transformação das relações de dominação. Dessa forma, entendemos que, ao adotar o discurso como objeto de interpretação, não podemos deixar de situar a ideologia no debate que envolve as condições de produção deste.

Para Rummert (2007), a ideologia, no sentido cultural e político, cumpre a função de ordenar os sistemas sociais criando e difundindo amplamente discursos que explicam a realidade. A formulação de tais discursos, buscando mais clareza possível, assenta-se em referências compartilhadas por toda sociedade: “Efetivando-se no terreno do convencimento, a

ideologia hegemônica apela aos indivíduos e aos grupos visando a obter o ‘consenso ativo’ dos governados“ (GRAMSCI, 1999 apud RUMMERT, 2007, p. 21).

Os sentidos e as funções atribuídos ao conceito de ideologia são diversos, tanto no decorrer da história quanto no tempo presente. De acordo com Rummert (2007, p. 17), no século XVIII a ideologia referia-se à análise da origem das ideias, “a ser buscada nas sensações que expressavam a relação entre o homem biológico e o meio ambiente”. Disto em diante, conforme Rummert (2007, p. 17), vários teóricos associaram o conceito a um parecer negativo, “passando a ideologia a ser entendida como uma representação ilusória das condições sociais concretas, com o objetivo de ocultar a realidade”.

Para Rummert (2007, p. 17), grande parte da teoria marxista também atrela o conceito de ideologia à “ideia de ocultação da realidade para atender aos interesses de uma determinada classe social”. É provável que tal definição seja proveniente de interpretações acerca do termo na obra de Marx e Engels.

Konder (2002, p. 1) lembra que os “fundadores da filosofia da práxis” empreenderam uma crítica aguda à concepção de ideologia, convertendo-se em representantes de um pensamento que implicava ‘uma clara superação’ da ideologia, contudo atribuíram ao termo um significado depreciativo.

Rummert (2007) afirma que o termo ideologia, embora seja frequentemente utilizado na obra de Marx, não aparece acompanhado de uma definição precisa. Isto, na opinião desta autora (2007, p. 18), acaba limitando “seu potencial enquanto instrumento de compreensão da realidade”. Ainda assim, segundo ela, esta carência de determinação do conceito não invalida sua relevância na formulação de uma “nova perspectiva”.

Quando se trata do conceito de ideologia — uma das passagens mais citadas da obra de Marx e Engels —,

encontramos na obra **A ideologia alemã**, escrita entre 1845 e 1846, o seguinte trecho (1996, p. 72, grifos dos autores):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias, portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação.

Para Eagleton (1997), entre os significados atribuídos ao termo ideologia estão tanto as formulações que envolvem preocupações epistemológicas (questões referentes ao conhecimento de mundo, por exemplo, as que consideram ideologia como uma percepção equivocada da realidade) quanto as que ignoram essa questão, como a ideologia sendo um conjunto de crenças que orientam as ações. Para esse autor, essa distinção é importante porque se constitui como alvo de desacordo na teoria da ideologia, sobretudo entre duas “tradições correntes” contidas no termo.

Conforme Eagleton (1997, p. 16),

De modo geral, uma linhagem central — de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores — esteve muito preocupada com ideias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; já uma outra tradição de pensamento, menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter

real ou irreal. A herança marxista hesita entre as duas correntes intelectuais [...].

A concepção gramsciana de ideologia enquadra-se nesta segunda corrente, uma vez que se preocupou mais com a função das ideias na vida social. De acordo com Rummert (2007), Gramsci não desconsidera o lugar da ideologia nas práticas de dominação, mas vai além ao destacar a relevância do sentido prático-social da ideologia, bem como seu papel na ligação e organização das diversas forças sociais em cada momento histórico.

Para Rummert (2007, p. 19), o entendimento de certas questões da atualidade continua dependendo do uso do conceito de ideologia, todavia sua interpretação deve passar por um alargamento de sentido, não podendo mais ser considerado apenas como um “mecanismo de ocultação da realidade, para atender aos interesses de determinada classe social”.

A proposta de Gramsci (1977), de acordo com Konder (2002, p. 1-2), consiste em atentar especialmente para as diferenças internas da ideologia. Neste sentido, o autor italiano concentrava-se em uma diferença tomada por ele como decisiva: a diferença entre as ideologias historicamente orgânicas “necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalizadas, desejadas”.

Isso porque

as ideologias "arbitrárias" merecem ser submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica. As ideologias "historicamente orgânicas", porém, constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da "objetividade", quer dizer, as vitórias da representação daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo (GRAMSCI, 1977 apud KONDER, 2002, p. 1-2).

Conforme Konder (2002), a maior preocupação de Gramsci foi evitar que alguma construção cultural ou algum elemento da supraestrutura fosse destacado da ideologia e concebido como independente dela. Segundo Konder (2002, p. 2), para o autor de Cadernos do Cárcere, “a ideologia tem elementos unilaterais e fanáticos, e tem igualmente elementos de conhecimento rigoroso e até mesmo de ciência”. Nesta perspectiva, a ideologia se identificaria com “todo o conjunto das supra-estruturas” (GRAMSCI, 1977 apud KONDER, 2002, p. 5).

Ainda que tenhamos utilizado o termo ideologia até aqui no modo singular, em tempo destacamos o fato de que para Gramsci (1977) existem diversas ideologias¹⁰. Assim, faz-se necessário, de acordo com o autor (1977, p. 14),

explicar como ocorre este fato, a saber, que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia; explicar como eles nascem, como se divulgam, porque na divulgação seguem certas linhas de separação e certas direções, etc. Isto demonstra o quanto é necessário sistematizar, crítica e coerentemente, as próprias intuições de mundo e da vida, fixando com exatidão o que se deve entender por “sistemas” a fim de evitar compreendê-lo em um sentido pedantesco e professoral.

Rummert (2007) ressalta que cada arranjo social possui características próprias que influenciam na elaboração de ideologias distintas.

Nas palavras da autora (RUMMERT, 2007, p. 20),

No âmbito de cada formação social existem distinções e divergências que geram elementos ideológicos diversos, que podem prevalecer ou sucumbir na dinâmica das disputas por hegemonia.

¹⁰Na realidade, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo [...] (GRAMSCI, 1995, p. 14).

Por isso, conforme a autora (2007), a compreensão da origem das ideologias só é possível se levarmos em conta o processo histórico que levou à sistematização de certas maneiras de pensar e ver o mundo.

Gramsci buscou identificar, segundo Rummert (2007, p. 25), o que contribui para que as frações de classe subalternas aceitem como seus elementos de concepções de mundo que não condizem com seus interesses, e chegou à conclusão que no processo de construção e difusão de uma concepção de mundo,

a forma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, têm a sua importância, mas está bem longe de ser decisiva [...] nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fê.

A especificidade da ideologia gerada pela classe dominante no modo de produção capitalista consiste em ser orientada para a conciliação de interesses fundamentalmente antagônicos, ao passo que a ordem socioeconômica existente é posta não só como a melhor opção, mas como a única possível.

Conforme Zizek (1996, p. 7, grifo do autor) atualmente, parece mais fácil imaginar o 'fim do mundo' que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o 'real' que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global [...]. Assim, pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação.

Rummert (2007) aponta que o aspecto essencial da ideologia hegemônica no modo de produção capitalista consiste em ofuscar a presença dos conflitos resultantes da organização social fundada na exploração da força de trabalho de uma classe pela classe dona dos meios de produção. Assim, uma das condições de existência da ideologia capitalista consiste na negação da perspectiva histórica, uma vez que está condicionada à existência de outro fenômeno: a alienação social, caracterizada pelo desconhecimento da origem das ações sociopolíticas e históricas, ou seja, sob a alienação social o ser humano ignora as condições históricas e sociais que envolvem e determinam as condições da produção da existência humana.

Para Rummert (2007), a ideologia, no sentido cultural e político, cumpre a função de ordenar os sistemas sociais criando e difundindo amplamente discursos que explicam a realidade. A formulação de tais discursos, buscando mais clareza possível, assenta-se em referências compartilhadas por toda sociedade.

Ainda de acordo com Rummert (2007, p. 22), seguindo a linha de Marx e Engels,

[...] a ideologia dominante no modo de produção capitalista busca revestir-se de um caráter de universalidade entre os homens. Apresenta, assim, como natural e indiscutível, a desigualdade entre os homens e atribui à classe dominante o direito de falar e decidir em nome de todo o bloco social, garantindo, desta forma, sua própria sobrevivência como classe no poder.

2.2.4 Hegemonia

Como expomos no item anterior, a ideologia ou as ideologias para Gramsci (1995) são formas de entender a realidade formulada a partir da observação e vivência do mundo concreto. Todavia, como podemos perceber, as

ideologias não são formuladas de modo individual pela simples experimentação do mundo concreto pelos sujeitos, mas sim compreendem relações de poder próprias do modo de produção da existência adotado em cada sociedade.

Assim, no modo de produção capitalista, a maneira como a classe dominada percebe a realidade, ou seja, formula sua ideologia, está grandemente condicionada pela ideologia da classe dominante. Isso porque ao mesmo tempo em que essa classe domina no plano econômico, apropriando-se dos meios de produção, ela também mantém sua dominação no plano cultural e ideológico.

Por entendermos que o discurso veiculado pelo meio televisivo compõe-se da ideologia hegemônica e, portanto, serve como um mecanismo de disseminação desta, consideramos os conceitos de hegemonia, assim como os de aparelhos privados de hegemonia, importantes na compreensão de como ocorre a produção do discurso que analisamos neste estudo.

Segundo Rummert (2007), tanto para Marx como para Gramsci a forma de ver o mundo (apregoadada pela classe dominante) não é resultante de uma elaboração estritamente proposital, com vistas a subjugar os outros grupos, mas sim uma visão que é tanto produto quanto produtora de representações que essa classe possui sobre si própria, sobre a realidade e sobre a sua função condutora da organização social.

Tais representações não formam um conjunto único, podendo variar dentro da própria classe formuladora da ideologia dominante. Atento a esse fato, Gramsci (1995), de acordo com Rummert (2007), destaca as contradições existentes dentro da própria ideologia predominante. Dessa forma, ainda que sistematizada e envolta sob uma aparente universalidade, essa ideologia comporta uma constante luta de forças divergentes que disputam a hegemonia:

Para a filosofia da *práxis*, as ideologias não são de modo algum arbitrarias; elas são fatos

históricos reais, que devem ser combatidos e denunciados em sua natureza de instrumento de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da inversão da *práxis* (GRAMSCI, 1995 apud RUMMERT, 2007, p. 269-270, grifos do autor).

De acordo com Rummert (2007), o estudo do princípio gramsciano de hegemonia, implica necessariamente a análise da relação entre as concepções de hegemonia em Lênin e em Gramsci, já que é a este que Gramsci atribui à formulação do princípio teórico-prático deste conceito. Um dos pontos comuns entre os dois autores é que ambos entendem a sociedade como um todo orgânico e unitário, cuja explicação, embora se dê predominantemente pela base econômica, não deve ser reduzida a ela sob o perigo de ignorar ou mesmo negar a ação política e a ação da própria hegemonia (RUMMERT, 2007).

Ao longo dos anos, Gramsci vai alargando seu campo de análise, ampliando gradualmente o princípio da hegemonia. De acordo com Rummert (2004; 2007) é em **Cadernos do Cárcere** que o conceito de hegemonia se liberta de vez dos limites do âmbito da ditadura do proletariado e passa a abarcar gradualmente, as estruturas do Estado, além de contar com um novo conceito: o de aparelhos privados de hegemonia.

Ainda segundo a autora (2004; 2007), em **Cadernos do Cárcere**, Gramsci analisa tanto a hegemonia burguesa quanto a hegemonia das classes subalternas. No que tange a segunda, Gramsci elenca estratégias condutoras para um processo de transformação revolucionária, baseadas na criação de um novo bloco histórico que resultaria em uma concepção de mundo unitária e coerente. Já o estudo das práticas de construção e manutenção da hegemonia das classes dominantes destaca a

importância das questões relacionadas à direção cultural que essas classes aplicam no meio social como um todo.

Para Rummert (2007), quando Gramsci refere-se à hegemonia burguesa e às práticas dominantes, sua intenção é aprofundar a análise do Estado moderno, fundado no modo de produção capitalista.

Com base nas palavras de Gramsci (1999, p. 399), para quem “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, Rummert (2007, p. 24) conclui que

o princípio da hegemonia sublinha a grande importância da direção cultural e ideológica que a classe que é ou se propõe fundamental — hegemônica — imprime à ação das demais classes, exercendo, sobre estas, uma ação primordialmente educativa.

Isso porque, para que uma classe consiga ser capaz de alcançar a adesão voluntária mantendo o bloco social unificado, ela precisa lançar mão de ações no campo ideológico, cultural e moral de modo que as outras classes considerem-na um modelo que contempla todos os interesses e valores sociais, mantendo unidas e coesas as forças divergentes que compõem esse bloco social (RUMMERT, 2007). A supremacia de uma classe depende, portanto, da sua capacidade de dirigir a sociedade e manter um consenso em torno da sua ideologia (consequentemente do seu projeto político e econômico). Daí a importância que tem o consenso para o estabelecimento e manutenção da hegemonia. Conforme Rummert (2007), o consenso varia conforme as relações de poder materializadas na função hegemônica.

Para construir e manter a hegemonia, a classe dominante precisa conseguir sustentar e propagar sua ideologia, seu entendimento de mundo e as ações empreendidas nesse sistema são características da sua própria ideologia. Dessa forma, para Rummert (2007, p. 26), “um fator de distinção entre as diferentes formas de hegemonia consiste

na ideologia que está subjacente a cada formação econômico-social”.

A hegemonia focalizada por Gramsci é a que se dá no âmbito do Estado moderno, no qual as sociedades organizam-se tendo por fundamento a “separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho” (RUMMERT, 2007, p. 26). Nestas sociedades, a perpetuação do modo de produção busca se sustentar na hegemonia da classe dominante, mantida por meio do conformismo das classes subalternas no que tange à sua situação de classes exploradas.

Para preservar essa hegemonia, a classe dominante utiliza uma forma de relação pedagógica¹¹ que visa fazer com que as classes subalternas tomem para si a compreensão de mundo da classe dominante e desconsiderem as condições de existência de sua classe. Assim,

o poder social [...] aparece a estes indivíduos [...] como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário [...] [torna-se] independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e agir (MARX; ENGELS, 1979 apud RUMMERT, 2007, p. 26).

Uma segunda questão importante sobre a análise do Estado moderno em Gramsci apontada por Rummert (2007) diz respeito às relações hegemônicas efetivadas no âmbito internacional. Para a autora, é importante que a análise política e econômica de um Estado inicie pelo exame das relações de forças internacionais, uma vez que essa análise servirá para abrir uma série de questões importantes para o entendimento das relações hegemônicas existentes no interior do Estado analisado. Isso porque as práticas políticas, econômicas e culturais que se reproduzem dentro de cada Estado, sobretudo

¹¹Nesse caso, Rummert está considerando as relações de hegemonia empreendidas por meio dos aparelhos de hegemonia como uma forma de relação pedagógica.

nas pequenas e médias potências, podem estar subordinadas aos Estados detentores da hegemonia internacional.

Ainda sobre a questão da hegemonia, a autora destaca que esta, na obra de Gramsci, não se refere apenas ao Estado nos moldes capitalistas. Isso porque Gramsci empreendeu propostas de estratégias para possibilitar mudanças na estrutura da sociedade e tornar possível a detenção da hegemonia pelas classes subalternas. Esse, para Rummert, seria o significado mais profundo da concepção gramsciana de hegemonia.

À vista disso, podemos constatar uma diferença fundamental entre a hegemonia da classe dominante (cujo objetivo é manter a exploração das classes subalternas e seu conformismo) e a hegemonia — tomada pelas classes subalternas por meio de uma imprescindível reforma social de âmbito intelectual e moral (RUMMERT, 2007). Quando organizadas politicamente com esse propósito, as classes subalternas, conforme Rummert (2007, p. 28), terão a chance de enfraquecer a primazia da classe dominante, além de “neutralizar e redirecionar a ação dos ‘aparelhos de hegemonia’”.

Concomitantemente terão de conceber novos aparelhos “que sejam instrumentos de elaboração e divulgação da nova concepção de mundo que fundamentará o novo projeto de hegemonia” (RUMMERT, 2007, p. 28). Nesse viés, a autora considera os aparelhos de hegemonia imprescindíveis tanto para adquirir quanto para preservar a hegemonia, uma vez que auxiliam em grande medida na formação da opinião pública, espaço em que convergem a sociedade política e a sociedade civil (RUMMERT, 2007).

Aparelhos privados de hegemonia, órgãos de opinião pública, aparelhos de hegemonia ou organizações culturais que movimentam o mundo ideológico são denominações do que Gramsci entende por “organizações que garantem a hegemonia de uma classe” (RUMMERT, 2007, p. 29). Nas palavras da autora, são aparelhos de hegemonia “todos os canais que a

classe dominante utiliza para, através do consenso, plasmar a consciência da coletividade [...]” (RUMMERT, 2007, p. 29).

Esse conceito abarca “o conjunto complexo de instituições da sociedade civil em suas múltiplas articulações e vários subsistemas [...]” (RUMMERT, 2007, p. 29), como os meios de comunicação, a igreja, o sistema escolar e a organização cultural.

De modo geral, a função do aparelho privado de hegemonia é “garantir a coesão do Estado, de solidificar, através do consenso, o poder de determinada classe no bloco social” (RUMMERT, 2007, p. 30). Todavia, para a autora, o verdadeiro significado da função dos aparelhos privados de hegemonia “só pode ser encontrado a partir da referência direta à classe que se constitui em classe hegemônica e a partir da atuação desta classe na sociedade civil” (RUMMERT, 2007, p. 30).

2.2.5 Estado ampliado e sociedade civil

O conceito de aparelhos privados de hegemonia resulta, entre outras coisas, da compreensão de Gramsci do Estado como executor não só da função de dominação e coerção, que cabe ao âmbito da sociedade política, mas também de uma função educativa. A função educativa do Estado compreende o âmbito da sociedade civil e acontece por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, os conceitos de hegemonia e aparelhos privados de hegemonia estão intimamente relacionados à teoria de Estado ampliado gramsciano, o qual compreende a junção entre as duas esferas citadas.

Por esse motivo, consideramos pertinente a exposição do conceito de Estado ampliado. Outra razão que nos motiva diz respeito ao aspecto que será abordado no capítulo 3 desse estudo: a atual concepção e função atribuída pela ideologia dominante à sociedade civil, entendida como uma esfera fora

do Estado e do mercado, um “terceiro setor”, livre dos interesses da classe dominante.

De acordo com Gruppi (1980), a partir da análise marxista surge uma visão crítica do Estado. Para o autor, Marx percebe a verdadeira relação/conexão entre sociedade civil — entendida como o conjunto das relações econômicas — e a sociedade política — o Estado — até então separadas pelo pensamento liberal e conclui que uma é a expressão da outra. A sociedade política exprime as relações de produção que compõem a sociedade civil. Dessa forma, o Estado não é, como afirmava Hegel, o fundador da sociedade civil, mas sim originado no conjunto de relações econômicas que compõem a sociedade civil (GRUPPI, 1980). Em outras palavras, o Estado não é algo fora da sociedade civil ou o receptáculo no qual a sociedade civil está contida, mas sim a expressão das necessidades criadas por ela.

Conforme Gruppi (1980, p. 27), Marx, ao elaborar o seu método, descobre a “correlação existente entre o desenvolvimento das relações econômicas, o Estado e as ideologias”. Nesse sentido, Gruppi (1980) destaca que embora Marx não tenha formulado uma teoria orgânica com relação ao tema, ao apontar a estrutura econômica como base do próprio Estado, ele desenvolve o ponto de partida, fundamento principal para uma teoria do Estado.

A contribuição de Engels para o avanço da teoria do Estado, segundo Gruppi (1980, p. 32), foi demonstrar sua natureza de classe, desvendando “aquilo que a ideologia burguesa sempre escondeu: a natureza de classe do Estado”. Nessa perspectiva, o Estado não pode ser visto como um corpo separado da sociedade, mas uma parte desta, como uma forma de regulamentá-la. Ocorre que o Estado vai criando leis internas próprias, burocracias e uma estrutura que lhe concede uma aparente independência com relação ao resto da sociedade. Esse fato ajuda a corroborar a visão social de que o Estado seria algo fora da sociedade (GRUPPI, 1980).

Para Coutinho (1999), o caráter de classe de todo fenômeno estatal foi a grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política. Diz ainda que (COUTINHO, 1999, p. 124, grifos do autor):

Marx, Engels e Lênin examinaram também a *estrutura* do Estado: indicaram na repressão – no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe. Em suma: os “clássicos”, tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto de seus *aparelhos repressivos*.

O destaque dado por Marx, Engels e Lenin no tocante ao aspecto repressivo e até ditatorial da dominação de classe deve-se, como aponta Coutinho (1999), ao modelo de Estado que vigorava na época. Por outro lado, Gramsci, conforme o autor, dispunha de um exemplo de Estado mais complexo, uma vez que em sua época os processos de socialização e participação política que se davam, por exemplo, na formação de grandes sindicatos ou partidos de massa, originaram uma “esfera social nova dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado” (COUTINHO, 1999, p. 124).

Para Coutinho (1999, p. 125), é com base no reconhecimento dessa “socialização de política própria no capitalismo desenvolvido” e dessa “formação de sujeitos políticos coletivos de massa” que Gramsci formula seu conceito de “sociedade civil” e amplia sua concepção de Estado. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Coutinho (1999, p. 125) destaca que dessa forma Gramsci identificou um aspecto primordial das relações de poder estabelecidas na sociedade capitalista desenvolvida

aquela “trama privada” que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão.

De acordo com Coutinho (1999), a teoria do Estado de Gramsci ao mesmo tempo em que conserva também supera a teoria marxista “clássica”, uma vez que, a partir da identificação dos “aparelhos privados de hegemonia”, Gramsci diferencia duas esferas essenciais no interior das superestruturas: “sociedade política e sociedade civil”. A “sociedade política” também é chamada por Gramsci de “Estado em sentido estrito” e de “Estado-coerção”. Essa esfera é composta por mecanismos por meio dos quais “a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, 1999, p. 127). A “sociedade civil” é formada precisamente pelo conjunto das “organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias [...]” (COUTINHO, 1999, p. 127).

Ainda segundo Coutinho (1999), a distinção feita por Gramsci entre essas duas esferas se justifica, sobretudo, por dois pontos de diferenciação entre elas: “modo” de atuação na organização social e a “materialidade (social-institucional)”. Ainda que ambas sirvam para promover e manter a base econômica em conformidade com os interesses da classe social fundamental, cada esfera opera de um modo. No âmbito da sociedade política, as classes exercem a dominação por meio da repressão e da coerção. Estes são o modo de atuação desta esfera. A “materialidade (social-institucional)” são os “Aparelhos Repressivos do Estado”. Isto é o que Gramsci entendeu como “Estado-coerção” e, conforme vimos

anteriormente, a instância estatal que mais recebeu atenção dos clássicos.

Já a sociedade civil é a instância pela qual as classes tentam conquistar e exercer sua hegemonia, operando de “modo” a buscar o consenso em torno de sua ideologia. O grande feito de Gramsci, destaca Coutinho (1999), está na identificação dos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, a “materialidade (social institucional)” dessa esfera.

Para Coutinho (1999, p. 128), “a hegemonia — enquanto figura social — recebe agora uma base material própria, um espaço autônomo específico de manifestação”.

Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito. Em outras palavras: a necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação - uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política - criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material - ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia - que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção (COUTINHO, 1999, p. 128).

Tratando sobre direção cultural versus dominação, Rummert (2007) destaca uma questão importante acerca da complementariedade entre esses dois campos. Ainda que, conforme dissemos anteriormente, os aparelhos privados de hegemonia se diferenciem dos aparelhos de repressão do

Estado pelo “modo” e pela “materialidade” “socioinstitucional”, é preciso levar em conta que o pensamento gramsciano, assim como os fatos sociais por ele estudados, “não permitem que se estabeleçam fronteiras rígidas entre os campos da direção e da dominação” (RUMMERT, 2007, p. 30).

Dessa forma, embora os aparelhos de hegemonia se situem no âmbito da sociedade civil, estando, portanto, intimamente ligados à direção, poderemos verificar, pela análise de situações concretas, que os limites entre sociedade civil e política não estão nitidamente e rigidamente demarcados, verificando-se que, com frequência, a segunda invade o terreno da primeira. Como exemplo podemos citar a atuação da censura que o Estado impõe aos meios de comunicação ou, como exemplo inverso, a política, diretamente ligada à dominação, mas que se mantém preocupada com sua imagem pública, visando a obter o consenso da sociedade.

Para Coutinho (1999, p. 130), ainda que Gramsci diferencie estrutural e funcionalmente as duas esferas da superestrutura (sociedade civil e sociedade política), ele mantém uma perspectiva dialética, ou seja, “unidade na diversidade” entre as duas, uma vez que ao definir sociedade política ele o faz mostrando uma “relação de identidade distinção com a sociedade civil”. Coutinho (1999, p. 130, grifo do autor) cita uma passagem da obra Gramsci que fundamenta essa afirmação:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados.

Segundo Coutinho (1999, p. 130), o termo supremacia na passagem supracitada refere-se à síntese que “unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura”. Ainda de acordo com o autor (1999, p. 131), para Gramsci, as duas funções da qual estamos tratando existem em qualquer forma de Estado, todavia o grau de hegemonia (consenso) ou ditadura depende do grau de autonomia das esferas superestruturais, que por sua vez dependem tanto do grau de “socialização política da sociedade em questão [como também da] correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a supremacia”.

3 A QUALIFICAÇÃO PARA O EMPREGO, PARA A EMPREGABILIDADE E PARA A SOBREVIVÊNCIA: A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E NEOLIBERAL DE TERCEIRA VIA

Nesse capítulo traçamos um esboço da definição da Teoria do Capital Humano, a conjuntura da qual emerge, sua função ideológica tanto em sua gênese quanto no panorama atual, os processos de atualização pelos quais passou o que inclui ademais sua articulação com a Teoria do Capital Social e a consequente adequação às prescrições políticas dos organismos multilaterais e aos pressupostos da Terceira Via. Consideramos ainda que essa teoria tem sustentado a perspectiva hegemônica da relação entre educação, qualificação profissional e trabalho, mantendo dessa maneira sua função ideológica na manutenção do consenso em torno da hegemonia burguesa.

3.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Sabemos, por meio de Frigotto (2010), que as bases do conceito da Teoria do Capital Humano — assim como muitos outros trabalhos que analisam os vínculos entre educação, desenvolvimento, renda e mobilidade social — são alicerçadas em afirmações feitas por pensadores como Adam Smith (1723-1790) e J. Stuart Mill (1806-1873), que tratavam do investimento na educação da classe trabalhadora. Por isso, conforme o autor, é possível identificar a ideia de investimento desde a época dos clássicos, contudo somente no final da década de 1950.

Esta ideia toma corpo de forma sistematizada nos estudos, sobretudo, de pesquisadores norte-americanos e ingleses, originando o que se conhece por capital humano -

nome empregado analogamente à capital físico. Isso não significa dizer que essa ideia tenha surgido na década de 1950. Conforme Frigotto (2010, p. 48),

[...] a ideia de “capital humano” surge, historicamente, bem antes, até mesmo no Brasil, da década de 1950. O fato de que sua formulação sistemática e seu uso ideológico político somente se verificam a partir do fim da década de 1950 e início da década de 1960 aponta para a hipótese de que é efetivamente neste período que as novas formas que assumem as relações intercapitalistas demandam e produzem esse tipo de formulação.

A Teoria do Capital Humano (TCH) propriamente dita foi forjada no final dos anos 50, início dos anos 60 do século XX, em meio aos estudos da Escola de Chicago¹². Dentre os estudiosos que compunham nesse período essa escola do pensamento econômico, Jacob Mincer (1922-2006), Gary Becker (1930) e Theodore Schultz (1902-1998) são citados com mais frequência como responsáveis pela criação da TCH.

Notamos que entre os pesquisadores supracitados, Schultz é comumente mais associado à autoria da TCH por ter sido considerado o precursor de sua divulgação, o que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979. Nesse ponto julgamos conveniente lembrar que essa teoria não é resultado de uma ideia casual de um ou alguns pesquisadores, e sim decurso das novas formas que vão assumindo as relações de produção¹³ e o papel do Estado no interior do capitalismo monopolista. Dessa forma, ao passo que avançamos em sua

¹²A Escola de Chicago é uma escola de pensamento econômico que defende o mercado livre e que foi disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago.

¹³Entendemos como relações de produção as relações que os homens estabelecem entre si na produção de sua existência.

definição, acabamos expondo um esboço do contexto econômico-político da época.

De acordo com Motta (2009), a ideia fundamental da TCH consiste em considerar o trabalho um capital que se torna mais produtivo na medida em que se qualifica. Para essa teoria, o trabalho, além de ser um fator de produção, é também um tipo de capital: o capital humano.

Nas palavras da autora (MOTTA, 2009, p. 551),

esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. A qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador — tornando-o mais produtivo — como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de equalização social.

De acordo com Lima Filho (2003, p. 68), no argumento da TCH “As atividades que influenciam a renda das pessoas — seja a educação, a formação no trabalho, o cuidado médico, a emigração etc. — são denominadas inversão em capital humano”. Ou seja, a qualificação da força de trabalho, segundo essa teoria, se dá por um elenco de atividades que qualificariam a força de trabalho. Notamos que a educação — entendida como capacitação para o trabalho — aparece no topo da lista a ser considerada como potencializadora da qualificação da força de trabalho em capital humano.

A TCH, conforme Frigotto (2010, p. 51), considera a educação como sendo o “principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro”. Para o autor, a TCH pode ser considerada tanto uma teoria do desenvolvimento quanto uma teoria da educação.

Assim, conforme Frigotto (2010, p. 26),

Quanto ao primeiro sentido — teoria do desenvolvimento — concebe a educação como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora de trabalho e, por extensão, potenciadora de renda, um capital (social e individual), um fator do desenvolvimento econômico e social. Quanto ao segundo sentido, ligado ao primeiro — teoria da educação — a ação pedagógica, prática educativa escolar reduzem-se a uma questão técnica, a uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais e pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. Trata-se da perspectiva instrumentalista e funcional da educação.

Ao tratar do papel social atribuído à educação nesse contexto, Motta e Oliveira (2010) ressaltam que, na perspectiva da TCH, a educação é o mecanismo impulsionador do desenvolvimento econômico e social porque aumenta a capacidade produtiva dos trabalhadores e promove a modernização dos setores produtivos, opera como um instrumento de integração dos indivíduos na vida produtiva ao promover a equidade social por meio da redução da desigualdade econômica e social. Portanto, na linha de raciocínio seguida pela TCH, quanto mais investe na sua qualificação — capital humano —, mais o trabalhador oportuniza sua ascensão social.

A premissa da conversão de certas atividades em capital humano justifica, na visão dos teóricos da TCH, as diferenças salariais, uma vez que os trabalhadores que dedicaram mais tempo “qualificando” sua força de trabalho devem ganhar maiores salários. Dessa forma, o trabalho qualificado passa a ser considerado na concepção da TCH um tipo de capital acumulado — capital humano incorporado — e, por conseguinte, sua atuação no processo produtivo deve ser remunerada de forma equivalente àquela concedida ao capital

que integra o processo produtivo por meio de máquinas, equipamentos etc., ou seja, o capital físico.

Frigotto (2010) ressalta que na perspectiva da TCH atribui-se à educação a função de legitimar o novo *modus operandi* das relações capitalistas de produção, sobretudo o papel intervencionista do Estado. A ideia de que por meio de um processo meritocrático problemas como as desigualdades sociais, os antagonismos de classes, os conflitos capital/trabalho seriam extintos. Disfarça o fato de que tais problemas não podem ser solucionados sem a superação desse sistema, uma vez que deles depende a sua existência. Percebemos, por meio do mesmo autor, que ao passo que se equipara a capacidade de trabalho dos indivíduos (força de trabalho), potencializada pela educação e pelo treinamento do capital físico, transformando a força de trabalho em uma mercadoria, em um capital de valor igual ao capital físico, transmite-se a ideia de que o trabalho assalariado está sendo remunerado de acordo com o que produz, esquecendo a produção de mais-valia, condição intrínseca da reprodução e acumulação capitalista.

Nas palavras de Frigotto (2010, p. 148),

Do ponto de vista da desigualdade social, a teoria do capital humano vai permitir aos formuladores e executores do modelo concentrador de desenvolvimento justificar o processo de concentração do capital mediante o desenvolvimento da crença de que há dupla forma de ser “proprietário”: proprietário dos meios e instrumentos de produção e proprietário do capital humano.

Assim, para Frigotto (2010), o conceito de capital humano procura se instituir como um dos componentes explicativos do desenvolvimento e equidade social; enquanto uma teoria da educação, segue uma linha de raciocínio problemática, porque, para o autor, ao analisar o caminho do

conceito de capital humano como teoria da educação, conclui-se que:

[...] o determinante (educação como fator de desenvolvimento e distribuição de renda) se transforma em determinado (o fator econômico como elemento explicativo do acesso e permanência na escola, do rendimento escolar, etc.). Essa circularidade de análise que veremos decorre de sua função apologética da ótica de classe que representa. (FRIGOTTO, 2010, p. 49).

A circularidade de análise presente na TCH, apontada por Frigotto (2010), é fundamental para a apreensão da função ideológica desta teoria: ideológica porque parte da visão de mundo burguesa e empreende esforço no sentido de solidificá-la; circular porque ela toma como premissa elementos do senso comum — não em seu núcleo sadio, mas na mistificação e na fetichização do real —, preservando “aquilo que é mistificador deste senso comum” (FRIGOTTO, 2010, p. 65).

Desta forma, na medida em esta teoria procura disseminar os interesses burgueses, a análise da realidade que a fundamenta não tem como não ser circular, porque é uma condição de sua própria existência. Assim, a perspectiva do capital humano, baseada na concepção burguesa, mostra-se eficiente como ideologia, tanto “no sentido de falseamento da realidade quanto no de organização de uma consciência alienada” (FRIGOTTO, p. 46). Isto porque escamoteia a verdadeira lógica — social e historicamente construída — de exploração e expropriação da força de trabalho da classe trabalhadora pela classe dominante, dona dos meios de produção, o que possibilita que esta teoria se configure como um recurso de manutenção do senso comum.

De acordo com Frigotto (2010), ainda que a TCH tenha suas bases teóricas assentadas na visão econômica neoclássica para a qual o liberalismo constitui a ideologia jurídico-política

dominante e o Estado assume a sua forma liberal¹⁴, essa teoria só vai ser requerida, desenvolvida e sistematizada na fase monopolista, a qual corresponde à fase do Estado intervencionista.

Este aparente paradoxo logo se desfaz desde que tenhamos em mente o conceito gramsciano de Estado Integral¹⁵, por meio do qual observamos que as formas de atuação do Estado correspondentes às diferentes fases do modelo de produção capitalista são estratégias para recompor e fortalecer o capital após momentos de crise próprios do caráter contraditório desse sistema.

Dentro do modelo de Estado intervencionista¹⁶ são produzidas as teses desenvolvimentistas¹⁷, cuja perspectiva

¹⁴O liberalismo econômico define o papel do Estado (liberal) pela “negativa” à intervenção nas leis do mercado. Ou seja, o Estado é posto como uma instituição que paira acima dos interesses das classes – um mediador neutro que se ocupa na definição dos parâmetros que definem as categorias acima enunciadas, e que se coloca à margem das atividades econômicas. Estas são conduzidas pelos mecanismos autônomos do mercado. A concorrência entre os “múltiplos capitais” vai estabelecendo uma taxa média de lucro que serve de patamar para as relações intercapitalistas no conjunto da sociedade (FRIGOTTO, 2010, p. 121).

¹⁵Em poucas palavras, o Estado integral ou ampliado engloba a sociedade civil e a sociedade política. De acordo com Moraes (2010, p. 58), a “sociedade civil e sociedade política se diferenciam pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na reprodução das relações de poder”. Tratamos essa questão no capítulo 2 desse estudo, ao esboçarmos o conceito de Sociedade Civil. Tratamos mais adiante esse capítulo.

¹⁶De modo sucinto podemos dizer que o Estado intervencionista ocupa o lugar do Estado liberal na etapa monopolista do capitalismo financeiro, sendo mais enfaticamente praticado após a Segunda Guerra Mundial, quando a oligopolização do mercado ajudou a compor o novo imperialismo. O Estado intervencionista assumiu, nessa configuração das relações de produção, o papel de proteger o conjunto de interesses do sistema capitalista.

¹⁷A teoria do desenvolvimento foi elaborada com base na economia dos países periféricos e disseminou-se na América Latina por intermédio das

sustentava-se na ideia de que a ascensão da condição de país “subdesenvolvido” para “desenvolvido” viria por meio do progresso técnico. O panorama político no qual as teses da TCH ganharam espaço configura-se pela busca da recomposição e rearticulação da hegemonia imperialista no pós-Segunda Guerra Mundial, no qual Estados Unidos e União Soviética disputavam a liderança internacional (FRIGOTTO, 2010).

Conforme o autor, as teorias desenvolvimentistas, sobretudo a ideia de modernização, ao mesmo tempo em que facilitaram e legitimaram a ação imperialista, favoreceram o intervencionismo do Estado (FRIGOTTO, 2010). Tal intervencionismo se deu por meio de acordos financeiros (empréstimos) e de cooperação técnica entre os países latino-americanos (que tentavam superar os efeitos da grande crise econômica e política de 1930) com os Organismos Internacionais¹⁸ ou grandes fundações.

No campo educacional e pedagógico a perspectiva da TCH associa-se a toda perspectiva tecnicista em pleno desenvolvimento na década de 1950. Tais perspectivas encontram amparo uma na outra: a primeira enfatiza a ideia de que o sistema educacional estaria operando de modo ineficaz no processo de desenvolvimento, enquanto a segunda oferece a “metodologia” ou a “tecnologia” para adequar o sistema

políticas de Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Internacional do Trabalho (FRIGOTTO, 2010). No Brasil, a Teoria do Capital Humano, segundo Oliveira e Motta (2010), foi incorporada ao longo dos anos 1950-60, mas somente da década de 1970 teve sua incorporação mais efetiva ajudando a compor a base ideológica: o nacional-desenvolvimentismo.

¹⁸Motta e Oliveira (2010) destacam a notoriedade da Cepal, bem como do Banco Mundial no processo de difusão da ideologia do desenvolvimento nos anos de 1950-1960, por meio de financiamentos de infraestruturas que tinham em vista à modernização dos setores produtivos considerados atrasados, além de ditar as orientações para reformas sociais, como no caso do convênio MEC-USAID firmado em 1960 por meio do qual realizaram-se reformas em todo o sistema educacional brasileiro.

educacional à lógica do desenvolvimentismo. Tal adequação consiste em transformar o processo educacional em um investimento produtor de “capital humano”, reduzindo a educação a um fator de produção (FRIGOTTO, 2010). Para o autor, “É sob esse duplo reforço que a teoria do capital humano vai esconder, sob a aparência de elaboração técnica, sua função principal – ideológica e política” (FRIGOTTO, 2010, p. 139). Nessa vereda “tecnificar a educação” significa entender o sistema educacional como uma empresa, utilizando neste as técnicas e máquinas que lograram êxito no âmbito industrial.

De acordo com Motta (2012), em suma, a ideologia do desenvolvimento que vigorou entre 1950 e 1970 se validou pela lógica das políticas orientadas para o desenvolvimento econômico e social da nação perante as presumidas chances de universalização dos direitos econômicos e sociais. Nesse contexto a TCH, ainda que tenha destacado a dimensão econômica, conservou o sentido integrador da escola, presente no senso comum, e ainda, conforme Motta (2012, p. 283):

fortaleceu a concepção de que a escola é um fator determinante de integração econômica da sociedade e das pessoas, fator de desenvolvimento e de acumulação de riquezas para a nação e de ascensão social dos indivíduos.

Conforme Saviani (2010, p. 429) essa versão originária do capital humano entendia a educação como tendo por função preparar as pessoas para atuar num mercado em expansão que exigia força de trabalho educada. À escola cabia formar a mão de obra que progressivamente seria incorporada pelo mercado, tendo em vista assegurar a competitividade das empresas e o incremento da riqueza social e da renda individual. Nesse contexto, a importância atribuída à escola ligava-se à lógica econômica centrada em demandas coletivas, tais como o crescimento econômico do país, a riqueza social, a

competitividade das empresas e o incremento dos rendimentos dos trabalhadores.

Portanto, a concepção de qualificação que emerge sob os preceitos da TCH está fortemente associada ao binômio emprego/educação escolar e fundamentada sob os pressupostos da concepção de desenvolvimento socioeconômico dos anos 1950/1960 que apregoa a necessidade de planejamento e racionalização dos investimentos do Estado na educação escolar, com vistas a assegurar que o sistema educacional formasse trabalhadores educados para ocupar os postos de trabalho disponíveis e capazes de assegurar a competitividade entre as empresas.

3.2 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO NEOLIBERAL

O ciclo do modelo econômico pós-guerra dura até a crise deflagrada no início da década de 1970, marcada por uma profunda recessão, pela queda das taxas de crescimento, por altas taxas inflacionárias, pelo fim do Estado de Bem-Estar¹⁹ em diversos países e pela extinção da concepção desenvolvimentista. O cenário dessa etapa do capitalismo configura-se pela hegemonia das ideias neoliberais e por um novo padrão tecnológico de produção e organização do trabalho.

Conforme Falleiros, Pronko e Oliveira (2005, p. 65),

¹⁹De acordo com Borges e Druck (1993, p. 8), “Nos países centrais, o Estado de Bem-Estar cumpriu a sua parte como fonte de financiamento dos custos de reprodução da força de trabalho, elemento fundamental para garantir a ‘relação salarial fordista’ via salários indiretos - políticas sociais -, e, condição essencial para a manutenção do consumo de massa. No caso brasileiro, produziu-se um ‘Estado de mal estar social’ (conforme Francisco de Oliveira), caracterizado por um Estado privatizado, onde os fundos públicos são apropriados pelo capital, sejam na forma de políticas de subsídios, incentivos fiscais, transferências de custos, sejam na forma ilícita e corrupta de uso da máquina estatal por segmentos fortes do capital”.

Esse processo marcou profundas alterações em todas as dimensões da vida social, combinando políticas que tenderam à estabilidade de preços, consolidação orçamental, desregulamentação de todos os mercados e comércio livre, com a construção de uma nova sociabilidade.

Para Machado (1998, p. 15-16), o processo de mundialização do capital, marcado pela maior aceleração da concentração, da centralização e da mobilidade do capital, traz “novos dinamismos e possibilidades à economia, mas também aprofunda as contradições societárias, já que provoca rearranjos estruturais, modifica processos e altera a situação específica de indivíduos, grupos e classes sociais”. Isso porque o processo de flexibilização e todas as suas formas de se manifestar demandam a “libertação do capital de entraves regulatórios e barreiras nacionais, culturais, políticas e organizacionais” (MACHADO, 1998, p. 16).

O agravamento da crise em âmbito mundial, decorrente do avanço da concorrência capitalista, e as medidas de racionalização adotadas para assegurar a noção atual de produtividade e qualidade aceleram, conforme Machado (1998, p. 16),

a desvalorização das capacidades produtivas já instaladas e ainda utilizáveis, à diminuição do número de indústrias de muitas regiões, ao desmantelamento dos sistemas de proteção social e à desestruturação e à ampliação do mercado de trabalho não-formal.

Com tudo isso, acentua-se a deterioração das condições de trabalho, mediante a

desregulamentação das relações contratuais e do salário, o crescimento da insegurança no emprego, a adoção do sistema de terceirização e de subcontratações, a eliminação de postos de trabalho e o crescimento do desemprego estrutural e crônico (MACHADO, 1998, p. 16).

A modificação das circunstâncias objetivas, segundo Machado (1998, p. 16),

implica a mudança das condições subjetivas, o que traz implicações importantes para a organização da vida social, especialmente para as instituições escolares responsáveis pela função social de educação formal e sistemática.

As dimensões políticas e ideológicas também foram modificadas com a alteração da função atribuída ao Estado. Diferentemente dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, nos quais se compreendia que o processo de desenvolvimento seria mais bem conduzido por intermédio do Estado, as políticas internacionais de grande parte do mundo nos anos de 1970/90 foram definidas dentro da concepção neoliberal, para a qual a interferência do Estado impede o desenvolvimento. Para essa perspectiva, não cabe mais ao Estado assegurar que as escolas preparem mão de obra para o emprego, pois a partir deste momento passa a predominar a falta destes no mercado.

Conforme Machado (1998, p. 17) é nesse contexto que surgem os conceitos de empregabilidade e competência concomitantemente a uma ressignificação do conceito de educação básica, tendo em vista a

necessidade de dotar o trabalhador de perfil amplo, generalista e promover sua iniciação à cultura específica do novo paradigma tecnológico, [tendo em vista a] maior capacidade de mobilidade, adaptação e resposta do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho [...].

Machado (1998) trabalha o conceito de empregabilidade articulado ao conceito de competência e educação básica. Conforme a autora, no final da década de 1990, os analistas ligados aos organismos internacionais, a instituições empresariais, assim como burocratas estatais e formadores de opinião que compunham os principais veículos

de comunicação, passaram a defender a elevação da capacidade de competitividade do país, empresas e trabalhadores como a solução para a inserção e sobrevivência no mercado compondo o que Machado (1998, p. 17) identifica como um “discurso redentor em prol da educação básica”.

Assim, o baixo crescimento econômico e o que chamam de “subdesenvolvimento” são resultado da situação educacional do país, gerando a necessidade de políticas que induzam à criação de emprego e renda. Tais políticas, segundo recomendam estes analistas, devem ser baseadas no “fomento do que chamam de ‘círculo virtuoso’, investimentos em educação básica.” (MACHADO, 1998, p. 17). Dessa forma, a relação entre educação, trabalho e desenvolvimento retorna ao debate e a Teoria do Capital Humano é “reeditada” (MACHADO, 1998).

Nesse contexto, conforme a autora (MACHADO, 1998, p. 17), o conceito de educação básica é reconfigurado de forma que

suas novas referências curriculares [contemplem a formação de] um trabalhador de perfil amplo, generalista [além de fomentar] sua iniciação à cultura específica do novo paradigma tecnológico.

Nesse passo, os indivíduos são tidos como consumidores de conhecimento para o desenvolvimento de competências que os capacite a competir de forma eficiente no mercado. A finalidade de integrar atribuída à escola no contexto da ideologia do desenvolvimento e do pleno emprego é desfeita no âmbito econômico, incorporando uma finalidade de cunho mais particular: a formação para a empregabilidade.

Para Saviani (2010, p. 430), o que esse indivíduo pode esperar “das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade”. Nesse sentido, a educação permanece sendo um investimento em capital humano, agora individual, e é um

atributo necessário na competição pelos empregos disponíveis: quanto maior o grau de escolaridade, maiores e melhores serão as condições de empregabilidade do indivíduo. Todavia, ser empregável não é garantia de emprego, porque não há emprego para todos, nem mesmo para todos os considerados empregáveis.

A discussão acerca das questões que envolvem os conceitos de empregabilidade, qualificação e competências na atualidade será abordada no próximo capítulo, no qual também analisamos a noção de qualificação presente no discurso do quadro Sala de Emprego. Para tanto, julgamos necessário priorizar no próximo item as características do projeto político da Terceira Via, tendo em vista a atual propagação de seus pressupostos nos governos em âmbito mundial e a consequente ressignificação tanto do papel do Estado (estrito senso) quanto da sociedade civil posta em prática a partir dos pressupostos desse projeto. Tais explicitações contribuem para as discussões sobre o entendimento de qualificação profissional nessa perspectiva.

3.3 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO NO ESTADO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA

Conforme Neves e Sant'Anna (2005), a reprodução das relações vigentes nas décadas finais do século XX, mediante o agravamento do desemprego estrutural, da precarização das relações trabalhistas e a piora progressiva das condições de vida de uma parcela crescente de trabalhadores, obrigaram o capital ajustar seus modos de obtenção do consenso.

Em relação a esse panorama, Motta (2012, p. 554) aponta que nos primeiros anos de implantação da “doutrina” neoliberal

os dados da realidade iriam denunciar o caráter ideológico do conjunto de orientações técnicas do Banco Mundial para o sistema educacional dos países de ‘capitalismo dependente’.

Na década de 1990, contrariamente ao que se propagava pela TCH e pela tese da empregabilidade, a expansão do acesso à educação básica deu-se juntamente com a intensificação do desemprego, do trabalho informal e da estagnação do IDH²⁰. Dessa forma “a tese da ‘empregabilidade’ mostrava-se inviável na prática, ao passo que se comprovava que a globalização não trazia benefícios globais” (MOTTA, 2010, p. 554). Fica evidente, portanto, que os ajustes econômicos feitos a partir de 1970 tiveram um grande custo social e humano. Conforme Frigotto, tais medidas demonstram a busca da recomposição dos mecanismos de reprodução do capital por meio da agudização da exclusão social.

Nas palavras do autor (MOTTA, 2010, p. 89),

Os efeitos do ajuste neoconservador no enfrentamento da crise, que significa a definição de um novo modelo de acumulação e regulação social, dentro de um novo reordenamento mundial, têm como consequência o aumento da exclusão social. A ideia de custos sociais e humanos materializa-se pelo aumento da miséria absoluta, da fome, da violência, de doenças endêmicas e pelo desemprego e subemprego estrutural que atinge de modo diferenciado os países do Cone Norte e Sul.

Para Neves e Sant’Anna (2005), as mudanças vivenciadas no âmbito das relações sociais de produção demandaram uma reformulação do papel educador do Estado.

²⁰“No Brasil, por exemplo, entre 1992 e 1999, período em que as políticas econômicas neoliberais foram efetivamente implementadas, os números indicavam que o acesso à educação foi ampliado e o nível de escolarização dos brasileiros elevado, mas, contrapondo a ‘tese da empregabilidade’, não refletiu no mundo do trabalho – encontravam-se desempregados ou ‘desocupados’ em maiores taxas os jovens e os trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados” (MOTTA, 2009, p. 555).

Assim, o enfraquecimento do ideal neoliberal, haja vista o quadro conjuntural exposto, impôs a necessidade de uma alternativa que renovasse as bases ideológicas, mantendo o consenso e garantindo a continuação da acumulação capitalista.

Nesse passo, iniciou-se um “processo de reestruturação do Estado, tanto no que respeita a suas funções econômicas quanto a seus objetivos de legitimação social” (NEVES; SANTA ANNA, 2005, p. 32-33). Tal processo teve início no período de governo de Ronald Reagan²¹ (1911-2004) nos Estados Unidos e Margaret Thatcher²² (1925-2013) na Inglaterra. Posteriormente, os governos de Bill Clinton²³ (1946), nos Estados Unidos e Tony Blair²⁴ (1953), na Grã-Bretanha, ampliaram o processo de neoliberalização “dentro de uma concepção social-democrata reformulada, sistematizada na chamada Terceira Via” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2005, p. 70).

No que tange o entendimento da função estatal, conforme Falleiros, Pronko e Oliveira (2005), a Terceira Via e a doutrina neoliberal consideram o Estado culpado pela crise deflagrada em 1970 e defendem que a responsabilidade pela execução das políticas sociais seja retirada deste. No entanto, se diferenciam ao apontar diferentes esferas sociais para prover tais políticas: enquanto o neoliberalismo defende o repasse da responsabilidade para o mercado por meio da privatização, a Terceira Via apregoa a transferência desse compromisso para

²¹Ronald Reagan foi um político norte-americano. Ocupou o cargo de governador do estado da Califórnia entre 1967 e 1975 e de presidente dos Estados Unidos entre os anos de 1981 e 1989.

²²Margaret Hilda Thatcher foi uma política britânica. Ocupou o cargo de primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

²³Bill Clinton, político norte-americano. Ocupou o cargo de presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001.

²⁴Anthony Charles Lynton Blair, político britânico. Ocupou o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido entre 1997 e 2007, foi líder do Partido Trabalhista entre 1994 e 2007 e membro do Parlamento Britânico de 1983 a 2007.

organizações da sociedade civil, dando origem ao conceito de “público não estatal”.

Apesar de apoiar algumas políticas neoliberais de modernização do Estado entendendo-as como necessárias, a Terceira Via critica a forma como o neoliberalismo tratou as transformações atuais geradas pela globalização, não contemplando as necessidades do mercado, criando com isso grandes problemas para as bases sociais fundamentais aos próprios mercados, prejudicando o desenvolvimento econômico nos anos que se seguiram. (LIMA; MARTINS, 2005). Conforme os autores, o maior dos problemas apontados é a fragilização da “coesão social” decorrente da desconsideração com que foi tratado o âmbito social. Esta preocupação com o abalo da “coesão social” não se refere aos efeitos negativos disto na vida dos trabalhadores, mas sim à estabilidade político-social dos países. A manutenção desta estabilidade é uma preocupação compartilhada tanto pela Terceira Via quanto pelo neoliberalismo e ajuda a demonstrar o nível de vinculação entre as duas correntes econômicas.

Ambas as ideologias políticas, conforme Lima e Martins (2005), sustentam a premissa de que uma economia forte resulta de um mercado forte, e não de um sistema no qual o Estado determine os rumos da economia. A crítica endereçada pela Terceira Via ao neoliberalismo, ainda conforme os autores, restringe-se à desregulamentação do mercado e ao modo de participação do Estado, não ao seu significado político e econômico. Ao concordar com o significado político e econômico atribuído ao Estado pelo neoliberalismo, a Terceira Via indica claramente uma postura favorável ao capitalismo atual, assim como o objetivo de apenas reformar alguns aspectos que causam ameaça ao consenso em torno da hegemonia burguesa.

Conforme os autores (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45), as críticas da Terceira Via não são endereçadas apenas ao neoliberalismo, mas também ao “socialismo” sintetizado

genericamente como o conjunto que abarca os governos “desde a social democracia europeia até o socialismo revolucionário”.

Um dos fatores pelos quais a Terceira Via diz ser contrária ao ideário socialista, segundo Lima e Martins (2005), seria a concepção democrática adotada nas variantes revolucionária e reformista do socialismo. Ao formular sua concepção de democracia o projeto da Terceira Via amplia o entendimento liberal, ao considerar a relevância de se criar espaços de discussão de assuntos controversos, mas mantém a ideia de democracia como sendo as formas de governo nos quais o governante é escolhido pelo povo por meio de eleições (LIMA; MARTINS, 2005).

Dessa forma, a Terceira Via

procura esconder ou minimizar a grande contradição existente no capitalismo, qual seja a socialização da participação política convivendo com a apropriação privada dos bens sociais, culturais e econômicos (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

Ademais, conforme os autores, para a Terceira Via, o socialismo teria sido extinto juntamente com o fim do Regime Soviético, restando para seus atuais simpatizantes a defesa do velho Estado de bem-estar social que não cabe mais no contexto contemporâneo de aceleradas mudanças econômicas, culturais e tecnológicas. À vista disso, a Terceira Via aponta evidências de que a realidade configurada após a época de ouro do capitalismo necessita de uma nova direção política mundial partindo-se de “um consenso internacional de centro-esquerda para o século XXI” (GIDDENS, 2001, apud LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

Um dos pontos de partida conceitual da Terceira Via apontado por Lima e Martins (2005) corresponde ao entendimento de que os Estados nacionais continuam como

agentes importantes, tanto no âmbito internacional quanto na ordem interna das formações sociais²⁵. Isso porque

controlam territórios, enquanto as empresas não o fazem; eles podem legitimamente controlar a força militar, individual ou coletiva; e eles são responsáveis, de novo, tanto no nível individual quanto no coletivo, pela manutenção do aparato legal (GIDDENS, 2001, apud LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

Conforme Motta (2012), ao passo que crescia a precarização no mundo do trabalho, a pobreza da classe trabalhadora e a desigualdade econômica entre classes sociais e países, avançava também a ameaça de uma ruptura da ordem social estabelecida. A tensão instalada, sobretudo no final da década de 1990, devido às crises econômicas e os altos custos sociais foram o estopim de diversos movimentos sociais contra a globalização. Tal panorama de instabilidade política ajudou a instaurar a insegurança, nos setores dominantes, e a preocupação de que a desigualdade social e, sobretudo a pobreza, ameaçasse a governabilidade e a coesão social nos países de capitalismo dependente.

Nesse momento, a TCH, conforme Motta (2012) passa por um “rejuvenescimento” para se ajustar à nova lógica, agregando novos conceitos e reestabelecendo sua base teórica sob os conceitos de empregabilidade e de sociedade do conhecimento. Para a autora, nesse contexto da ideologia da globalização, o vínculo entre capital humano individual e capital humano social é desfeito.

Nesse sentido, ainda que a escola permaneça como um importante investimento para o desenvolvimento do capital

²⁵ “[...] formação social, no seu uso concreto, refere-se a dois fenômenos bastante conhecidos dos marxistas e dos sociólogos de todas as tendências – ou seja, a tipos de sociedade – (por exemplo, sociedade feudal, sociedade burguesa ou capitalista) [...]” (GUIMARÃES; BOTTOMORE, 2001, p. 159).

humano individual, a inserção que ela oportuniza se dá em um mercado altamente competitivo e restritivo, exigindo do trabalhador a posse de diferentes saberes para competir por um dos poucos empregos disponíveis (MOTTA, 2012). Dessa maneira, os indivíduos são tidos como consumidores de conhecimento para o desenvolvimento de competências que os capacite a competir de forma eficiente no mercado. Dessa forma, a finalidade de integrar atribuída à escola no contexto da ideologia do desenvolvimento e do pleno emprego é desfeita no âmbito econômico, incorporando uma finalidade de cunho mais particular: a formação para a empregabilidade.

O termo “empregabilidade”, resalta Motta (2012, p. 276), além de não considerar a educação como direito, serviu para articular o conjunto de políticas tidas como a solução para superar a crise do emprego das décadas de 1980/1990, pregando a necessidade de dinamizar o mercado por meio da “redução dos encargos patronais, da flexibilização trabalhista e da formação profissional permanente”. Nesse período, no âmbito da educação, foram postas em prática ações efetivas com base em um conjunto de orientações técnicas provenientes do quadro de especialistas do Banco Mundial.

A Terceira Via, cujo corpo teórico foi elaborado por Anthony Giddens²⁶, também chamada de centro radical, centro-esquerda, nova esquerda, nova social-democracia, social-democracia modernizadora ou governança progressiva, consiste, conforme Lima e Martins (2005), em um projeto voltado, sobretudo, para as forças sociais de centro esquerda que governaram no final do século XX, assim como as que ainda buscam chegar no poder²⁷. O projeto da Terceira Via

²⁶Anthony Giddens (1938) é um sociólogo britânico. Foi diretor da *London School of Economics and Political Science* (LSE) entre 1997 e 2003 e trabalhou como assessor do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair.

²⁷Os governos adeptos desse projeto participam da chamada Cúpula da Governança Progressiva. O Brasil, conforme Lima e Martins (2005), foi representado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso nas reuniões de 1999, 2000 e 2002. A partir de 2003, o representante brasileiro

emana das questões centrais do neoliberalismo, aprimorando-as e tornando-as condizentes com seus princípios basilares.

Sob uma leitura crítica, conforme os autores (LIMA; MARTINS, 2005, p. 43), o projeto pode ser intitulado de “social liberalismo”:

conceituação que mais claramente expressa a retomada ‘envernizada’ do projeto burguês que mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação aos elementos centrais do reformismo social democrata.

No modelo teórico da Terceira Via, “Estado e governo se (con)fundem como uma única dimensão, expressando-se como *locus* do exercício do poder, como propõe o liberalismo” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51). Ao partir desse conceito, a Terceira Via entende que o “Estado democrático” não deve ser nem “mínimo” nem “máximo”, mas sim “forte” ou “necessário”.

Daí decorre o entendimento de “governabilidade” ou “governança” como algo capaz de pôr em harmonia e concordância as ações empreendidas pelo ‘Estado democrático’ e as ações dos organismos da sociedade civil (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

Segundo Lima e Martins (2005), esse entendimento de articulação entre esfera estatal e esfera privada embasa e fundamenta o conceito de público não estatal.

Conforme os autores (2005, p. 51),

Trata-se de um duplo reconhecimento de mesmo significado: primeiramente, o capitalismo não sobrevive sem o Estado; em segundo lugar, o Estado deve estar a serviço do capitalismo.

passa a ser o presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva (LIMA; MARTINS, 2005).

Outro princípio da Terceira Via destacado por Lima e Martins (2005) diz respeito à necessidade de reformar a aparelhagem estatal. Com base no pressuposto de que as formas de organização estatal influenciada pelo modelo de Estado de bem-estar social chegaram ao máximo de incapacidade política e econômica diante dos problemas atuais, indicam a urgência de uma reconfiguração organizacional nos âmbitos jurídicos, políticos e econômicos.

Nesse mesmo viés interpretativo, o surgimento e a propagação de organizações em torno de questões, como raça e gênero, indicam que a política tradicional de tipo fordista não é uma alternativa viável, pois não corresponde mais às necessidades do mundo atual. Tais organizações seriam reveladoras, conforme essa perspectiva, de uma tendência a relações sociais baseadas mais no diálogo e menos no conflito.

Desse modo, a Terceira Via entende que o “novo Estado democrático” deve estimular e fortalecer essas organizações, por meio da

definição de espaços de participação direta na aparelhagem estatal, incorporando as novas organizações em sua estrutura por meio de parcerias, de modo a transformá-las em propulsores da “confiança ativa”, do equilíbrio harmônico entre indivíduos e a esfera da nova política, fortalecendo, assim, os laços de convivência pacífica e construtiva (LIMA; MARTINS, 2005, p. 55-56).

No ideário da Terceira Via, para que se efetive a transformação da função estatal, ou para que se construa o “novo Estado democrático”, é imprescindível que a sociedade civil também passe por uma renovação e reordenamento. Para tanto, o governo deve se responsabilizar por renovar a chamada “cultura cívica” da sociedade civil, guiando esse processo por meio de algumas diretrizes.

Esta seria a função pedagógica do Estado: alavancar uma nova cultura cívica por meio da renovação da organização

da sociedade civil, com vistas à consolidação da coesão social, ao empreendedorismo social e à ação voluntária. Essa questão será retomada mais adiante quando tratarmos da concepção de capital social.

Tendo em vista que esse movimento de organização da “sociedade civil” depende de indivíduos que estejam dispostos a se organizarem para prestar serviços e não mais exigirem direitos, Lima e Martins (2005, p. 50) apontam como princípio fundamental do projeto da Terceira Via a “reinvenção da sociedade civil”, o que compreende a construção de uma “sociedade civil ativa”, composta por

homens e mulheres mais bem-informados e educados, que passam de sujeitos históricos a atores sociais, que assimilam uma nova postura social expressa na prestação de serviços e não na reivindicação coletiva de direitos.

Além dessa reformulação da sociedade civil, seria necessário o rompimento com todo e qualquer vínculo teórico e histórico que ligue o mundo atual com o “chamado velho mundo das polaridades” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 52). Isso porque, no argumento da Terceira Via, a concepção de sociedade civil atual “foi o produto de arranjos sociais que não mais existem” (GIDDENS, 1996 apud LIMA; MARTINS, 2005, p. 52). Dessa forma, a chamada sociedade civil ativa passaria a ser o lugar da solidariedade, da colaboração e da ajuda recíproca.

Conforme Lima e Martins (2005, p. 57), para a Terceira Via, tanto a promoção da igualdade com inclusão social quanto a promoção do bem comum deveriam ser garantidas por meio de

'políticas [sociais] gerativas' que desenvolvam o chamado 'capital social' dos grupos de indivíduos para a ação, incutindo neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos e rompendo em definitivo com a cultura de dependência

criada pelo Estado de bem-estar social e suas políticas sociais universais.

De acordo com Motta (2012), no projeto da Terceira Via de Giddens destacam-se a competitividade e a geração de riquezas, considerando-se a natureza do mercado. Nas palavras de Giddens (2005 apud MOTTA, 2012, p. 82),

o governo tem o papel essencial de desempenhar investindo nos recursos humanos e na infraestrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial.

Está posta a evidente ênfase na capacidade de gerenciamento dos empresários por serem supostamente estes os mais qualificados para administrar os riscos e implementar estratégias de gestão de resultados eficazes, considerando a gestão estatal ineficiente, não favorável à competitividade.

Além disso, nessa perspectiva, o Estado é visto como responsável por estabelecer uma relação de subordinação, mantendo os pobres como seus dependentes ao não proporcionar o desenvolvimento da autonomia necessária para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Dessa maneira, de acordo com o ideário da Terceira Via, as ações estatais devem ser direcionadas para dois objetivos bem definidos: repolitizar a política (criando uma nova subjetividade e novos sujeitos políticos capazes de assumir tarefas até então de competência do Estado) e impulsionar a economia capitalista (defendendo as parcerias entre o público e o privado). Ambiciona-se, por meio dessas estratégias, criar um tipo bem específico de participação na vida social, bem como de sujeito político, de frágil consciência, tanto política quanto de pertencimento de classe.

No que tange ao objetivo de “repolitizar a política”, Falleiros, Pronko e Oliveira (2005) apontam o aperfeiçoamento de estratégias políticas para a criação de uma nova subjetividade coletiva resultando em uma nova sociabilidade.

Nesse sentido, os autores (2005, p. 72) percebem a ampliação da influência do ideário hegemônico

no senso comum (vida cotidiana, lazer, mídias); na educação política, por meio de novos e ampliados aparelhos privados de hegemonia; na educação escolar (educação básica, ensino superior, pós-graduação).

Tais estratégias fazem parte do processo de “repolitização da política” que caracteriza

a construção de um novo senso comum e a formação escolar e política dos intelectuais em consonância com os fundamentos da nova pedagogia da hegemonia, confluindo para a configuração de uma esquerda para o capital e uma direita para o social (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2005, p. 37).

Conforme Neves (2005, p. 109), a igreja, a escola e a mídia são os aparelhos privados clássicos da organização cultural brasileira. Todavia, atualmente têm se criado e multiplicado novos aparelhos de propagação da cultura hegemônica, formados pela burguesia

por meio de suas fundações empresariais e de sua organização sindical e também pelo governo do Estado, por intermédio de subsídios financeiros das empresas estatais ou dos próprios organismos da administração direta, por organizações não governamentais.

As organizações que compõem o chamado 'terceiro setor'²⁸, segundo Neves (2005, p. 122), “constituem-se em sua maioria em aparelhos privados de hegemonia que, direta ou indiretamente, reproduzem a concepção de mundo burguesa

²⁸Ou seja, ONGs, fundações e associações civis sem fins lucrativos. Na perspectiva da Terceira Via, o ‘terceiro setor’ é tido como o mais importante promotor da relação entre o público e o privado, ou seja, entre o Estado e o mercado.

mundial no espaço nacional”. Tratando especificamente o cenário brasileiro, de acordo com a autora, o papel dessas organizações está no processo de “repolitização da política”.

Especificamente as associações civis privadas sem fins lucrativos vêm-se constituindo, desde que eclodiram no cenário político nacional, como instrumentos de ampliação dos marcos da democracia direta nos anos de abertura política, em importantes veículos de repolitização da política, pois, por intermédio do financiamento externo de suas atividades, passaram, em boa parte, a disseminar os postulados e proposições neoliberais já hegemônicos à época em âmbito internacional (NEVES, 2005, p. 123).

Conforme Lima e Martins (2005, p. 63), no entender da Terceira Via os novos organismos sociais diferem das organizações do passado, pois aquelas se embasavam na ideia de filantropia ou nas disputas entre as duas polaridades mundiais (Estados Unidos e União Soviética); já as organizações atuais calcadas sobre essa concepção de parcerias devem servir como parâmetro no processo de fortalecimento e dinamização das novas relações sociais. Nessa linha de entendimento da função estatal,

a solução dos problemas e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por intermédio de ‘parcerias’ com a aparelhagem estatal e outros organismos da sociedade civil, e não mais nas políticas universalizantes.

Isso porque, da mesma forma que na ótica da TCH, na perspectiva da Terceira Via o desemprego e a pobreza são considerados como falta de sorte ou falta de capacidade dos indivíduos e devem ser superados por meio de princípios éticos universalmente aceitos como válidos além de práticas de ajuda recíproca.

Nesse sentido, conforme o ideário da Terceira Via,

As ações, portanto, deveriam estar voltadas para gerir o sofrimento por meio do amparo social ancorado pela noção de capital social. Assim, a Terceira Via desresponsabiliza o capital, desresponsabiliza a história e responsabiliza os sujeitos e suas associações pela garantia de estabilidade social, política e psicológica profundamente abalada pela eliminação de um horizonte de transformação (LIMA; MARTINS, 2005, p. 65).

Nesta concepção, o trabalhador, atento aos riscos da “sociedade globalizada” e “altamente tecnológica”, deve permanecer no processo educacional,

adquirindo habilidades específicas necessárias às transições entre empregos e desenvolvendo competências cognitivas e emocionais, isto é, estar ao longo de toda a vida²⁹ [...] ‘cultivando o seu potencial humano’ para manter-se ou incluir-se no mercado (MOTTA, 2012, p. 82).

Do ponto de vista ideológico, uma vez que a inserção no mercado de trabalho via investimento em capital humano revelou-se ineficaz, estava posta a necessidade de redefinir estratégias de legitimação do consenso em torno da sociabilidade burguesa. Para tanto, conforme Motta (2012), a ideologia do capital é submetida a um novo rejuvenescimento. Essa manobra ideológica se dá, segundo a autora, por meio da articulação entre a TCH e a teoria do capital social, o que significa manter a base ideológica da TCH, todavia atribuindo à educação uma nova função, qual seja: “aumentar a produtividade das camadas mais pobres da população através da ampliação do acesso aos bens sociais, isto é, gerando capital social” (MOTTA, 2012, p. 284).

²⁹Sobre a noção de Educação ao longo da vida difundida pelos organismos internacionais apontamos o estudo de Rodrigues (2008).

Nesse sentido, a Terceira Via resgata as noções próprias da TCH, a qual “reconhece o conhecimento e as capacidades técnicas dos trabalhadores como uma forma de capital capaz de gerar lucro e riqueza” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 62) e incorporando nessa a noção de capital social. Assim, somaram-se os fundamentos da TCH à teoria do capital social.

Nas palavras de Motta (2009, p. 561), a teoria do capital social é um novo paradigma que

visa superar a pobreza através da colaboração e da cooperação dos cidadãos no processo de alargamento do acesso dos mais pobres aos benefícios econômicos e bens socioeconômicos já disponíveis na sociedade. Nesta perspectiva, o papel ativo da sociedade civil, da comunidade e dos grupos é fundamental, pois a ampliação deste recurso social (o capital social, ou confiança, cooperação, reciprocidade) requer mudanças culturais.

Inicia-se então uma nova etapa de prescrições políticas formuladas e disseminadas pelos principais organismos multilaterais. De acordo com Motta (2012), a partir dos anos 2000³⁰ mecanismos de ajustes políticos vêm sendo apresentados pelos organismos multilaterais, tendo sua expressão máxima nas Políticas de Desenvolvimento do Milênio (PDMs), cuja principal meta, dentro dos objetivos propostos, é a extinção da pobreza até o ano de 2015.

Para a autora (2012, p. 85), as PDMs

introduzem novos mecanismos de hegemonia de função de direção intelectual e moral para abrandar os efeitos das políticas neoliberais e dar condições de reprodução do capital na virada do milênio.

³⁰Do encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) ao encontro da Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, realizado em 2000, em Nova York, definiu-se um conjunto de políticas que foi denominado Políticas de Desenvolvimento do Milênio (PDMS) (MOTTA, 2009).

Com base em D'Araújo, Motta (2012) ressalta que o termo “capital social” não é novo, mas ganha uma nova roupagem na contemporaneidade a partir da tese de Robert Putman³¹ (1993). Conforme Motta (2012), para Putman (1993), a diferença no desenvolvimento econômico e social em qualquer formação histórico-social está no grau da ‘cultura cívica’ dos indivíduos, sendo que quanto maior o grau de consciência cívica, maior seria a solidariedade e confiança entre os indivíduos e o nível de bem-estar social (MOTTA 2009; 2010; 2012).

Dessa forma:

A propensão de uma comunidade a formar associações civis é fundamental para a eficácia e a estabilidade de um governo democrático, pois essas organizações incutem nos membros os hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, isto é, se traduzem em capital social. Sociedades ou regiões com estruturas democráticas seriam mais capazes de avançar em termos de crescimento econômico e social, pois podem empreender a dimensão comunitária do desenvolvimento e, dessa forma, superar a questão social através da cooperação. (MOTTA, 2012, p. 149).

De acordo com a autora (2012), muitos teóricos têm se dedicado às teses do capital social, destacando-se (além de Robert Putman) Amartya Sen³² e Francis Fukuyama³³ como referências, tanto nos estudos desse tema quanto no fundamento das formulações das políticas dos organismos

³¹Robert David Putman (1941) é um cientista político e professor norte-americano, com atuação na Universidade Harvard.

³²Amartya Sen (1933) é um economista indiano.

³³Yoshihiro Francis Fukuyama (1952) é um filósofo e economista político nipo-estadunidense.

multilaterais. Ainda assim, a autora explica em nota que a tese de Putnam “é a base de fundamentação que levou outros autores a aprofundarem a temática [...]” (MOTTA, 2012, p. 143).

Embora cada organismo multilateral tenha elaborado sua concepção de capital social, o sentido geral conferido ao termo significa, em suma, “a capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (D’ARAÚJO, 2003, p. 10 apud MOTTA, 2012, p. 140).

Assim:

Em tese não há uma definição clara de capital social. Ela é introduzida através da enumeração de vários atributos relacionados a uma comunidade cívica, com variáveis de estrutura e atitude que levam à formação de redes de cooperação visando à produção de bens coletivos e à capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal. O capital social é um elemento facilitador da cooperação voluntária (MOTTA, 2012, p. 169).

Nessa perspectiva a mudança social almejada — superação da diferença de desenvolvimento econômico e social das formações histórico-sociais — acontecerá por meio da solidariedade e da colaboração entre os membros de uma comunidade. A questão central, portanto, é o desenvolvimento da cultura cívica³⁴. De acordo com Motta (2012), Giddens considera que as camadas mais atingidas pelas mudanças econômicas são as que possuem menos envolvimento cívico,

³⁴“A cultura cívica pode ser entendida como o civismo, a cultura política, as tradições republicanas, a capacidade da sociedade de obter maior participação política e organização social, de estabelecer uma relação menos hierarquizada, tem a função de controlar os bens socioeconômicos ou os estoques pessoais de ativos, que é exercida pela sociedade civil organizada” (MOTTA, 2012, p. 148-149).

que resulta na redução do senso de solidariedade, no aumento da criminalidade e na dissolução da família.

Assim, Estado e sociedade civil devem se unir para superar esse quadro, se responsabilizando pela função crucial de

'renovação da cultura cívica', podendo alterar o quadro de declínio cívico que vem se configurando no final do século, desde que atue diretamente em pequenos grupos, principalmente nos grupos mais pobres, estimulando o sentimento comunitário, no sentido de solidariedade em relação àqueles que têm preocupações semelhantes e que se juntam para empreender uma 'jornada pela vida'. (MOTTA, 2012, p. 82).

Para que se obtenha uma comunidade cívica, faz-se necessário o desenvolvimento da virtude cívica, composta por valores, como a tolerância, a solidariedade e a confiança mútua. Como se observa para essa concepção, o equilíbrio social, a estabilidade política, a boa governança e o desenvolvimento econômico estão subordinados em maior grau ao capital social do que ao capital humano ou ao próprio capital físico. Isto porque, do capital social depende a coesão social, fundamental nessa perspectiva para a manutenção do consenso da ideologia burguesa e o estabelecimento do conformismo.

Segundo a teoria do capital social, a superação da pobreza está condicionada à criação de associações solidárias que tenham como objetivos resolver problemas individuais e comunitários pontuais, a criação de cooperativas comunitárias de produção e de redes solidárias visando, sobretudo, o fortalecimento da “cultura cívica”.

Nessa perspectiva, cabe à educação duas funções: construir essa “cultura cívica”, ou seja, capital social,

em parceria com as organizações da sociedade civil [bem como] aprimorar o capital humano

direcionado aos trabalhadores que já possuem qualificações profissionais competitivas e necessárias para o mercado de trabalho complexo (MOTTA, 2012a, p. 21).

A autora ressalta que a construção da cultura cívica estaria mais voltada para a camada de trabalhadores que “fora como que descartada no mercado de trabalho no processo de reestruturação produtiva neoliberal dos anos 1990, mas que ainda possui capacidade produtiva” (MOTTA, 2012a, p. 21). Nos termos da autora:

Dos trabalhadores que apresentam condições de investir em seu capital humano exigem-se elevação do nível educacional e qualificação permanente como formas de inserção num mercado competitivo e complexo e como condições de ingresso do país no mundo globalizado. Já para os trabalhadores que amargam a falta das condições competitivas exigidas no atual mercado de trabalho formal é sugerido o desenvolvimento de suas capacidades básicas de realização produtiva a fim de que obtenham condições mínimas de sobrevivência (MOTTA, 2012a, p. 21-22).

4 O MERCADO DE TRABALHO E O TRABALHADOR DESEJÁVEL RETRATADOS NO QUADRO “SALA DE EMPREGO”: O DISCURSO DA OPORTUNIDADE

Neste capítulo, procuramos apresentar o retrato do mercado de trabalho e do trabalhador desejável feito pelo quadro “Sala de Emprego” confrontando-o com as considerações de alguns autores que abordam o tema sob uma perspectiva crítica.

Antes de tudo, importa dizermos que, em termos gerais, o mercado de trabalho retratado pelo quadro é um mercado no qual “sobram” oportunidades e “faltam” trabalhadores qualificados para aproveitar essas chances. O termo oportunidade é bastante significativo na composição do discurso proferido no quadro³⁵.

Diante disso, procuramos compreender que tipos de “oportunidades” estão sendo anunciadas, como elas ajudam a compreender o retrato do mercado de trabalho e o perfil de trabalhador que este mercado deseja, conforme o apreço no programa. O mercado de trabalho anunciado, como dissemos, é um reduto onde “sobram” oportunidades (porque o mercado seria, além de concessor, o próprio criador destas): um primeiro tipo ofertado diz respeito à chance de obtenção de uma vaga no âmbito do emprego formal — com carteira assinada —, ou seja, a de se tornar empregado; o segundo é o de se tornar “dono do próprio negócio” ou a “oportunidade de empreender”; o terceiro e último resume-se na oportunidade de o trabalhador “investir na sua empregabilidade” por meio de estágios, *trainees*, trabalhos temporários e voluntários.

4.1 OPORTUNIDADE DE SER EMPREGADO

³⁵ Das 41 edições que selecionamos para análise, ele aparece em 30, ou seja, cerca de 75% delas.

Um “mundo de oportunidades”, ou melhor, um “Brasil de oportunidades”: esse é o retrato do mercado de trabalho pintado pelo quadro SE. As oportunidades estão aí, por todos os lados, para todos indistintamente, basta estar “qualificado” para saber aproveitar. Posto dessa maneira, o termo sugere que os problemas enfrentados no mercado de trabalho não resultam da relação capital-trabalho, mas sim de escolhas erradas feitas pelos trabalhadores, reforçando, com isso, o ideário neoliberal da meritocracia e da sobrevalorização das leis do mercado.

Dos sinônimos comumente atribuídos ao termo “oportunidade”, o que melhor traduz a utilização desse termo no discurso do quadro é a expressão “ocasião favorável”, uma vez que o quadro retrata o mercado de trabalho brasileiro atual como um mercado em expansão, que abre espaço para “novos empreendimentos” e que está disposto a pagar bons salários, mas que enfrenta a falta de trabalhadores qualificados, tanto para ocupar as vagas de emprego (que acabam, por esse motivo, “sobrando”) quanto para abrir seu próprio negócio.

As falas a seguir são emblemáticas nesse sentido:

Aor/JH³⁶ – É, a gente vai mostrar que estão sobrando vagas no país. E você pode conseguir uma chance, justamente hoje [...] (SE, 25/06/2012)³⁷.

A/JH – Hoje é dia da nossa sala de emprego e vamos falar das oportunidades geradas com a exploração de petróleo, gás e mineração. Tem vagas pra todos os níveis e os salários são bons [...] (SE, 11/03/2013).

³⁶Os participantes do programa foram identificados por siglas, cuja definição disponibilizamos na Lista de Siglas desta dissertação.

³⁷Para fins de padronização, utilizaremos entre parênteses a sigla SE para se referir ao quadro “Sala de Emprego” nas transcrições dos programas, seguidas das respectivas datas de exibição no JH. Todas as reportagens selecionadas para análise foram listadas contendo data, título e tempo de duração (ver Apêndice C – Quadro 3).

E (representante Confederação Nacional de Comércio de Bens e Serviços)³⁸ – O indício de escassez é justamente isso. O emprego cresce e o salário acompanha esse crescimento, quer dizer, o empresário quer contratar, quer continuar contratando e acha dificuldade para preencher essa vaga e obviamente tem que ofertar um salário maior para conseguir preencher essa vaga que ele está procurando (SE, 27/05/2013).

O fato de existirem vagas parece suficiente para justificar a utilização da expressão “sobrando” vagas pelos apresentadores do programa. A maneira como os dados são apresentados parece fazer crer que de fato a situação é muito favorável; ainda assim, se nos detivermos um pouco nos próprios dados exibidos, não é preciso fazer muito esforço para perceber que falar em sobra de vaga é um exagero.

Na edição de 25 de junho de 2012, o quadro, utilizando dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CAGED), informa que o país criou no mês de maio do mesmo ano um total de 139.679 vagas. Parece lógico pensar que para que estivesse “sobrando” vagas o número de desempregados no país deveria ser de no máximo 139.678, ou seja, um a menos do que o total de vagas criadas. Somente dessa forma poderíamos dizer que haveria vagas para atender a todos os desempregados e ainda um excedente.

Todavia, a mesma reportagem nos informa que o total de desempregados naquele momento no Brasil era de 1 milhão e 400 mil. Mesmo revelando tamanha desproporção, a fala dos apresentadores é feita em tom otimista, o que nos leva a crer que essas vagas em aberto são de fato uma “oportunidade” para essas pessoas. Isso porque esse total de desempregados no país

³⁸As identificações de convidados e entrevistados aparecem conforme mencionadas pelo quadro Sala de Emprego.

é dito apenas uma vez, enquanto o resto das falas destaca a quantidade de vagas em aberto, utilizando expressões como “a gente vai mostrar que estão sobrando vagas no país”, “Olha só: os números são animadores”, “Como a gente viu o Nordeste está aí, ‘bombando’ de vagas” (SE, 25/06/2012).

Outra forma de analisarmos esse otimismo em relação ao mercado de trabalho brasileiro seria considerar que o programa está tratando de uma demanda crescente de vagas sendo abertas. De fato, é possível identificarmos ao longo do discurso do programa um otimismo em relação aos próximos anos, mostrando um aquecimento na economia brasileira, bem como setores que mais estão empregando e que irão gerar possibilidades nos próximos anos, como é o caso do setor de serviços. Todavia, o programa não nos deixa claro se está tratando de vagas no âmbito formal (registro em carteira de trabalho) ou se refere a vagas geradas na “economia informal”³⁹. Esta falta de precisão é recorrente nas demais edições analisadas e não compreende somente o setor de serviços, o que nos leva a crer que há uma estratégia discursiva no quadro SE que visa não diferenciar o trabalho formal do informal e assim não problematizar a precariedade vinculada ao trabalho informal.

Contrapondo essa visão de mercado de trabalho que nos é mostrada no programa, diversos autores (DRUCK, 2011; ANTUNES, 2009, 2010, 2011; ALVES, 2011) têm demonstrado uma precarização dos postos de trabalho nas últimas décadas. Isso não só nos países periféricos, mas

³⁹Conforme relatório da OIT (2006, p. 7), “A expressão ‘economia informal’ refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos”.

também nos países de capitalismo central, como é o caso dos países europeus⁴⁰. Procuramos abordar as transformações mais gerais pelas quais o mercado de trabalho capitalista passou a partir dos anos de 1970 no primeiro capítulo desse estudo. Nesse momento, elegemos alguns estudos significativos que demonstram a continuidade e intensificação da precarização nas atuais relações de trabalho, no sentido de rebater a perspectiva promissora apresentada pelo quadro SE.

Ao privilegiar o anúncio dos dados positivos do mercado de trabalho, desconsiderando elementos importantes que ajudam a explicar essa aparente condição favorável, o discurso do programa não considera as consequências estruturais da reestruturação produtiva e passa a tratar de fenômenos conjunturais como sendo de ordem estrutural. Julgamos indispensável distinguir mudanças de ordem estrutural das mudanças de ordem conjuntural para que tenhamos clareza da real situação do mercado de trabalho.

Uma conjuntura favorável pode levar a índices de emprego maiores, todavia é preciso avaliarmos de que tipo de emprego se trata e por quanto tempo esses postos permanecerão disponíveis. A situação do mercado de trabalho brasileiro na primeira década de 2000 é um exemplo disso. De acordo com Alves (2011), as taxas de emprego desse período elevaram-se, no entanto isso deve ser analisado levando em conta a diminuição da qualidade dos empregos, bem como dos salários pagos.

⁴⁰Podemos observar essa realidade em Vasapollo (2005), que empreende um estudo sobre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nos países considerados avançados. O autor aponta as diferentes formas de precarização da força de trabalho que vêm predominando em todo o contexto europeu. Para o autor, as novas modalidades de assalariamento que diferem das formas de trabalho regulamentadas, relativamente estáveis, próprias do modelo de produção fordista, caracterizam-se por um alto grau de precariedade, formando o que o autor denomina de “trabalho atípico”.

Alves (2011) compara o período relativo aos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), também chamado de “neodesenvolvimentista”⁴¹, com o período de governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Conforme o mesmo autor, de um modo geral, a retomada do crescimento do PIB na primeira década de 2000 resultou em uma recuperação do mercado de trabalho, observada na movimentação positiva de pessoal nos vários setores da atividade econômica brasileira. Todavia, o crescimento da economia brasileira no período analisado não significou alterações substantivas na qualidade do emprego gerado. Ainda que no plano macroeconômico a massa salarial tenha aumentado relativamente as ocupações criadas, pagam baixos salários e é alta a rotatividade da força de trabalho; dessa forma, o rendimento médio real tende a se estagnar.

Assim,

⁴¹Conforme Alves (2011), o “modelo neodesenvolvimentista” possui diferentes direções no que tange ao papel do Estado, atuando como financiador, investidor e provedor. Na função de financiador, o Estado utiliza recursos do BNDES e induz o crescimento econômico ao fortalecer grupos privados em setores tidos como estratégicos. Como investidor, o Estado se responsabiliza por investimentos em grandes obras de infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Uma diferença entre o “nacional-desenvolvimentismo” tradicional e o chamado “neodesenvolvimentismo” consiste no Estado não ser proprietário, mas sim ser uma alavanca (a principal nesse caso) para criar grandes empresas privadas capacitadas a disputar tanto no mercado nacional quanto internacional. Já no papel de provedor, o “Estado Social”, como denomina o autor, tem o papel de provedor de políticas sociais, sobretudo, na diminuição da pobreza, destacando-se, nesse caso, o Bolsa Família (ALVES, 2011). Conforme o autor (2011), esse período caracterizou-se tanto pela relativa retomada do crescimento da economia brasileira, sobretudo a partir de 2007, como pela consolidação no país das mudanças no mundo do trabalho marcadas pela flexibilização dos salários e jornadas laborais, conseqüentes do novo modelo de acumulação - “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) -, e não de aspectos conjunturais.

[...] o saldo positivo entre admitidos e desligados não expressa a qualidade do emprego. Pelo contrário, a alta taxa de rotatividade de força de trabalho mantém-se nos vários setores da atividade da economia brasileira, demonstrando que a recuperação do mercado de trabalho pode ocorrer *pari passu* com a persistência da precarização laboral (ALVES, 2011, p. 160, grifo do autor).

O número de vagas com carteira assinada é outro motivo de otimismo no discurso do quadro, todavia esse dado não pode ser analisado por si só, mas sim levando em conta fatores concomitantes, como é o caso da fragilização dos direitos trabalhistas. Encontramos um exemplo claro disso na explicação para o crescimento da taxa de formalidade que se deu entre os anos de 2003 e 2007. Conforme Alves (2011), essa explicação envolve uma série de elementos que não significam, necessariamente, uma revolução no funcionamento do mercado de trabalho no Brasil. Para esse autor, são exemplos desses elementos: as legislações e ações governamentais empreendidas na década de 2000 que, objetivando a formalização do vínculo empregatício, promovem a contratação formal, mas em contrapartida possibilitam a flexibilização dos estatutos salariais; a formalização do trabalho doméstico; o aumento da contratação de funcionários públicos e a formalização dos empregadores e trabalhadores por conta própria que, com isso, passaram a contribuir para a previdência social.

O otimismo com que o discurso do quadro anuncia as vagas abertas contribui para escamotear o movimento de institucionalização da precarização do trabalho pelo qual o mercado de trabalho vem passando. Druck (2011) considera que a precarização do trabalho é tanto um velho como um novo fenômeno, pois a precarização do trabalho não só permanece como foi institucionalizada. A autora retoma a “tipologia da

precarização” elaborada por Franco e Druck (2009 apud DRUCK, 2011, 47) composta por cinco tipos de precarização: “vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais”; “intensificação do trabalho e terceirização”; “insegurança e saúde no trabalho”; “fragilização da organização dos trabalhadores” e acrescenta um sexto tipo: a “condenação e o descarte do direito do trabalho”.

Tratando do contexto do mercado de trabalho na época da elaboração dessa tipologia, Druck (2011, p. 47) afirma que

as formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, cujas formas de ocupação e o desemprego ainda revelam, em 2009, um alto grau de precarização social.

Dessa forma, considerando o total de Pessoas Economicamente Ativas (PEA) fora do mercado de trabalho, os ocupados com remuneração monetária sem carteira assinada e, conseqüentemente, sem os direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal, bem como o número de pessoas com rendimento mensal de menos de um salário mínimo, as autoras chegaram ao primeiro tipo de precarização que demonstra a “vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais”.

Druck (2013, p. 23), ao citar esse tipo de precarização, acrescenta:

Várias análises destacam o crescimento do emprego com carteira assinada (formal) na última década, como um grande avanço. O que de fato é relevante, mas não se pode reduzir a análise do trabalho e do emprego no Brasil a esse dado, pois não retrata o conjunto da realidade dos trabalhadores, e desta forma, não

é um indicador de suspensão ou redução da precarização social do trabalho no Brasil.

O segundo tipo de precarização social citado por Druck (2011, p. 48) denominado “padrões de gestão e organização do trabalho” compreende as formas de organizar e gerir o trabalho, objetivando mais intensificação deste e levando a precarização das condições de trabalho por meio da

(imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência etc.) sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica, e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral [...].

Ao retomar essa questão, Druck (2013) acrescenta que este tipo ou dimensão da precarização tem sido mais pesquisado e demonstrado exatamente nos empregos formais, sejam privados ou públicos, por meio de estudos de caso ou setoriais.

De acordo com Druck (2013), pesquisas têm apontado a terceirização como a principal forma de precarização do trabalho no Brasil, tornando-se uma “epidemia sem controle” nos anos 2000. Isso porque a terceirização é uma modalidade de gestão e organização do trabalho que melhor corresponde à lógica da acumulação financeira, uma lógica que preza os curtos prazos, maximização do tempo, elevação da produtividade, redução de custos e volatilidade nas formas de inserção e de contratos (DRUCK, 2013).

A autora aponta (2013, p. 24) ainda que a terceirização cresce, sobretudo, no setor privado, mais especificamente em

áreas nucleares das empresas e apresenta novas modalidades, a exemplo das cooperativas, das ‘empresas do eu sozinho’(pejotização) e do trabalho em domicílio, também chamado de teletrabalho.

Com base em estudo do Dieese-CUT de 2011, a autora ressalta que 25,5% dos empregos formais em 2010 no Brasil eram do tipo terceirizado. Com base na mesma pesquisa, tratando das condições de trabalho nesses setores, a autora destaca (2013, p. 23) que

A remuneração dos empregados em setores tipicamente terceirizados é 27,1% menor do que a dos demais empregados. A jornada de trabalho é de 3 horas a mais para os terceirizados, enquanto que o tempo de permanência no emprego é 55,5% menor do que o dos demais empregados e a taxa de rotatividade nas empresas tipicamente terceirizadas (jan a ago/2011) é de 44,9% enquanto nas demais empresas é de 22%.

O terceiro tipo de precarização social elencado por Druck (2011) corresponde às “condições de (in)segurança e saúde no trabalho”, conseqüentes do desrespeito às medidas essenciais para a segurança no trabalho.

De acordo com a autora (DRUCK, 2013, p. 23), os padrões de gestão

desrespeitam o necessário treinamento, ignoram as informações sobre riscos, não implementam medidas preventivas coletivas, definem metas inalcançáveis e usam o assédio moral para o cumprimento, etc., subordinados à busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas.

Ainda segundo Druck (2013), as estatísticas sobre os acidentes de trabalho no país, embora subregistradas, mostram um aumento de 126% na quantidade de acidentes entre os anos de 2001 e 2009. Os índices mostram que a taxa de mortalidade por acidente de trabalho é maior entre os empregados terceirizados quando comparada com a de empregados diretos. Além dos acidentes, outro fato que se evidencia na questão da

saúde no trabalho são os resultados de estudos no campo da saúde mental.

O tipo de precarização do trabalho denominada “perda das identidades individual e coletiva” é, segundo Druck (2011, p. 50),

fruto da desvalorização simbólica e real, que condena cada trabalhador a ser o único responsável por sua empregabilidade, deixando-o subjugado à ‘ditadura do sucesso’ em condições extremamente adversas criadas pelo capitalismo flexível.

Caracterizamos o quinto tipo de precarização pela “fragilização da organização dos trabalhadores” e evidenciamos, de acordo com Druck (2011), no atual enfraquecimento da organização sindical e de dificuldade encontrada pelos trabalhadores atualmente de se organizarem em formas de representação, como os sindicatos. Para a autora, essa dificuldade de organização decorre, sobretudo, do acirramento da concorrência entre os trabalhadores, que leva à heterogeneidade e divisão entre eles, tomando, nas palavras de Druck (2013, p. 23), uma “pulverização dos sindicatos criada, principalmente, pela terceirização”.

Druck (2011) acrescenta à tipologia da precarização, elaborada por Franco e Druck em 2009, um sexto elemento: “a condenação e o descarte do Direito do Trabalho”. A esse respeito, Druck (2013, p. 24) aponta as modificações que ocorreram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1990 e o atual discurso que prega “uma reforma trabalhista ‘moderna’ que corresponda às ‘mudanças no mundo do trabalho’”, cujos representantes são os “setores mais modernos da indústria brasileira, como o empresariado industrial representado pela CNI”, bem como “alguns dos mais fortes sindicatos brasileiros”. Um grande exemplo disso encontramos no documento *101 propostas de modernização trabalhista*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicado no Brasil

em 2012. Ao analisar o referido documento, Druck (2013) ressalta que os fenômenos da precarização, flexibilização e modernização são iguais por apresentarem a mesma natureza e o mesmo conteúdo.

Também Antunes (2009, p. 234) deixa clara a íntima relação entre “flexibilização” e “precarização”. Para esse autor, a flexibilização pode ser tanto salarial, de horário, funcional ou organizativa, mas corresponde a vantagens e possibilidades que beneficiam somente a empresa.

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho.

Atualmente, observamos uma crescente perda de direitos trabalhistas conquistados a duras penas em tempos passados e a substituição destes pelos chamados benefícios pautados pelo princípio da negociação individual em detrimento das negociações coletivas. Nesse ponto fica evidente, mais uma vez, a fragilização dos sindicatos.

No discurso do quadro SE, a individualização dos benefícios aparece como uma vantagem para o empregado e como uma estratégia da empresa para atrair e manter os melhores profissionais. Os benefícios são considerados uma boa alternativa tanto para as empresas quanto para os

funcionários, isso porque para as primeiras eles funcionariam como um atrativo para manter os funcionários empregados, bem como para atrair novos colaboradores; para os empregados, os benefícios seriam vantajosos, porque possibilitariam mais autonomia na negociação, ou seja, o funcionário teria a liberdade de indicar e negociar com o patrão as necessidades contempladas com benefícios.

Notamos ainda que, por meio dessa prática, a empresa oferece suporte para questões que anteriormente eram providas pelo Estado, como plano odontológico, plano de saúde e previdência. Extraímos os excertos a seguir de conversas entre a apresentadora do quadro SE e “especialistas” convidados que nos ilustram o que está sendo tratado:

C (especialista em RH) – Sim. O funcionário se sente muito confortável em ter a empresa como provedora de benefícios. Esse é o primeiro ponto. O segundo, é que ele pode escolher, o que foi muito diferente tempo atrás. Hoje é padrão. Então previdência privada, seguro saúde e há empresas que oferecem bolsa auxílio estudo, desconto ao medicamento e o funcionário escolhe o que for melhor pra ele (SE, 25/03/2013).

A/SE – Boa tarde. Primeira pergunta é a seguinte: individualizar o que se oferece para o funcionário é um caminho que as empresas estão adotando?

C (especialista em RH) – Sem dúvida, o que as empresas fazem hoje e precisam fazer pra atrair e reter os profissionais é oferecer uma gama, um leque maior de benefícios, o que proporciona a individualidade pelo fato do funcionário poder escolher o benefício de acordo com a necessidade dele (SE, 25/03/2013).

Antunes (2009) denomina o conjunto de transformações que vem ocorrendo no mercado de trabalho como *nova morfologia do trabalho*. No elenco traçado pelo autor, das principais tendências dessa nova configuração do trabalho, está o aumento dos assalariados médios no “setor de serviços”⁴². Sabemos que dentro das mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, o aumento dos empregos no setor de serviços é um traço marcante.

Devemos à grande movimentação no emprego no terceiro setor, conforme Antunes (2010 apud HARVEY, 1992, p. 28), as “rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...]”. No caso brasileiro, o fato de o país sediar dois grandes eventos esportivos nos próximos anos (a Copa do Mundo e as Olimpíadas) também ajudou a aumentar a quantidade de empregos nesse setor. Todavia, a questão que colocamos diz respeito às condições em que se dá esse trabalho e a permanência destes, uma vez que terminados os grandes eventos esportivos a lógica nos leva a crer que desapareçam muitas dessas vagas.

C (coordenador do Centro de Políticas Públicas do INSPER) – O Brasil está precisando construir muitas obras. Nós temos os eventos como Olimpíada, Copa do Mundo. Nós temos programas do Governo Federal de construção de casa, Minha Casa Minha Vida, então nós precisamos de engenheiros. Durante muito

⁴²As demais tendências apontadas por Antunes são: redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado; aumento do novo proletariado fabril e de serviços em escala mundial (terceirizados, subcontratados, *part-time*); aumento significativo do trabalho feminino; crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho; exclusão dos trabalhadores considerados pelo capital como “idosos”; utilização da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho; crescente expansão de ofícios no “terceiro setor”; expansão do trabalho em domicílio (ANTUNES, 2009).

tempo os engenheiros estavam trabalhando no mercado financeiro e agora a gente precisa de engenheiros tocando projetos para o país poder crescer (SE, 05/12/2012).

O setor de serviços, evidenciado ao longo do programa, é tema de uma das edições de 2013, intitulada “Setor de serviços cresce no Brasil e gera mais vagas com salários maiores” (SE, 03/06/13). Nesta edição, são apresentadas vantagens do setor, como a geração de vagas e a média salarial.

Aor/JH – O setor de serviços é o que mais cresce no Brasil. Só no ano passado foram geradas mais de 1 milhão e 200 mil vagas.

A/JH – [...] Tem vaga e tem bons salários, né?

A/SE – [...] Olha, tem bons salários sim. Segundo a Confederação Nacional do Comércio e Serviço, a média salarial é de [R\$] 1.177,00 - só perde para a indústria. É um bom setor pra quem quer um emprego formal ou pra quem está pensando em abrir um negócio (SE, 03/06/2013).

A construção civil também ganha destaque. Este ramo é apontado como um dos maiores geradores de vagas por conta do aquecimento no setor, mas ao mesmo tempo um dos que mais sofrem com a falta de trabalhadores qualificados, conforme interpretamos no quadro SE:

E (presidente do Sindicato da Indústria e Construção Civil – SC) – É verdade. A nossa dificuldade hoje é mão de obra preparada, treinada para atender a demanda do setor. No estado hoje, ela recebe mão de obra do próprio estado e estão vindo trabalhadores de outros estados, como da Bahia, mas para esse pessoal entrar no canteiro de obras é preciso um mínimo de treinamento, um mínimo de capacitação (SE, 02/07/2012).

Ainda que alguns setores estejam aquecidos e precisando de mão de obra específica, não encontrada prontamente, observamos que as vagas que surgem nesses setores não têm o mesmo nível de contratação para todos. Sabemos que no montante de vagas propagandeadas também encontramos as formas de contratação via estágios, terceirizações etc. Nesse sentido, observamos que não existem boas vagas para todos, mas devido à necessidade de manter a força trabalho potencialmente motivada e acreditando em um futuro promissor no qual chegará a sua vez, o discurso tende a fazer crer que este aquecimento é uma característica perene do mercado de trabalho.

No que tange ao problema da falta de profissionais qualificados, nenhum outro setor é mais citado do que o setor de Tecnologia da Informação (TI). Nesse sentido, o setor de TI aparece no discurso do *JH* como um reduto que gera muita vaga e bons salários.

A/JH – O setor de Tecnologia da Informação está em alta no Brasil e quem investe nesse tipo de mercado tem grandes chances de crescer na carreira e ganhar bons salários (SE, 24/06/2013).

As projeções para esse setor são apresentadas em tom otimista, baseando-se no fato da sociedade depender das Tecnologias da Comunicação e Informação, conforme podemos exemplificar nos excertos a seguir:

C (representante da Associação Brasileira das Empresas de TI) – [...] Sem dúvida nenhuma. E esse é um mercado global. Cada vez mais o uso de TI na sociedade é constante, é necessário. Quer dizer, hoje a nossa vida sem TI, a gente não pensa nela sem TI, então vamos dizer é um setor que vai crescer a taxas robustas (SE, 21/05/2012).

A/SE – Muita vaga, viu? Boa tarde. São 115 mil vagas e até 2020 devem ser criados aí 750 mil empregos, segundo a associação que representa as empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. E o Brasil tem tudo pra ser um dos quatro maiores centros de TI do mundo. Só essa área de TI emprega 1 milhão e 200 mil trabalhadores. Vamos ver então como estão divididas aí algumas dessas vagas. Nos próximos dois anos e meio, o setor de Tecnologia da Informação vai precisar de montadores de equipamentos eletroeletrônicos (50,3 mil vagas), analistas de sistemas ocupacionais (45,6 mil vagas), técnicos de computadores e de desenvolvimento de sistemas (30,9 mil vagas), operadores de rede de teleprocessamento (1,7 mil vagas) e engenheiros em computação (1 mil vagas). (SE, 21/05/2012).

Mais adiante, o quadro SE expôs o salário médio de três cargos que, segundo o próprio SE, possui as maiores médias salariais no Brasil: diretor de processamento de dados com salário de R\$ 19 mil, diretor de TI com salário de R\$ 18.600,00 (podendo chegar a R\$ 20 mil no Rio de Janeiro) e diretor de suporte técnico com salário de R\$ 17.500. (SE, 21/05/2012). Logo após essa informação, são mostrados mais três cargos e seus respectivos salários:

A/SE – [...] e para quem ainda está começando os salários também são bons. Chega a quase R\$ 2.200 o de um analista de programação. O [salário] de analista de TI é de R\$ 2.100 e o de assistente de *e-commerce*, R\$ 1.900,00 (SE, 21/05/2012).

Observamos que o *JH*, ao elencar de forma tão naturalizada essas profissões, acaba favorecendo o entendimento de que são idênticas, mesmo quando é notável a disparidade entre as remunerações oferecidas por cada uma.

Ora, é evidente que a quantidade de vagas para as três primeiras ocupações (cuja remuneração é de R\$ 18 mil em média) não será, nem de perto, igual à quantidade de vagas oferecidas pelas últimas três ocupações, cuja média salarial é de R\$ 2 mil. Colocando as informações dessa maneira, o *JH* não está mentindo, mas está criando uma falsa ideia de que o setor oferece muitas vagas com ótimos salários, o que reforça a ideologia que o programa procura transmitir.

Percebemos uma situação diferente na pesquisa de Antunes (2012), a qual dentro do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação destaca o setor de Telecomunicações. Nesse sentido, o autor aponta a tendência da terceirização por meio da introdução do *call center*, responsável pela relação entre empresa e clientes. Para Antunes (2012), a presença acentuada tanto da terceirização quanto da automatização, traços característicos do “fetiche da tecnologia” presentes nesse setor, dificultaram também o estabelecimento de “laços de solidariedade de classe”, facilitando a flexibilização e a precarização do trabalho nesse setor. A constatação do aumento na quantidade de empresas de *call center* motivou o autor a pesquisar também o setor de *telemarketing*.

Este retrato oferecido pelo autor acerca das condições de trabalho no setor de telecomunicações é bem distinto das declarações otimistas feitas pelo *JH* sobre as oportunidades existentes no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Isso porque caracterizamos o setor de TI no Brasil como um setor que oferece profissões com altos salários, mas que exige trabalhos mais intelectualizados, nos quais os profissionais precisam de uma formação técnica para saber lidar com o maquinário de alta tecnologia, atualização constante e alguns atributos comportamentais específicos (raciocínio lógico, capacidade analítica, meticulosidade etc.). As reportagens sugerem uma perspectiva positiva para o futuro

devido ao aquecimento da economia e ao fato de o Brasil estar se inserindo no contexto global como uma nação potencial no ramo da tecnologia, sobretudo por conta do pré-sal.

As oportunidades que apontamos aparecem tanto em atividades como robótica, produção de submarinos, tecnologia nuclear e desenvolvimento de jogos eletrônicos, como nas linhas de montagem de produtos como *tablets*, ou seja, mencionamos todas essas ocupações sem distinção entre elas, dando a entender que tanto os trabalhadores que desenvolvem a tecnologia quanto os que apenas montam o equipamento precisam da mesma formação, realizam atividades iguais e são remunerados da mesma forma, o que obviamente não condiz com a realidade.

N – A tecnologia de alta complexidade criada pelos cientistas brasileiros está abrindo novas frentes de trabalho (SE, 20/05/2013).

A/JH – É o setor de desenvolvimento de jogos eletrônicos, por exemplo, que está trazendo mão de obra de fora para trabalhar em projetos aqui no Brasil. E quem dá os detalhes pra gente é J III. Boa tarde de novo pra você. Vale a pena então investir nessa carreira, né? (SE, 12/11/2012).

R – Pois é, A/SE, muito boa tarde. Para várias cidades do país e não só computadores, mas vários tipos de produtos que envolvem alta tecnologia, estão sendo produzidos aqui na região de Jundiaí. E para se trabalhar em uma empresa como esta também é preciso estar muito bem qualificado. Afinal, esses funcionários trabalham com máquinas de última geração. A gente está em uma empresa aqui, por exemplo, que produz computadores, produz monitores e também *tablets*, que é essa linha de montagem que vocês estão vendo agora (SE, 12/11/2012).

A/SE – Olha, e também boas chances quem investe em robótica. O Brasil está atrás de Japão e Alemanha, por exemplo, mas tem um grande futuro (SE, 12/11/2012).

Percebemos nesse ponto que a lógica por trás desse discurso é afinada com o otimismo tecnológico mencionado por Braga (2009). De acordo com o autor, para os otimistas tecnológicos, a revolução informacional — caracterizada como as alterações no sistema produtivo decorrentes do uso da informática e do controle da informação — permite uma melhoria das condições de trabalho ao erradicar a cisão entre os que pensam e os que executam. O autor argumenta contra a ideia de que a revolução informacional seria responsável por libertar os trabalhadores dos trabalhos rotineiros e degradantes.

Baseado nas observações de pesquisa empírica realizada em duas empresas de *call center*, Braga (2009) relata as condições nas quais os trabalhadores dessas empresas em rede estão submetidos, configurando em suas palavras o “infotaylorismo”. Braga menciona a obra **Trabalho e Capital Monopolista** (BRAVERMAN, 1974 apud BRAGA, 2009, p. 87), na qual Bravernam empreende um estudo sobre o modelo taylorista/fordista, e levanta a tese de que existe uma tendência dentro do sistema capitalista de

degradar, ou seja, simplificar e desqualificar o trabalho, aumentando, assim, o controle capitalista sobre o processo de trabalho por meio da separação das atividades de concepção e execução.

As questões levantadas por Braverman serviram de fundo para a tese das polarizações que posteriormente foi questionada pela tese da requalificação e profissionalização.

Conforme Braga (2009) o principal argumento levantado contra a teoria de Braverman e contra as teses procedentes consiste em afirmar que as funções degradantes que compunham as ocupações tradicionais do modelo

taylorista/fordista seriam superadas com o avanço das tecnologias, afirmando que não se trata de uma desqualificação, mas de um novo perfil de trabalho que proporciona ao trabalhador usar em maior escala a sua cognição.

Contudo, como exemplifica Braga (2009, p. 87), verificamos atualmente que

o infotaylorismo contemporâneo testemunha vigorosamente a presença da simplificação e desqualificação do trabalho exatamente naquele campo outrora tido como refratário ao diagnóstico de Braverman: o trabalho de alta tecnologia, de serviços e de escritório.

4.2 OPORTUNIDADE DE EMPREENDER O PRÓPRIO NEGÓCIO

Um tema bastante recorrente no programa é o “empreendedorismo”, tido como uma opção para os que “não querem mais ser empregados”. De forma implícita é possível percebermos que o programa sugere não apenas empreender o seu próprio negócio, mas também empreender a própria carreira por meio da aquisição da empregabilidade⁴³.

A delimitação do conceito de empreendedorismo não é uma tarefa fácil, uma vez que, conforme Coan (2011) assim como Shiroma e Coan (2012), é um conceito polissêmico que comporta diversas interpretações desde sua origem até hoje. Para além do fator temporal, os significados que o termo pode assumir também dependem do campo de conhecimento no qual está inserido o sujeito que o utiliza. Isso porque os significados contêm conceitos específicos de cada área de atuação.

De modo geral, os estudos sobre o empreendedorismo se dividem em duas grandes vertentes: uma articulada às ideias

⁴³Iremos fazer a discussão sobre empregabilidade no próximo item.

de empresas e negócios, fundamentadas pelos clássicos da economia, e outra mais contemporânea, centrada em conotações comportamentais e atitudinais.

Nas palavras de Coan (2011, p. 66),

Assim, o conceito pode assumir um viés mais empresarial articulado à ideia de risco e inovação, segundo a concepção enfatizada pelos pensadores clássicos da economia. Mas pode ter também uma perspectiva de viés comportamental ou psicológica associada a aspectos atitudinais, como criatividade e intuição e, mesmo uma compreensão que, em sentido lato, procura articular a ideia de empreendedorismo aos diversos setores da vida que parece ser a mais evidenciada nos textos do campo educacional.

Essa separação entre as correntes, conforme Coan (2011, p. 64) é válida para a prática didática, mas é preciso deixar claro que elas possuem um grande ponto de convergência ao concordarem com “a ideia de empreender como ato de inovar, e se distanciam apenas em alguns aspectos relativos a quem é o empreendedor e como ele age”.

Abordaremos as características do empreendedor mais adiante. Interessa-nos nesse ponto demonstrar como o discurso do quadro SE constrói a ideia de que é extremamente vantajoso empreender atualmente, pois o mercado de trabalho brasileiro estaria extremamente favorável e contribuindo para o sucesso dos pequenos e novos negócios.

Juntamente ao trabalho voluntário, o cooperativismo etc., o empreendedorismo, de acordo com Antunes (2011), constitui-se como uma das formas de substituir o trabalho contratado e regulamentado que predominou durante o século XX. Isso porque o empreendedorismo cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. Em outras palavras, diante da crise do emprego e da evidente falta deste

para todos, o discurso dominante aponta o empreendedorismo como uma alternativa para a geração de renda e ascensão social dos sujeitos.

Dentro do discurso do programa, essa flexibilização apontada por Antunes (2011) - o fato de o sujeito ter de se submeter a uma jornada cansativa e longa de trabalho para fazer o negócio dar certo - é vista como algo natural e facilmente superável, desde que o sujeito saiba escolher uma atividade que tenha afinidade - ainda que no discurso se admita que seja preciso “trabalhar muito” e que “da noite para o dia” o negócio pode acabar devido à concorrência. Ao mesmo tempo, há o reforço da ideia de que tudo isso valerá a pena para a obtenção de êxito no negócio, desde que seguido à risca os concelhos dados no programa:

C (gerente do SEBRAE) – Olha, o maior acerto certamente é você definir o setor no qual você vai operar o seu empreendimento, um setor que você tenha muita afinidade, um setor com o qual você tenha até paixão, porque vai ser fundamental muita dedicação. Um pequeno empreendimento demanda de você 10, 12, 14 horas de trabalho diário. Ele vai demandar de você muita inovação, muita criatividade, você vai estar tendo que agregar valor a esse empreendimento o tempo todo. Como fazer isso sem paixão, sem afinidade por aquele setor que você está atuando? (SE, 29/04/2013).

C (consultor) – Eu acho que não existe estabilidade em uma empresa. Aquela coisa é um mito que diz assim: vou trabalhar pra mim mesmo, vou ser dono do meu próprio tempo, vou ficar milionário do dia pra noite. Isso não existe, isso aí é uma coisa que realmente você vai ter altos e baixos a todo momento na empresa. *Você vai ter que trabalhar muito*, você vai ter que ter uma série de funcionários que você vai trabalhar para eles. Então o empreendedor vive sempre em altos e baixos.

Tem que gostar de correr riscos, tem que gostar dessa adrenalina diária. *Do dia pra noite você pode ter um concorrente que simplesmente acabou com o teu negócio* e aí você vai ter que criar um novo produto, inovar. Então tem que gostar realmente de fazer a coisa acontecer. Não dá pra tá acomodado quando você tem o seu negócio (SE, 29/11/2012).

De acordo com o discurso do programa, para abrir um negócio próprio é preciso ter uma boa ideia, coragem para tirá-la do papel e pô-la em prática, informar a respeito do ramo de atividade escolhido, conhecer e capacitar. Planejar e persistir também são apontados como necessários para o sucesso do empreendimento. Nesse sentido, o mais difícil seria tomar coragem para empreender (isso porque a partir de investimentos pequenos seria possível montar um negócio). Os casos de insucesso são atribuídos à falta de um planejamento adequado.

Os diálogos a seguir são ilustrativos:

Convidado (consultor do SEBRAE) – O empreendedor pode buscar esse conhecimento através de cursos, capacitação, mas ele pode buscar um mentor, um professor, um empresário já estabelecido de maneira a transmitir para ele essa experiência que lhe falta. O mais importante é não ter medo. O mais importante é você encarar que esse conhecimento da experiência também virá (SE, 18/06/2012).

R I – Muito obrigada. E olha: três em cada quatro brasileiros querem dar adeus ao contracheque e virar patrão. Ter uma boa ideia pode ser o primeiro passo, olha só (SE, 18/03/2013).

J III – E hoje a gente conversa com o [nome], que é consultor do SEBRAE aqui de São Paulo. Olha, 27% das pessoas que abrem um negócio

próprio fecham nos dois primeiros anos da atividade. [Convidado], qual é o maior erro e como evitá-lo?

Convidado (presidente do SEBRAE/SP) – Um dos principais erros é errar o mercado. Significa oferecer algo que ninguém se interesse, que ninguém quer comprar ou oferecer algo que muita gente já está oferecendo. A saída pra isso é fazer um bom planejamento, que começa com o entendimento do seu público, entendendo quem são as pessoas para as quais você pretende vender, o que elas precisam, seus desejos e necessidades. É daí que vem um negócio potencialmente vencedor (SE, 18/03/2013).

Podemos observar ainda que os jovens são apontados como os sujeitos mais aptos para aproveitar a oportunidade de empreender um negócio próprio, visto que estes seriam pertencentes a uma geração que se caracteriza por ser mais ousada, criativa, inovadora etc., ou seja, uma geração que possui “coincidentalmente” os mesmos atributos necessários para ser um empreendedor de sucesso.

C – Os jovens podem se arriscar, têm chance no mercado e mais de 40% dos jovens brasileiros hoje, imaginam, têm vontade de começar o seu próprio negócio. E ele deve compensar a falta de experiência com parceiros, com sócios, com conselheiros que possam ajudá-los a evitar erros e aprender. A palavra-chave aqui é buscar o aprendizado rápido. E aí sim colocar a sua ideia em prática. O jovem brasileiro tem uma vontade muito grande de realizar. Como a gente viu na reportagem, a internet proporciona acesso a muitas coisas interessantes, mas é preciso contar com experiência. Aí as coisas acontecem (SE, 18/03/2013).

4.3 OPORTUNIDADE DE CONSTRUIR A EMPREGABILIDADE

Embora o conceito de empregabilidade não seja mencionado no programa, ele perpassa todo o discurso analisado, na medida em que a qualificação dos trabalhadores é apontada como a grande solução para todos os problemas. Por isso, os trabalhadores são aconselhados a se manter qualificados para obterem bons empregos. Investir na empregabilidade e não desistir de estar preparado constituem um receituário recorrente no quadro SE.

Para Oliveira (1999), os conceitos de empregabilidade e competência estruturam uma nova estratégia das classes dominantes que objetiva ofuscar os conflitos entre capital e trabalho. Isso porque, concomitante à expansão capitalista, observamos a incapacidade do capital de permitir a uma grande quantidade de sujeitos a possibilidade de sobreviver dignamente por meio do seu trabalho.

O reconhecimento da dificuldade de obter um emprego provoca um aumento do individualismo e da disputa pela chance de serem explorados pelo capital, ou, em outras palavras, venderem sua força de trabalho.

Nas palavras do autor (OLIVEIRA, 1999, p. 52),

O capital não só subsume tudo aos seus interesses, mas inclusive, determina o que quer e o que deve ser feito para atender seus desejos. O capital não espera o que os trabalhadores tem a lhe oferecer, dita suas necessidades. Para isso, constrói os novos conceitos de e as novas categorias coordenadoras da sua relação com o trabalho. Entre estes, os conceitos de empregabilidade e de competências surgem como aqueles que melhor sintetizam a crise do emprego e as estratégias do capital, no campo educacional, objetivando manter a sua hegemonia.

Conforme Oliveira (1999), por meio da reestruturação produtiva, o capital introduziu novos elementos na luta de classes, além de no plano ideológico utilizar novos conceitos para impedir possíveis intervenções dos trabalhadores que possam atrapalhar o processo de internacionalização da economia. Ainda segundo o autor, a produção flexível possibilitou ao capital diminuir a dependência em relação aos trabalhadores, assim como estabelecer um tipo de disciplina pela qual os assalariados, em muitos casos, se sentem corresponsáveis pela empresa. A produção flexibilizada e o alto índice de desemprego têm dificultado as formas de resistência dos trabalhadores frente aos interesses capitalistas. Nesse contexto, conforme Oliveira (1999, p. 53) “O famoso exército industrial de reserva serve como regulador direto do poder de subversão existente no setor de produção”.

O conceito de empregabilidade, de acordo com Oliveira (1999), tem como pano de fundo uma estrutura econômica caracterizada pela eliminação de postos de trabalho e o aumento da competição entre trabalhadores. Nesse viés, o autor (ROSSI, 1997 apud OLIVEIRA, 1999, p. 56) entende empregabilidade como “a contínua preparação para que o trabalhador mantenha o seu emprego ou, se perder, esteja capacitado para logo obter de novo”.

Diante da impossibilidade de se eliminar o desemprego é necessário criar mecanismos ideológicos que justifiquem as contradições inerentes ao capitalismo de forma a fazer crer que a responsabilidade pelas mazelas é de ordem particular. Nesse sentido, o conceito de empregabilidade serve para retirar do capital e do Estado a responsabilidade pela falta de empregos e condições dignas de sobrevivência (OLIVEIRA, 1999, p. 57):

Ao se responsabilizar os indivíduos pelo estabelecimento de estratégias capazes de inseri-los no mercado de trabalho, justifica-se o desemprego pela falta de preparação [destes] para acompanharem as mudanças existentes no mundo do trabalho. Sob a ótica da

empregabilidade, a necessidade dos indivíduos disporem de habilidades e conhecimentos adequados aos interesses da produção passa a ser o primeiro elemento considerado nas discussões a respeito das possibilidades de superação do desemprego existente.

O conceito de competência se insere nesse âmbito na medida em que define as condições para que a empregabilidade possa acontecer. Para Oliveira (1999, p. 58),

o discurso do capital, segundo o qual o trabalhador deve mostrar-se predisposto a continuar sempre na busca de aprender o necessário para sua adaptação ao movimento da produção demonstra a necessidade deste não se contrapor ao modelo de organização econômica e gerencial existente. Esta subsunção explicita-se na medida que a escolha do que deverá ser aprendido pelo trabalhador é definido pelo próprio capital.

Para Oliveira (1999), esta nova relação estabelecida entre educação e trabalho é extremamente nociva por responsabilizar os indivíduos pela sua inserção no mercado de trabalho por meio da aquisição de certas competências.

4.3.1 Empregabilidade pela aquisição de experiência: trabalho temporário; voluntário; estágios e *trainees*

No discurso do quadro SE, a experiência figura como um requisito fundamental para obtenção do emprego. Nessa perspectiva, podemos dizer que ela ajuda a compor a lista dos atributos do sujeito empregável.

Para os sujeitos que não possuem experiência, e nesse ponto estamos falando sobretudo dos jovens, os especialistas indicam o trabalho temporário, trabalho voluntário, atividades de estágios e programas de *trainees* como a oportunidade que o mercado oferece para o sujeito adquiri-la. Além disso, esse tipo de trabalho é apontado como um tipo de “vitrine” na qual o

sujeito teria a oportunidade de mostrar todas as qualidades da sua força de trabalho para que possa interessar ao empregador comprá-la.

Constrói-se dessa maneira a ideia de que iniciar o percurso laboral em ocupações atípicas⁴⁴ é uma condição natural do mercado e, portanto, deve ser encarado como um ritual de passagem para um emprego fixo. Assim, conforme o discurso do programa, basta o trabalhador ter força de vontade, criatividade e se destacar dos demais para ser contratado.

E (supervisora pedagógica) – Eu vejo esse mercado temporário como uma proposta de avaliação mesmo de perfil. O aluno se qualificou, testou a vaga, trabalhou. Se identificou com o trabalho, ele continua (SE, 24/09/2012).

C (consultor de carreira) – Bom, é sempre importante a pessoa buscar algo que tem aptidão. Não adianta só olhar, olha como o mercado está crescendo, quais são as oportunidades, se não tem aptidão. Então primeiro analisa bem: eu tenho aptidão pra isso? Eu tenho interesse pra isso? E aí vai buscar essa carreira. E o trabalho temporário, de final de ano, é uma boa chance pra você entender se aquilo tem a ver com você ou não (SE, 08/10/2012).

A/SE – Bom, e a gente conversa agora com [C.], que é presidente da Associação Brasileira das Empresas de Trabalho Temporário. Há vaga para todo mundo, quer dizer, quem não tem experiência sempre tem dificuldade para arrumar emprego. Há vagas para essas pessoas também?

⁴⁴Cf. nota 38 do capítulo 4.

C (Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Trabalho Temporário) – É uma excelente oportunidade para essas pessoas que não têm experiência, até porque 20% dessas vagas serão ocupadas por pessoas nessas condições [...].

A/JH – Pois é, [C.], exatamente essa era a questão que eu queria levantar: as pessoas nesse momento procuram uma vaga temporária. Como que elas podem fazer pra que essa vaga seja definitiva depois?

C – Primeira coisa, encarar o trabalho temporário como uma vaga efetiva. Quando sair em busca dessa oportunidade, encarar realmente como uma possibilidade de efetivação. Mostrando que tem potencial, que está disponível, que tem interesse. Procurar se destacar do meio, se destacar dos demais e chamar a atenção. E mostrar para esse empregador que vale a pena efetivá-lo (SE, 19/11/2012).

A/SE – [...] O que o trabalhador precisa pra ele poder ser contratado e ficar nessa vaga?

C – O principal, né? É o cidadão mostrar que ele tem força de vontade, que efetivamente ele quer ficar, que ele quer efetivamente a vaga, que ele precisa ficar naquela vaga, porque... Vamos dizer assim: têm sim muitas pessoas que não, efetivamente, não demonstram que tão ali pra ficar. Então, você tem que mostrar garra, tem que chegar e abraçar a oportunidade como se realmente fosse aquela oportunidade, porque você tem uma chance de crescimento profissional (SE, 21/01/2013).

As oportunidades para trabalho temporário são geradas, sobretudo, no setor de serviços e são sazonais, férias escolares, festas de fim de ano etc.

A/SE – Sombra, água fresca e folga? Nada disso. Verão é sinônimo de trabalho pra muita gente. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo, vão ser geradas mais de 33 mil vagas temporárias nesse verão, divididas da seguinte forma: 58,4% para bares e restaurantes; 29,7% para hotéis; 3,7% para o ramo de transportes de turismo e 1,2% para agências de viagens. E a previsão é animadora: 40% dos trabalhadores temporários devem ser efetivados (SE, 14/01/2013).

C – [...] É importante notar que o setor de turismo tem crescido muito no Brasil nos últimos anos, por conseguinte profissionais mais maduros com alguma experiência que já estão trabalhando direto tendem a ficar dentro desses hotéis, desses restaurantes e, se trocam, trocam por um salário melhor. Então, a oportunidade para empregos de temporários tem sido bastante em cima de jovens que procuram esse mercado nessa época do ano (SE, 14/01/2013).

O trabalho voluntário, além de ser considerado uma forma de contribuir com causas de interesse social, é sugerido para os jovens como uma forma de adquirir experiência e com isso incrementar o currículo. Atividades de voluntariado, apesar de não serem necessariamente executadas em ambientes de atividade profissional - como é o caso dos trabalhos temporários, programas de *trainees* e estágios -, são bem vistas pelos contratantes, segundo o discurso do SE, porque levam o sujeito a desenvolver valores como iniciativa, trabalho em grupo e liderança. Dessa forma observa-se que, nesse discurso, a principal função do trabalho voluntário é contribuir para a construção da empregabilidade, sobretudo dos jovens.

E (analista de Marketing) – Fazendo a faculdade, eu tive a oportunidade de participar de trabalhos voluntários, monitoria, então eu

sempre procurei fazer atividades extracurriculares para que o meu currículo ficasse um pouco mais atrativo (SE, 17/06/2013).

A/SE – Pra quem está assistindo a gente, que outro exemplo a senhora daria de trabalho que poderia ajudar o jovem a dar um exemplo de que ele poderia ser contratado com experiência?

C (coordenadora) – Sem dúvida nenhuma, o trabalho voluntário. Existe uma porção de possibilidades para as pessoas contribuírem para a sociedade, fazerem um trabalho importante, muitas vezes na sua própria área, e aí poderem evidenciar a experiência que é tão necessária para que eles possam conseguir o emprego (SE, 11/06/2012).

Conforme mencionamos, as oportunidades indicadas pelo programa compõem-se não somente de vagas para empregos efetivos, mas também de outras formas de inserção no mercado de trabalho, como é o caso dos estágios. A grande quantidade de vagas abertas para estágios são apontadas com grande otimismo no discurso do quadro SE, além de serem contabilizadas como vagas ou oportunidades de emprego. Todavia é preciso levar em conta que observadas às exigências legais, o estágio não caracteriza nenhum tipo de vínculo empregatício sendo, portanto, livre de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários. Isso porque o estágio é uma prática de aprendizado e não um emprego.

Conforme a Lei nº 11.788/08 que regulariza os estágios no país:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos

anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Conforme legislação vigente, os estágios estão divididos em duas modalidades: obrigatórios e não obrigatórios. O estágio obrigatório é definido no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é condição para aprovação e obtenção de diploma. O estágio não obrigatório é uma atividade facultativa cujas horas serão acrescentadas à carga horária regular e obrigatória nos casos em que o currículo acadêmico do curso prever esse acréscimo. No caso do estágio não obrigatório, é compulsório o pagamento da bolsa-auxílio, do auxílio-transporte e do recesso remunerado proporcional.

É preciso levar em conta que muitas empresas utilizam os estágios como uma forma de contratar mão de obra com baixo custo, o que descaracteriza a função do estágio. O valor médio das bolsas oferecidas aos estagiários brasileiros fica muito abaixo do preço de mercado das profissões e em grande parte dos casos não corresponde ao grau de responsabilidade atribuída aos estagiários. Um exemplo disso pode ser observado na remuneração média oferecida aos estagiários de engenharia. Conforme pesquisa do Núcleo Brasileiro de Estágios no Brasil (NUBE), o valor médio da bolsa-auxílio dos estágios em engenharia no ano de 2013 era de R\$ 1.211,26,

valor cinco vezes menor que o piso de engenharia para um regime de 8 horas diárias⁴⁵ (ABRES, 2013).

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Estágios, (ABRES) em parceria com o NUBE, divulgada em abril de 2008 — portanto antes da promulgação da Lei nº 11.788/08 — revelou que no Brasil a remuneração média dos estagiários estudantes de nível superior era de R\$ 760,78, para os de nível técnico, a remuneração média era de R\$ 498,37 e para os de nível médio, R\$ 429,94, valor este 3,5% maior que o salário mínimo de 2008. A pesquisa entrevistou cerca de 15 mil estagiários e constatou que dentre eles, o mais bem remunerado recebia R\$ 1.900, já o que ganhava menos recebia R\$ 428. Além desses valores, os estagiários estavam cobertos por um seguro de acidentes pessoais⁴⁶ e, em geral, recebiam vale-transporte e vale-refeição (NUBE, 2008).

A promulgação da lei que atualmente rege os estágios no país (Lei nº 11.788/08) trouxe algumas mudanças como, por exemplo, a obrigatoriedade do pagamento dos auxílios para transporte e alimentação e a redução da carga horária do estágio⁴⁷. No entanto, conforme mencionamos anteriormente, a remuneração continua sem um valor mínimo estabelecido.

⁴⁵Conforme a Lei Federal nº 4950-A/66, de 22 de abril de 1966, a qual regulamenta o piso profissional de engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e médicos veterinários, seis horas de trabalho equivale a seis salários mínimos vigentes e oito horas trabalhadas equivale a nove salários mínimos vigentes.

⁴⁶Obrigatório conforme Lei nº 6.494/1977.

⁴⁷Conforme a lei atual: “Art. 10 - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular. § 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos

Em 2013, o NUBE realizou outra pesquisa, envolvendo 23 mil estagiários de diferentes níveis — todos contratados de acordo com as regras da nova lei — e constatou que a média nacional de remuneração dos estagiários no Brasil naquele ano era de R\$ 859,45. A média paga aos estagiários de nível superior era de R\$ 964,81, de nível superior tecnológico R\$ 884,00, médio técnico R\$ 670,69 e ensino médio R\$ 513,73, valor este 32% menor que o salário mínimo de 2013 (ABRES, 2013). Nesse sentido, é interessante observar que a remuneração média dos estagiários de nível superior aumentou 26,8% e de nível médio 19,5% no período de 2008 a 2013, enquanto o salário mínimo teve um aumento de 63,4% no mesmo período.

Outra questão importante a ser destacada com relação aos estágios diz respeito às atividades desempenhadas pelos estagiários. Conforme a Lei nº 11.788/08, a regularização do estágio depende, entre outros fatores, da celebração de um termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino. No termo estão descritas, entre outros, as atividades a serem desempenhadas no estágio que devem ser afinadas com o projeto pedagógico do curso frequentado pelo estagiário. No entanto, por falta de fiscalização, em muitos casos, o estagiário acaba sendo incumbido da realização de tarefas que não constam no termo como, por exemplo, tarefas burocráticas, rotineiras ou que exigem mais esforço físico.

Assim como o trabalho voluntário, os estágios são mencionados no discurso do quadro SE como uma grande oportunidade para aquisição de experiência, assim como de mostrar vontade, disposição e competência, aumentando, de

períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino” (BRASIL, Lei nº 11.788/08).

acordo com a lógica do mesmo discurso, as chances do estagiário se tornar empregado da empresa.

C (gerente executivo do IEL) – Olha, na faculdade o estágio é obrigatório. O estudante praticamente vai ter que se inserir no mercado de trabalho e aplicar ali, aliar a teoria e a prática. Mas a Constituição já permite com que a partir dos 16 anos os estudantes possam ter já alguma experiência no mercado de trabalho. Nós recomendamos que a partir dos 16 anos, então, essa possibilidade se transforme em uma oportunidade e que o aluno realmente consiga trabalhar, comece a trabalhar. Também a gente vai mostrar agora o processo de seleção de uma empresa que está abrindo 600 vagas agora em março. É uma grande empresa. São bons estágios (SE, 04/02/2013).

C (coordenador do Centro de Políticas Públicas do INSPER) – Isso. O mais importante é estudar desde cedo. Os profissionais que conseguem bom emprego nas áreas de Engenharia e em todas as áreas são aqueles que desde o ensino fundamental e ensino médio estudam bastante, conseguem entrar em uma boa faculdade e também se dedicam muito nessa faculdade, fazendo estágio e assim por diante. Aí você consegue um bom diploma de um bom lugar e depois vai conseguir um bom emprego no mercado de trabalho (SE, 05/11/2012).

R – A carga horária de quatro ou seis horas depende da atividade. E o estágio pode durar seis meses ou um ano. Se nesse período o estagiário tiver um bom desempenho, aí as chances de contratação é grande (04/02/2013).

Outra opção de inserção no mercado de trabalho apontada pelo programa diz respeito às vagas de *trainee*. Embora seja dito que a “disputa é acirrada”, os programas de

trainee são colocados no mesmo rol de “oportunidades” que os estágios, ainda que a disponibilidade de vagas seja bem menor.

R – E outro caminho pro jovem entrar no mercado de trabalho é através das seleções para *trainee*. *A disputa é acirrada, viu?* Mas o emprego é garantido (SE, 20/08/2012).

Embora as vagas para *trainee* sejam mencionadas como análogas às vagas de estágio, sabemos que, diferentemente dos estágios, estas vagas, além de serem ofertadas em menor número, exigem do candidato um nível de qualificação mais elevado, voltado para o trabalho complexo, além de oferecer maior remuneração. Além disso, o objetivo da empresa parece ser diferenciado: enquanto os estágios em alguns casos emprega mão de obra barata, os programas de *trainee* visam preparar os empregados para ocuparem cargos de chefia, como no caso dos engenheiros com “salário inicial de *trainee* de R\$ 4 mil, podendo chegar a R\$ 10 mil depois de efetivados” (SE, 16/07/2012).

A/SE – [...] Mas não é uma vida fácil: pra você ter uma ideia, só na seleção são mais de 48 mil candidatos por uma vaga (SE, 20/08/2012).

N – Uma pesquisa revelou que as melhores oportunidades são nas áreas Comercial, de Engenharia e de Direito. Os salários variam de R\$ 2.650 a 4.500. Essa empresa de logística no transporte ferroviário atua em seis estados. No ano passado, 25 mil candidatos se inscreveram e apenas 12 foram selecionados. Nesta empresa, o programa de desenvolvimento dura um ano. O *trainee* passa por vários cursos e é preparado para no final desse período assumir um cargo de liderança (SE, 15/03/2013).

E (gerente de empresa) – [...] 50% da nossa diretoria é formada por pessoas que vieram do programa de *trainee* (SE, 15/03/2013).

Silva (1998), em um estudo sobre os programas de *trainee* em grandes empresas multinacionais, considera que tais programas constituem uma importante estratégia de formação de seus quadros executivos. O principal alvo são os jovens provenientes de faculdades consideradas de “primeira linha”, o que pressupõe a valorização da origem socioeconômica do candidato.

5 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA “SALA DE EMPREGO”: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO SOB A NOÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Neste capítulo, analisamos a concepção de qualificação profissional na SE tendo em vista a expressividade desta noção na composição do discurso deste quadro. Tal expressividade se manifesta não exatamente pelo aparecimento do vocábulo qualificação propriamente dito, mas pelos termos tidos por esse discurso como análogos: preparação, formação, competência, habilidade e curso.

Para tanto, primeiramente abordamos a atual emergência da noção de competências em detrimento do conceito de qualificação. Em seguida, buscamos demonstrar como o termo qualificação está sendo utilizado no discurso do programa SE para fazer referência à aquisição de competências.

5.1 O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO E A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA

Conforme Guimarães (2009), há tempos o conceito de qualificação tem sido alvo de debates intelectuais, sobretudo, no que tange a sua natureza e as transformações nas “fontes e formas de produzi-la” (n. p.). Ainda conforme a autora, nesse debate é crescente o interesse no “nexo entre experiência e conhecimentos obtidos e aperfeiçoados no cotidiano de trabalho face àqueles desenvolvidos na vida fora do trabalho” (n. p.).

Observa-se que atualmente o uso do termo competências vem ganhando espaço nos discursos, sobretudo naqueles que envolvem educação e trabalho, em detrimento do termo qualificação. Para Ramos (2011), o que está ocorrendo é um deslocamento conceitual da qualificação para a competência tanto no plano teórico quanto na materialidade das

políticas educacionais ou de trabalho. Esse deslocamento, conforme a autora, responde às necessidades teóricas e empíricas postas pela realidade.

De acordo com Ramos (2011), para entender as relações sociais e suas possíveis transformações é fundamental que se entenda a formação do homem em sua totalidade dentro do modo de produção capitalista.

Formação humana, para essa autora (2011, p. 26-27), é o processo de conhecimento e de realização individual, que se expressa socialmente e que ultrapassa a dimensão do agir e unicamente determinado pela necessidade de subsistência. [Ainda nesse sentido,] esse processo visa promover a possibilidade de o homem desenvolver-se e apropriar-se do seu ser de forma global, de todos os seus sentidos e potencialidades como fonte de gozo e de realizações.

No modo de produção capitalista, conforme Ramos (2011), os sentidos humanos foram atrelados à lógica da propriedade privada, a qual condiciona o gozo e a realização à posse de bens materiais, sejam eles bens capitais ou meios de subsistência. Da mesma forma, segundo a autora (2011, p. 27), “as potencialidades humanas — físicas, intelectuais e emocionais — foram alienadas do homem e apropriadas pela classe capitalista como mercadoria força de trabalho”. Assim,

os processos sociais de formação humana dentro do modo de produção capitalista são a relação dialética de subsunção do homem ao capital e a luta contra essa mesma subsunção. [...] [A formação humana] é expressa, portanto, pelas formas históricas que adquire essa luta, na qual atua um conjunto de sujeitos coletivos, representantes das classes fundamentais — burguesia e trabalhadores —, cada qual com o objetivo de configurá-la, respectivamente, sob a ótica do capital ou sob a ótica do trabalho. Essa luta é orientada segundo as categorias básicas

das relações sociais de produção — a divisão social e o nível de complexificação do trabalho — e orientam ações organizadas no plano tanto da sociedade civil quanto da sociedade política (RAMOS, 2011, p. 27-28).

Conforme Ramos (2011) é a partir da relação trabalho-educação que a formação humana se torna um processo contraditório e permeado pelos valores capitalistas. Ao passo que esse processo se institucionaliza também cria categorias “apropriadas para defini-lo socialmente, como, por exemplo: *educação básica, formação profissional, educação profissional, qualificação profissional*” (RAMOS, 2011, p. 29, grifos da autora).

Desde o final do século XVIII, o projeto burguês de educação é dual e classista: de um lado, a educação para as massas “fator de racionalização da vida econômica, da produção, do tempo e do ritmo do corpo” (RAMOS, 2011, p. 31), tendo como objetivo a reprodução da força de trabalho como mercadoria; de outro, a educação de caráter geral, clássico e científico visando a formação das elites dirigentes. Todavia, a autora ressalta que essa dualidade é contraditória e não linear ao longo da história.

Em certo momento, a educação também é pensada de forma contrária como, por exemplo,

em relação à cidadania, participação e liberdade no momento em que as massas tinham de ser constituídas como trabalhadores disponíveis, livres para a participação na cidade, no novo convívio social. A construção da moderna utopia social e política passou a ser impensável sem a educação, mesmo que esta tivesse de receber as determinações econômicas que passam a predominar a partir do século XX (RAMOS, 2011, p. 31).

No período da Revolução Industrial, a introdução da base técnica no processo produtivo, ao simplificar e parcializar o trabalho, possibilitou a aprendizagem das tarefas no próprio posto de trabalho, tornando a educação escolar desnecessária para essa finalidade. No entanto, tendo em vista que o quadro funcional era composto também por crianças que ajudavam os operadores das máquinas, viu-se a necessidade de uma educação que preparasse esses futuros adultos trabalhadores, não com ensinamentos de técnicas de trabalho, mas sim os adaptando “à rotina e ao ritmo de trabalho com disciplina e docilidade” (RAMOS, 2011, p. 32). Conforme a autora, são essas instituições “surgidas, primordialmente na Inglaterra, no século XVIII, que introduzem na cultura ocidental a prática da formação para o trabalho” (RAMOS, 2011, p. 32).

Todavia, como lembra Ramos (2011, p. 33), a preparação para o trabalho no decurso da história não se limita a esse “simples binômio disciplina/doutrina”. No decurso desse período de emergência da sociedade industrial alguns fatores tornaram insuficiente a aprendizagem no próprio ambiente de trabalho, o que levou a escola a assumir, além da função de socializar, o papel de transmitir o saber técnico. Dentre esses fatores, Ramos (2011, p. 33) destaca a criação do *exército industrial de reserva* - possibilitado pelo aumento da quantidade de oferta de mão de obra e a concomitante retração do mercado -, assim como a necessidade de “dominar uma certa quantidade de conhecimentos e destrezas para desenvolver-se em qualquer trabalho ou fora dele, em uma sociedade que se industrializava e se urbanizava”. Conforme a autora (2011, p. 33), esta necessidade decorre da “tendência de universalização de um conjunto de técnicas básicas entre indústrias de ramos diferentes”.

Conforme as técnicas que compõem o processo produtivo e que foram sendo aperfeiçoadas, elas se dividiram e se agruparam em ofícios básicos utilizáveis em todos os tipos de indústrias (RAMOS, 2011).

O novo saber requerido para esse trabalho era

menos especializado do ponto de vista do produto acabado — como no caso do artesanato ou mesmo da manufatura —, mas suficiente para garantir ao trabalhador alguma mobilidade entre as diferentes indústrias e mesmo no interior delas, vai-se constituindo e adquire, aos poucos, caráter profissional, relacionado ao domínio de um ofício. (RAMOS, 2011, p. 33).

O estabelecimento de ofícios permitiu, entre outras coisas, que os empregadores definissem o perfil do trabalhador útil para a produção a partir do estabelecimento de parâmetros mínimos. As escolas, por sua vez, passaram a oferecer um ensino voltado não só para o disciplinamento da classe trabalhadora, mas também para a execução de um ofício. “Funda-se, dessa maneira, a prática institucionalizada da formação profissional” (RAMOS, 2006, p. 19). Localiza-se nesse período, ainda, o surgimento das profissões modernas, advindas do grupo fabril e social do trabalho, dividido hierarquicamente entre as classes e que demarcam o ápice da divisão entre o trabalho manual e intelectual. No que tange à formação, dali em diante, as profissões serão classificadas de acordo com o seu grau de dificuldade e conseqüentemente o grau de escolaridade necessária para o seu desenvolvimento (RAMOS, 2011).

Segundo Ramos (2011), a organização do ensino com base nessa classificação de processos formativos da força de trabalho é uma prática do modelo taylorista-fordista, no qual o ensino formal e escolar se ocupou em formar prioritariamente os técnicos, cabendo às empresas, por meio de seus centros de formação, formar os operários qualificados. Conforme a autora (2006, p. 20, grifos da autora),

Nesses termos, certificados e diplomas obtidos em cursos de formação ou de educação profissional, que atestassem um determinado nível de *qualificação profissional*, eram, na

verdade, a expressão da *capacidade potencial* do trabalhador para desempenhar um determinado papel na divisão social e fabril do trabalho.

Possivelmente, de acordo com a autora (2011), os vários sentidos atribuídos à categoria qualificação sejam resultantes dessa articulação entre a organização do ensino e organização do trabalho.

O significado mais comum do termo estava ligado aos métodos de análise ocupacional, que visavam identificar as características do posto de trabalho e delas inferir caracterizar o posto de trabalho e a partir disso traçar o perfil de trabalhador adequado para ocupá-lo (RAMOS, 2011, p. 34).

Assim sendo, o termo qualificação, no âmbito da preparação da força de trabalho, relacionava-se tanto ao processo quanto ao produto da formação profissional. Por conseguinte,

um trabalhador desqualificado poderia vir a ser qualificado para desempenhar determinadas funções requeridas pelo posto de trabalho, por meio de cursos de formação profissional (RAMOS, 2011, p. 34).

No tocante aos postos de trabalho, segundo a autora (2011, p. 34-35), o termo qualificação significava “o nível de saber acumulado expresso pelo conjunto de tarefas a serem executadas quando o trabalhador viesse a ocupar aquele posto”.

De acordo com Ramos (2011), essa associação entre os termos qualificação/processos de trabalho/desenvolvimento do saber profissional e social do trabalhador no modo de produção capitalista ocorreu conforme se verificava a tendência do trabalho de se tornar mais simples ou mais complexo, bem como enquanto se identificavam os efeitos simplificação/complexidade para o trabalhador (RAMOS, 2011). Conforme a autora (2011, p. 35),

sob essa perspectiva, à qualificação do trabalho se associava o potencial das relações técnicas e sociais de elevar o conhecimento do trabalhador, tanto de ordem explícita quanto tácita.

Para Ramos (2011, p. 35), foram estas análises que originaram, dentre outras, a tese da *polarização das qualificações*. Conforme Hirata (2001), esta tese provém do debate empreendido por H. Braverman (1974) que, em meados de 1970, identificava um movimento gradual e progressivo de desqualificação como consequência do acirramento da divisão do trabalho no modo de produção capitalista (HIRATA, 2001, p. 130).

Segundo Hirata (2001), o conceito de qualificação, um dos principais da sociologia do trabalho francesa desde a sua origem, é compreendido por alguns autores⁴⁸ de forma multidimensional, ou seja, a qualificação para o emprego e a qualificação do trabalhador: a primeira é definida pela empresa tendo em vista as exigências do posto de trabalho; já a segunda incorpora “as qualificações sociais ou tácitas que a noção de qualificação do emprego não considera [...]” (HIRATA, 2001, p. 132). Conforme Hirata, esses autores também consideram a qualificação como uma relação social, ou seja,

como resultado, sempre cambiante, de uma correlação de forças capital-trabalho, noção que resulta da distinção mesma entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores (KERGOAT, 1984 apud HIRATA, 1994, p. 133).

Por sua vez, conforme Hirata (2001, p. 133), o modelo de competência, ao contrário dessa concepção multidimensional da qualificação,

⁴⁸KERGOAT (1982,1984); FREYSSINET (1977,1992 apud HIRATA, 2001).

corresponderia a um novo modelo, pós-taylorista, de qualificação no estágio de adoção de um novo modelo, pós-taylorista, de organização do trabalho e de gestão da produção. Sua gênese estaria associada à crise da noção de postos de trabalho e a um certo modelo de classificação e de relações profissionais.

Na nova empresa, conforme se modifica a divisão social do trabalho, “a qualificação, correspondência entre um saber, uma responsabilidade, uma carreira, um salário, tende a se desfazer [...]” (ROLEE, 1985 apud HIRATA, 2001, p. 133). Para além das exigências do posto de trabalho ocorre “*um estado instável da distribuição de tarefas*” onde a colaboração, o engajamento, a mobilidade passam a ser qualidades dominantes” (HIRATA, 2001, p. 133, grifos da autora). Dessa forma, para Hirata, a noção de competência é marcada pela imprecisão.

Conforme Lerolle (1992 apud HIRATA, 2001, p. 133),

A referência às aptidões pessoais necessárias aos empregos não é certamente uma novidade. Parece, entretanto, que a parte destas capacidades gerais e mal definidas tende a crescer com a aceleração das variações da organização e das atribuições (de cargos). Quanto menos os empregos são estáveis e mais caracterizados por objetivos gerais, mais as qualificações são substituídas por “saber-ser”.

Com as mudanças de ordem técnica e organizacional do trabalho decorrentes da nova configuração do mundo produtivo iniciada em 1980, o discurso empresarial passou a utilizar novas categorias, vistas como mais adequadas às atuais necessidades e exigências do mercado. Dentre as noções adotadas, está a noção de competência proveniente do discurso empresarial e retomada por economistas e sociólogos franceses (HIRATA, 2001). A competência, segundo a autora, não conta com a mesma precisão do conceito de qualificação, além de

desconsiderar por completo a ideia de relação social, característica da qualificação profissional.

O entendimento da qualificação como relação social é um ponto destacado por Ramos (2011, p. 61), uma vez que possibilita que o conceito de qualificação seja analisado levando-se em conta as múltiplas dimensões que o caracterizam e que

ordenam práticas e procedimentos concretos no plano das relações sociais de produção, construindo códigos de sociabilidade associados à cultura do trabalho.

No campo do debate, conforme Hirata (2001), a ruptura do paradigma dominante da qualificação abriu espaço para o questionamento da tese da polarização das qualificações na qual as tecnologias contribuiriam para acentuar a divisão da mão de obra.

Segundo a autora (2001, p. 131), o questionamento da tese das polarizações foi feito por alguns autores que identificaram

uma requalificação dos operadores, ou uma reprofissionalização, com o aprofundamento da automatização de base microeletrônica nas indústrias.

Conforme Ramos (2011), a requalificação nesta perspectiva estaria ligada ao advento dos novos modelos de organização industrial e da consequente adoção, por parte das empresas, de modelos de organização qualificantes. Essa lógica, segundo Ramos, embasa-se na ideia de que os novos modos de organizar a produção exigiriam um conjunto de saberes e atitudes diferentes das qualificações formais requeridas no modelo taylorista/fordista, o que consequentemente levaria a um processo de requalificação dos trabalhadores.

Contrariamente a essa lógica, a autora aponta que a modificação no âmbito qualitativo do trabalho, ao mesmo tempo em que estimula o aumento da qualificação, também gera certo nível de desqualificação. Isso porque a substituição de parte do trabalho vivo pelo trabalho morto possibilita, em certa medida, o aumento da possibilidade de o trabalhador gerenciar e supervisionar o processo de produção. Em contrapartida, estudos como o de Antunes (1995 apud RAMOS, 2011), têm denunciado a desqualificação de inúmeros setores operários, tanto pela não especialização do operário industrial oriundo do fordismo quanto pelo fenômeno do trabalho temporário, parcial e subcontratado (RAMOS, 2011).

No que tange às novas modalidades de organização e desenvolvimento industrial, o modelo japonês tem sido considerado por diversos autores⁴⁹ a melhor expressão do novo paradigma de produção industrial (HIRATA, 2001). Segundo a autora (2001, p. 130), a organização do trabalho da empresa japonesa é caracterizada pelo

trabalho cooperativo em equipe, a falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho e tarefas prescritas a indivíduos, o que implica um funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas [...].

Nessa forma de organizar e gerir o processo produtivo o trabalhador é visto como um sujeito polivalente e multifuncional, que possui uma visão de todo o processo de trabalho no qual está inserido e não mais uma visão parcial e fragmentada como no modelo de produção taylorista. Essa visão do todo é necessária para

julgar, discernir, intervir, e resolver problemas, propor soluções a problemas concretos que

⁴⁹PIORE; SABEL (1984); BOYER (1991); CORIAT (1991 apud HIRATA, 2001).

surtem cotidianamente no interior do processo de trabalho (HIRATA, 2001, p. 130).

Tendo em vista essa nova organização do trabalho, bem como o novo tipo de trabalhador que ela requer, as qualificações requeridas também são modificadas. Diferentemente das qualificações exigidas na lógica taylorista, esse novo modelo impõe a necessidade de um trabalhador com a

capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, isto é, ser simultaneamente operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro (HIRATA, 2001, p. 130).

Neste ponto, a autora destaca a importância de se relativizar esta caracterização generalizada de trabalhador, tendo em vista que nela estão contemplados apenas os trabalhadores de sexo masculino, de grandes empresas, empregados regularmente, deixando de fora as trabalhadoras e os operários subcontratados⁵⁰.

Conforme Machado (1998), a tendência da literatura empresarial é associar o fenômeno da ampliação do uso da tecnologia com a racionalização dos processos produtivos e o aumento das capacidades gerais e específicas dos trabalhadores que neles desempenham suas tarefas, todavia ressalta que essa associação é cientificamente discutível. Segundo a autora, existem demasiadas afirmações insipientes sobre as chamadas “novas competências” dos trabalhadores integrados e insuficientes pesquisas sobre o que de fato ocorre nas situações

⁵⁰Nesse ponto, a autora destaca a importância de se considerar a divisão sexual e a divisão internacional do trabalho na análise, tendo em vista a convivência simultânea entre elementos do modelo de produção tayloristas e os modelos de novo tipo (HIRATA, 2001).

concretas dos processos de trabalho. Um exemplo claro disso está no termo competência, o qual só é significativo dentro de uma situação e ação determinada. Por isso, o termo deve ser considerado como objetivo de pesquisa, e não como categoria explicativa (MACHADO, 1998).

Nesse sentido, a autora sublinha que a adesão de novos paradigmas produtivos orientados com vistas às exigências da atual reestruturação capitalista e à mundialização do mercado levou a crer que haveria uma grande mudança na natureza e nos princípios da organização capitalista do trabalho. Isto porque estaria havendo um suposto aumento no equilíbrio entre as funções de concepção, execução e controle, assim como uma maior mobilidade de tarefas, o aperfeiçoamento constante dos trabalhadores e a necessidade de mais informação e conhecimento do sistema produtivo (MACHADO, 1998).

Para reforçar estas expectativas, conforme a autora, temos ainda os ditames dos analistas técnicos que recomentam a melhoria da educação básica e da formação profissional dos trabalhadores para contemplar as necessidades culturais e educacionais dos empregadores no que tange a força de trabalho. Nesse sentido, o trabalhador

precisaria, agora, de saber ler, interpretar e decidir com base em dados formalizados, prever e corrigir disfunções do sistema, exercer funções intelectuais, ter iniciativas e responsabilidades mais elevadas, maior participação e envolvimento, de modo a controlar a qualidade e a promover melhorias contínuas nos processos produtivos (MACHADO, 1998, p. 23).

Por outro lado, conforme Machado (1998) estudos baseados em pesquisas empíricas a respeito da introdução de novas tecnologias têm demonstrado a permanência de pressupostos da heterogestão capitalista, ou seja, a presença de elementos característicos do modelo de produção

taylorista/fordista convivendo com elementos próprios do modelo de acumulação flexível, tais como:

a reiteração da divisão do trabalho; a permanência do trabalho especializado, simplificado e fragmentado; a desmistificação do papel dos trabalhadores em atividades de inovação; as novas e refinadas formas de controle e busca do consenso; o caráter administrado e regulado da participação dos trabalhadores nos processos de trabalho etc. (MACHADO, 1998, p. 23).

Nesse sentido, a autora identifica um discurso de defesa à educação básica, concomitante ao movimento de “‘empregabilidade’ para ‘competência’” e ao movimento “‘competência’ para ‘empregabilidade’”. O primeiro modelo (‘empregabilidade’ para a ‘competência’) emprega o termo empregabilidade para caracterizar as

condições subjetivas da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência (MACHADO, 1998, p. 18-19).

Tais preceitos, segundo Machado (1998), têm ocupado cada vez mais espaço nas práticas escolares como modo de significação destas, assim como têm contribuído para aumentar as diferenças entre os segmentos dos trabalhadores e a competição interclasse. Nos termos da autora (1998, p. 22),

[...] a noção de qualificação apoiada na correspondência entre saber, responsabilidade, carreira e salário estaria se arrefecendo em favor da noção de competência sustentada por outros valores qualitativos como colaboração, engajamento e mobilidade, fortemente apelativos da estrutura subjetiva do “ser-do-trabalho”. Este processo resulta, também, na desespecialização profissional dos

trabalhadores, em favor de uma plasticidade adequada às conveniências das transformações do mercado.

O modelo da ‘empregabilidade’ para a competência, conforme a autora (1998, p. 19), leva o indivíduo a “rever e reavaliar suas capacidades e vantagens competitivas”, além de se acostumar com os novos preceitos que determinam as características necessárias para que o indivíduo seja considerado competente e integrável ao mercado de trabalho.

Este modelo está alicerçado na lógica voltada para a busca do imediato e da valorização da conquista do sucesso individual. Para a autora, essa visão contribui para desagregar a classe trabalhadora, fazendo com que estes indivíduos não empreendam uma reflexão sobre a totalidade concreta - muito menos se mobilizem em prol de uma alternativa de melhoria coletiva. Isso porque, enquanto estiverem ocupados na busca por seus interesses individuais imediatos graças à perspectiva de ascensão pessoal por meio da competição interpessoal, eles tendem a não pensar na totalidade concreta em que todos os trabalhadores estão submetidos. Resulta disso a alienação do trabalho dentro da lógica mercantil, ao passo que o trabalhador adota, para se autojulgar, os parâmetros qualitativos estipulados pelo capital dos quais compreendem tão somente o valor de troca da mercadoria força de trabalho e a maximização da extração do maior valor por meio do emprego produtivo da mercadoria força de trabalho (MACHADO, 1998).

No segundo modelo apontado pela autora (‘competência’ para a ‘empregabilidade’), o conceito de competência tem sido utilizado para designar

as condições subjetivas do desempenho dos sujeitos na realidade atual dos processos de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por ‘empregabilidade’ (MACHADO, 1994, p. 22).

Nesse sentido, a autora destaca que o discurso sobre as novas competências (empregabilidade e educação básica) têm sido adotado como um modelo abstrato, um “construto normativo”, todavia as práticas sociais e as ações dos trabalhadores se efetivam em situações concretas muito diversas e por isso precisam ser mais estudadas para que seja possível conhecer a fundo as “condições sociais do exercício das capacidades de trabalho” (MACHADO, 1998, p. 24). Dessa forma, segundo a autora, as relações entre o aprimoramento do trabalho morto e a sua relação com o trabalho vivo nas ações intelectuais e criativas são permeadas por mediações e circunstâncias que ainda não foram analisadas a contento e, por isso, não podem ser generalizadas.

Sobre essa questão, Machado (1998) destaca que, embora os indivíduos que vendem a sua força de trabalho estejam na mesma condição de inserção no mercado de trabalho (de despossuídos dos meios de produção), estas formas de inserção são “muito variáveis, dependentes de fatores intervenientes tais como atributos de gênero, étnicos, culturais, educacionais, políticos etc.” (1998, p. 20). Avalia-se essa competência, sobretudo,

pela capacidade de internalização, aquiescência, submissão e resposta ao conjunto de preceitos, normas e regulações que caracterizam histórica e concretamente o jogo do mercado de trabalho e da relação salarial (MACHADO, 1998, p. 20).

Na relação de compra e venda da força de trabalho, os vendedores competem entre si buscando comprovar que possuem o critério que lhes fará obter a vaga de emprego, ou seja, a capacidade de produzir mais valia. Em outras palavras, “um mérito pessoal e uma competência especialíssima, a capacidade de fazer render o capital, de agregar-lhe mais valor” (MACHADO, 1998, p. 21). A competência, no sentido de

qualidade pessoal, está relacionada com a capacidade de fazer render, ou seja, “ser rentável” e saber competir.

Nas palavras de Machado (1998, p. 21),

a competência enquanto atributo pessoal se identifica com o ser rentável e o saber competir, a capacidade de pertencer ao mercado por direito, de concorrer e fazer cumprir o objetivo de maximização das condições de venda da própria força de trabalho, mostrando que entre os dois termos - competência e competir - há mais que uma identidade etimológica, há uma identidade com a lógica do capital.

É possível inferir, com base nas colocações dessa autora, que o discurso dominante, baseado nos conceitos de empregabilidade e competência, interfere diretamente no âmbito socioprático na medida em que os indivíduos passam a enquadrar e avaliar suas qualidades com base no que o mercado considera como sendo alguém competente e, portanto, desejável para integrá-lo. Ocorre que a lógica do mercado faz com que as qualidades e atributos requisitados sejam coisificadas e consideradas inerentes à natureza humana, e não como uma construção social dependente de certas condições para ser desenvolvida.

Nas palavras de Machado (1998, p. 19, grifo da autora), o jogo do mercado produz uma reificação das qualidades, atributos e capacidades humanas enfim — utilizando-se do palavreado do momento — reificação das competências dos indivíduos, pois tais competências são tomadas como naturais, como algo inerente à natureza do indivíduo e não *como* propriedades criadas e possibilitadas socialmente.

Esse processo de reificação torna o indivíduo, considerado competente, a própria personificação das competências, transformando-o em um fetiche e resumindo sua identidade à força de trabalho ou um agente capaz de produzir resultados específicos (MACHADO, 1998). A perspectiva da

competência, conforme a autora, faz esse processo de mistificação se intensificar na medida em que sobrevaloriza o produto final em detrimento do processo real e concreto de trabalho.

Em seus termos (1998, p. 20),

Se o foco do interesse se dirige fundamentalmente a resultados, estes passam a se sobrepor à atividade mesma dos sujeitos. O culto da competência é carismático, é a apologia do poder individual, mediante o qual os produtos da atividade humana aparecem como mágicas, pois se apresentam independentes das relações sociais.

Outro ponto abordado por Machado (1998) acontece na gestão do trabalho nas empresas, compreendendo a importância que se tem dado a atributos comportamentais e habilidades práticas em detrimento dos saberes teóricos.

Sobre isso, nos diz a autora (1998, p. 28, grifo da autora),

As pesquisas sobre a questão indicam uma perda de ênfase nos saberes disciplinares (conteúdos teóricos especializados) *em* favor de atributos relacionais e comportamentais (valores, motivações e disposições subjetivas) e de habilidades práticas, que demonstrem capacidades efetivas reais (agilidade, presteza e eficácia na resolução de problemas cotidianos).

Conforme a autora, o elenco dos atributos comportamentais solicitados pelas empresas é composto, sobretudo, por características como autocontrole, responsabilidade, disposição para o trabalho, iniciativa e colaboração. Já atributos como curiosidade intelectual e espírito crítico não compõem essa relação. Nesse mesmo viés a autora destaca a ênfase na sugestão de procedimentos avaliativos que valorizem “o ‘saber-ser’ dos indivíduos, sua

subjetividade, a condição subjetiva que se expressa no seu ‘saber-relacionar’ e no seu ‘saber-fazer’” (MACHADO, 1998, p. 28), em detrimento do saber pensar e saber dizer.

Ainda conforme a autora, esta é uma visão pragmática e utilitarista de competência que acarreta prejuízo para os objetivos educacionais, visto que implica na adoção da “pedagogia da adaptação e do ajustamento à lógica mercantil, que vê o sujeito do trabalho como um simples valor de troca” (MACHADO, 1998, p. 29). Nesta perspectiva, a autora entende que a qualificação para o trabalho se torna um processo de sociabilizar para o capital, tornar os seres humanos coisas ou simples instrumentos objetivando a naturalização do sistema dominante como perpétuo.

Neste cenários os trabalhadores, conforme Machado (1998), são levados a considerar seus saberes como um patrimônio e como tal deve ser preservado e ampliado. Para tanto, utilizam como estratégia de reconhecimento do valor de seu trabalho o “desenvolvimento de suas habilidades, as oportunidades de aperfeiçoamento, a valorização de sua experiência, de sua instrução, de seu saber” (MACHADO, 1998, p. 28).

No entender de Ramos (2011, p. 52), a partir da implantação das novas tecnologias e dos sistemas de organização do trabalho,

a qualificação entrou em uma fase que sob alguns aspectos, é tomada como pressuposto da eficiência produtiva; por outros ela tende a ser abandonada como conceito organizador das relações de trabalho e de formação, dando lugar à noção de competência.

Nesse movimento, conforme a autora (2011, p. 52-53), alguns aspectos passam a ser valorizados em nome da eficiência produtiva: os conteúdos reais do trabalho, principalmente aqueles que transcendem ao prescrito e às qualidades dos indivíduos, expressas pelo conjunto de saberes e de saber-fazer realmente colocado em prática,

incluindo, para além das aquisições de formação, seus atributos pessoais, as potencialidades, os desejos, os valores.

Ramos (2002) defende a tese de um deslocamento conceitual entre o conceito de qualificação e a noção de competência. Conforme a autora, o conceito de qualificação ordenou historicamente as relações sociais de trabalho e educativas, todavia esse lugar tende a ser ocupado contemporaneamente pela noção de competência que, aos poucos, constitui-se como um conceito socialmente concreto. Trata-se de um movimento simultâneo no qual a noção de competência por um lado nega e por outro afirma algumas dimensões do conceito de qualificação. Não se trata apenas de uma atualização de conceitos, como defendem alguns, uma vez que para atualizar o significado não é necessário mudar o signo, prova disso são as diversas atualizações que o conceito de qualificação sofreu historicamente enquanto também se modificavam os processos de produção.

Também não é o caso de extinguir o conceito de qualificação, uma vez que no plano das relações sociais de produção não é possível abdicar plenamente dos registros conceituais científico-tecnológicos como critério para definir as atividades profissionais, bem como das negociações de caráter sócio-coletivo, ainda que atualmente predominem as negociações e contratos firmados diretamente entre trabalhador e a organização produtiva.

Por tudo isso, Ramos (2011) conclui que não se trata de substituir ou extinguir o conceito de qualificação, mas sim de deslocá-la para um plano secundário consolidando dessa forma a noção de competência como “categoria ordenadora da relação trabalho-educação no capitalismo tardio” (2011, p. 283).

Segundo Ramos (2011), o movimento no sentido de reafirmação acontece porque os novos processos de produção requerem do trabalhador não apenas a aplicação de seus

conhecimentos técnicos, mas, sobretudo, que suas qualidades subjetivas sejam mobilizadas na realização das atividades profissionais. Deste modo, a dimensão experimental da qualificação, a qual compreende a subjetividade do trabalhador, ganha mais relevância.

Considerando isso como competência, essa noção manifestaria adequadamente a dimensão experimental da qualificação uma vez que

seu significado psicológico chamaria a atenção para as capacidades cognitivas e sócio-afetivas também mobilizadas pelos trabalhadores na realização de suas atividades profissionais (RAMOS, 2011, p. 281).

Dessa forma, Ramos (2011) considera que o maior dano causado à dimensão conceitual da qualificação se refere à importância que os saberes tácitos e sociais adquirem perante os saberes formais, prejudicando uma característica das atividades profissionais: os registros de conceitos técnico-científicos.

Nesse movimento, os diplomas e títulos que são a formalização dos conceitos técnico-científicos, ainda que continuem a ter certa relevância na inserção profissional, perdem o caráter de assegurar permanência no mercado de trabalho. A partir disso, a permanência dependeria das competências adquiridas, validadas e constantemente atualizadas, que, por sua vez, garantiriam a empregabilidade.

Dessa forma, a noção de competência ganha força objetivando

a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviado o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos

profissionais em que figuram relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação da capacidade *real* do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível nacional e, também, em nível regional (como entre os países da União Europeia e do Mercosul) (RAMOS, 2011, p. 39, grifo da autora).

Dessa forma, se os títulos e diplomas continuassem como requisito para a objetivação da competência, poderíamos compreendê-la como uma mediadora na relação dialética entre as dimensões conceitual e experimental da qualificação. Todavia, a sobrevalorização da dimensão experimental da qualificação transforma a competência em requisito insubstituível para a execução da atividade. É dessa forma que a noção de competência enfraquece a dimensão conceitual da qualificação (RAMOS, 2011).

Na mesma medida, a noção de competência enfraquece a dimensão social da qualificação. A dimensão social pode ser entendida como o aspecto que torna a qualificação um elemento das relações sociais que compreendem o espaço entre os conteúdos das atividades e o reconhecimento social desta.

Conforme Ramos (2011, p. 282),

A conexão entre os títulos e diplomas e a inserção profissional tornava a qualificação um código de comunicação entre categorias profissionais e empregadores. Com base nesse código construía-se normas e regras de acesso e permanência no emprego, carreira e remuneração.

Mediante a crise do emprego e da valorização de potencialidades individuais, essa relação se enfraquece e esse código passa a ser a competência.

Com isto, as negociações e os contratos que se baseavam em normas e regras pactuadas e aplicadas coletivamente, passam a se processar com base e normas e regras que, mesmo pactuadas coletivamente, aplicam-se individualmente (RAMOS, 2011, p. 282-283).

Segundo Ramos (2011, p. 62), vivencia-se atualmente o questionamento das dimensões supracitadas porque as características dessas dimensões são vistas como inapropriadas para o panorama atual de instabilidade de ofertas de emprego e de gestão flexível das organizações. A dimensão conceitual, que envolve a formação teórica e sua validação por diplomas, é questionada uma vez que “a relação formação-emprego é tensionada pela distância entre objetivos econômicos e recursos promovidos pela experiência educativa”.

Por outro lado, a dimensão social da qualificação é questionada devido à perda de legitimidade dos parâmetros que antes regulavam o mercado de trabalho, como é o caso dos códigos de classificação de carreira, salário e exercício profissional com base nos diplomas e especialização comprovada e validada. Contrariamente, a competência é tida como

um bem privado que se deve permutar no mercado ativo e bem informado. Assim, os modos de negociação, paritárias, nacionais e classistas, sobre os quais repousava a qualificação, perdem a importância (RAMOS, 2011, p. 63).

Para a autora, todas essas questões estão permeadas pela nova direção que toma o Estado no que tange à sua função. A partir do momento que o Estado deixa de controlar a negociação entre oferta e demanda de empregos, esse espaço passa a ser ocupado pelas

negociações por ramos profissionais, os acordos por competências na empresa, as novas formas

de certificação, acompanhadas da validação das aquisições profissionais (RAMOS, 2011, p. 65).

Nesse sentido, as regulações tenderam a não mais se dar sob a proteção do Estado, mas sim entre parceiros sociais ou ainda entre indivíduos (RAMOS, 2001).

Paralelo ao deslocamento divergente, caracterizado pelo enfraquecimento das dimensões conceitual e social, Ramos (2011) aponta o deslocamento convergente da noção de qualificação para competência, na qual se fortalece a dimensão experimental da qualificação.

Conforme a autora (2011, p. 66),

Para Schwartz (1990) a competência explica a nova articulação entre a dimensão experimental e a dimensão conceitual dos saberes necessários à ação. Com a competência, tomam lugar o saber-fazer proveniente da experiência, os registros provenientes da história individual ou coletiva dos trabalhadores, ao lado dos saberes mais teóricos tradicionalmente valorizados na lógica da qualificação. Enfim, fundamentada sobre a valorização da implicação subjetiva no conhecimento, ela desloca a atenção para a atitude, o comportamento e os saberes tácitos dos trabalhadores.

Conforme Ramos (2011), a dimensão experimental diz respeito ao conteúdo do trabalho e é entendida como requisito para a eficiência na produção. Nesse viés, os saberes tácitos são mais valorizados por serem considerados resistentes à automação e, portanto, imprescindíveis para a supervisão das máquinas.

Concomitantemente à ideia de qualificação social, se sobrepõe a ideia de qualificação técnica conforme ganha valor requisitos como responsabilidade, abstração e interdependência, elementos estes que ajudam a compor os

chamados saberes sociais ou saber-ser. [Os saberes sociais são mais valorizados que os saberes técnicos, pois recorrem a] aspectos de personalidade e aos atributos do trabalhador. Por exemplo, destaca-se a responsabilidade devida à necessidade de um grau mais elevado de vigilância ao processo de trabalho, a capacidade de abstração, pela importância de se prefigurar possíveis eventos; as capacidades comunicacionais, de liderança, de trabalhar em equipe, associadas à interdependência dos postos de trabalho que parece constituir um corolário da automação (RAMOS, 2011, p. 54).

Nesse viés, o surgimento da noção de competência deve-se às novas concepções de trabalho baseadas na flexibilidade e na reconversão permanente, nas quais importam atributos como autonomia, responsabilidade, capacidade de comunicação e polivalência.

Nessa lógica, para que o trabalhador domine o processo de trabalho, ele precisa possuir qualificações tácitas implícitas e não formalizadas. Para Ramos (2011), esse enfoque afina-se com a interpretação de Zarifian (1999 apud RAMOS, 2011, p. 66-67), para o qual

“a competência”, pode ser sintetizada como a capacidade que os trabalhadores têm de enfrentar situações e acontecimentos próprios de um campo profissional com iniciativa e responsabilidade, guiados por uma inteligência prática do que está ocorrendo e coordenando-se com outros atores para mobilizar suas próprias capacidades.

Conforme Ramos, tem se tornado consensual a tese de que as novas tecnologias proporcionariam a valorização das qualificações tácitas e sociais dos trabalhadores, pois conteriam características novas que possibilitariam que os trabalhadores retomassem o controle do saber e da produção. Por isso, os

saberes sociais estariam sendo mais valorizados que os saberes técnicos.

Segundo a autora (RAMOS, 2011, p. 58),

A potência transformadora e criadora dos sujeitos tem sido requisitada como ponto chave nos processos produtivos, que se tornam mais fortemente dependentes da sensibilidade humana e da capacidade de avaliação e predição do trabalhador.

5.2 A SIGNIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISCURSO DO QUADRO "SALA DE EMPREGO"

No presente item, analisamos o entendimento e o uso do conceito de qualificação no quadro SE, tendo em vista que esse termo tem presença constante nesse discurso que enfatiza a qualificação como requisito primordial para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho.

Conforme a lógica exposta pelo programa, a falta de profissionais qualificados tem causado um grande prejuízo para as empresas que, apesar de dispostas a empregar, não encontram candidatos aptos a preencher minimamente os requisitos necessários para as vagas. Por esse motivo, o “investimento” em qualificação profissional por parte do trabalhador é apontado no enunciado do programa como uma demanda primordial e urgente. Esse “investimento”, conforme apregoa o discurso do quadro em questão, dependeria apenas da vontade dos indivíduos de acessar uma das muitas oportunidades de qualificação ofertadas no país.

No elenco das ofertas de formação indicadas pelo programa, destacam-se os cursos gratuitos e de curta duração oferecidos, sobretudo pelo Sistema S⁵¹. Tais cursos formam o

⁵¹Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria,

conjunto de programas que compõe as atuais políticas públicas de qualificação e inserção profissional para a juventude de baixa renda no Brasil, que tomaram corpo diante dos altos índices de desemprego constatados desde meados dos anos 1990.

Considerando que as atuais políticas de qualificação profissional para os jovens têm priorizado estes cursos de formação de curta duração oferecidos e executados em grande parte por meio de parcerias público/privadas, confirma-se a tendência própria das políticas neoliberais de terceira via, qual seja, transferir as demandas que outrora eram supridas pelo Estado para a esfera do público não estatal.

Conforme Ramos (2002), diversos países do mundo têm reformulado seus sistemas de educação profissional. Esse processo tem implicações tanto técnicas quanto políticas. As reformas associam-se ainda aos processos de globalização da economia e à crise do emprego, gerando a necessidade de criarem novos códigos que aproximem a educação às tendências produtivas.

Dessa forma, conforme Ramos (2002, p. 402),

Espera-se, por um lado, proporcionar aos jovens passagens menos traumáticas para o mundo do trabalho e, com os adultos, construir alternativas que supostamente minimizariam o risco da exclusão social. Nisso está a razão de a competência vir associada às noções de empregabilidade e de laborabilidade.

No Brasil, as reformulações no âmbito teórico e prático provenientes dessa tendência são implantadas de modo mais enfático na política de educação profissional a partir dos anos

pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do Sistema S: SENAI; SESC; SESI; SENAC. SENAR; SESCOOP e SEST. (BRASIL; SENADO FEDERAL).

de 1990 e são ordenadas juridicamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (RAMOS, 2002).

Conforme a autora (RAMOS, 2002, p. 403), ainda que as normas e padrões culturais e políticos que compõem essas transformações sejam uma tendência mundial, quando transpostas para a realidade brasileira podem gerar sérias implicações:

no âmbito das relações de trabalho, o enfraquecimento do conceito de qualificação pela competência pode levar à desfiliação dos trabalhadores do frágil sistema de regulações sociais deste país; no âmbito educacional, as apropriações apressadas e limitadas desta noção podem reduzir a educação profissional a práticas voltadas para formações restritas, num triste recuo a princípios educacionais considerados superados pelo debate educacional crítico das últimas décadas.

De acordo com Ramos (2002, p. 403), o modelo neoliberal consolidado no país a partir de 1990 considerou a educação profissional como

pedra de toque da agenda traçada para as reformas educacionais, argumentando-se sobre a necessidade de se modernizá-lo coerentemente com os avanços tecnológicos e de organização do trabalho.

Concomitantemente, organismos internacionais apontavam a ineficiência e ineficácia do ensino técnico no país, o qual mais custava do que trazia resultados. É nesse contexto que se inserem as reformas da educação profissional no Brasil implantadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, sendo a principal delas a separação entre o ensino médio e a educação profissional, imposta pelo Decreto nº 2.208/97, e a reformulação curricular, expressa nas Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação

Profissional de Nível Técnico, que aderiu à noção de competência como principal parâmetro (RAMOS, 2002).

De acordo com Rummert (2007), as atuais ações de governo para a EJA no Brasil são resultado dessa mudança e expressam o condicionamento destas com as políticas de ajustes e de estabilização macroeconômica vividas no país a partir da metade dos anos de 1990. Conforme a autora, entre 2003 e 2006, embora o número de ações governamentais para a EJA tenha aumentado sobremaneira em relação a outros governos, tais medidas priorizaram iniciativas focais contemplando pequenos grupos aos quais,

dadas às suas fragilidades como atores políticos, são oferecidas possibilidades de elevação de escolaridade com caráter precário e aligeirado, porém, anunciadas coo-portadoras potenciais de ilusão (RUMMERT, 2007, p. 62).

Para Rummert (2007), a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos exemplifica claramente a forma como essa educação se configura como uma educação de classe. Isso porque ela se destina, e isso fica claro nos documentos regulatórios, a oportunizar a elevação da escolaridade daqueles que tiveram seu direito à educação negado na idade considerada adequada.

Outro objetivo evidente seria a melhora dos índices educacionais do país por meio do aumento da certificação. De acordo com a autora, a prioridade centra-se no aumento do número de indivíduos certificados de conclusão do ensino médio, de participação na formação profissional, sobretudo, “a de caráter inicial, que não exige níveis de escolaridade mínimos, conforme previsto na legislação atual” (RUMMERT, 2007, p. 65) e em menor quantidade de término do ensino médio.

Dentre as iniciativas governamentais para EJA trabalhadores, Rummert (2007) destaca: Projeto Escola de Fábrica, PROJOVEM, PROEJA e Exame Nacional de

Certificações de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Tais programas ainda continuam funcionando, tendo sofrido algumas alterações em sua organização e execução, mas mantendo os mesmos objetivos abordados anteriormente. Além disso, foram criados outros programas como, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513/2011, sob o objetivo principal de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Dentre as iniciativas do PRONATEC está a ampliação progressiva dos recursos governamentais repassados a instituições do Sistema S e escolas técnicas privadas para a criação de vagas destinadas a pessoas de baixa renda⁵², assim como o financiamento de cursos técnicos de formação inicial ou continuada para de formação inicial e continuada, executados pelo Sistema S.

Destacamos nesse sentido o repasse de recursos públicos para instituições privadas executoras dos cursos oferecidos: sabe-se que atualmente a maior parte dos recursos do programa tem sido destinada a estas instituições. De acordo com reportagem da revista *Valor Econômico S.A.* (2013), o maior ofertante das vagas do Pronatec é o SENAI, juntamente a outras entidades educacionais do Sistema S, como SENAC, SENAT e SENAR. Das 2,5 milhões de matrículas criadas em

⁵²Trata-se do acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem que objetiva: “ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores”. Assim como do FIES –Técnico e Empresa que objetiva “financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho” (MEC, 2012).

2011 e 2012, 1,309 milhão estão na conta das entidades empresariais, que recebem transferências para cada matrícula. Sabemos que essa prática legitima-se na ideia de que este setor teria mais experiência e competência para executar os cursos em relação ao setor estatal e ainda que está afinada aos pressupostos da Terceira Via no que tange a transferência de responsabilidades, que antes pertenciam ao Estado, para a sociedade civil.

É possível inferir, com base em Rummert (2007), que tais políticas são úteis para a perspectiva hegemônica, pois: em primeiro lugar, as forças dominantes, assim como a configuração atual da produção capitalista, não necessitam que toda a população tenha acesso à escolaridade e complete seus anos de escolaridade básica; em segundo, a hegemonia capitalista depende da perpetuação da ideia de que à educação corresponde o meio pelo qual se pode ingressar com sucesso na economia competitiva. Dessa forma, essas ofertas servem tanto para manter o consenso em torno dessa lógica como para convencer a população de que estão sendo ofertadas oportunidades efetivas de ascender individualmente por meio da educação (RUMMERT, 2007).

No discurso de SE, esses cursos são exaustivamente anunciados como ótimas oportunidades para a qualificação inicial e continuada dos trabalhadores. Nem sempre o programa deixa claro quem são os responsáveis pelo curso, ao anunciar apenas as vagas e a cidade onde o curso esta sendo ofertado. Todavia, nas vezes que aponta os responsáveis, são na grande maioria as instituições do Sistema S.

A/SE – [...] E o que não falta no Brasil são cursos de qualificação. E você sabia que o SENAI e o SENAC têm várias opções gratuitas?

A/SE – [...] De janeiro a abril foram abertos 369 cursos de graça, em todo o Brasil, com mais de 200 mil inscritos (SE, 25/06/2013).

A/JH – O tema de hoje são os cursos que qualificam trabalhadores e o melhor: tudo de graça. Que bom, hein?

A/SE - [...] É de graça e com muita vaga aberta em todas as áreas e não tem só pra quem é desempregado, não. Tem curso pra quem quer desenvolver a carreira e também para quem quer abrir um negócio. A gente começa falando dos cursos do SENAC. São 600 mil vagas em 225 cursos pelo Brasil (SE, 25/06/2013).

R– O jovem ou o adolescente deve procurar o SESI, o SENAC ou uma ONG conveniada ao programa, como esta onde estamos. Aqui os espaços funcionam como uma empresa de verdade [...] (SE, 20/08/2012).

R – Quem quer aproveitar as férias para estudar não faltam oportunidades. Só aqui no estado de São Paulo o SENAC vai oferecer 20 mil vagas em 340 cursos de capacitação e também de aperfeiçoamento [...] (SE, 03/12/2012).

R– As matrículas dos cursos do SENAI estão em alta em todo o país devido à demanda do mercado por profissionais qualificados [...] (SE, 03/12/2012).

R– Mas nem todas as empresas conseguem treinar os próprios funcionários. Por isso, quem está à procura de uma vaga deve se qualificar. O SENAC oferece cursos de graça [...] (SE, 24/09/2012).

As outras instituições apontadas são ONG, sindicatos, as próprias empresas, universidades ou órgãos do governo como, por exemplo, os Centros de Apoio ao Trabalhador ou SINE. O fato de alguns cursos serem de curtíssima duração não

é apontado como uma desvantagem, muito pelo contrário: o discurso parece enfatizar e valorizar essa característica.

J III – Aí a gente deu o exemplo do SENAC e do SENAI, mas também têm muitas ONGs e universidades que nessa época, principalmente as públicas, oferecem alguns cursos, mas também têm as universidades particulares que são cursos caros, mas que nessa época passam a ser gratuitos. O senhor também recomenda esses cursos? (SE, 03/12/2012).

A/SE – Olha, as inscrições já começaram. São cursos profissionalizantes de curta duração. A maioria 60 dias. Mas dá tempo para aprender uma nova profissão. Eles também são feitos por muita gente que quer se atualizar na atual profissão e também para quem quer mudar de área, ou quer se informar um pouco mais sobre o mercado de trabalho. Olha, são cursos bons e de graça, o que é melhor. A gente começa falando de cursos em várias áreas e distintas. O SENAC está com as inscrições abertas para gastronomia, administração e negócios, tecnologia da informação e até jardinagem (SE, 03/12/2012).

C – Se nós falarmos do comércio, é interessante que essa pessoa faça um curso de atendimento ao cliente, que está disponível no SENAI e em entidades não governamentais, bem como políticas do governo com cursos específicos. Sindicatos, associação comercial. E são cursos rápidos, cursos gratuitos com aproximadamente oito horas de curso. Eu acho que vale a pena esse investimento para que a pessoa consiga realmente uma boa posição (SE, 24/09/2012).

C – É, normalmente são cursos em média voltados para o mercado de trabalho. São cursos de 160 horas, um mínimo de 160 horas e esses cursos são aprovados pelo MEC, que é o principal. Então é ministrado pelo Sistema S,

pelo Instituto Federal e por outras instituições conveniadas junto ao MEC. Então esses cursos são sim de curta duração, mas são focados para que o trabalhador seja inserido o mais breve possível no mercado de trabalho (SE, 21/01/2013).

A formação aligeirada é uma tendência nesses programas. No caso do PRONATEC, por exemplo, os cursos dividem-se em duas categorias: uma é a Formação Inicial e Continuada (FIC), para jovens e trabalhadores, com duração mínima de 160 horas. Atualmente são 644 opções de cursos nessa categoria (MEC, 2013); a outra corresponde aos Cursos Técnicos (CNCT), destinados a estudantes do ensino médio. A última versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos disponibilizado no site oficial do programa data do ano de 2012 e conta com uma relação que contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos (MEC, 2012). O número de cursos de curta duração da FIC é, portanto, quase três vezes maior do que a quantidade de cursos de nível técnico.

De acordo com dados da revista Valor Econômico S.A. (2013),

Cerca de 70% das matrículas do PRONATEC são de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas e baixa exigência de escolaridade. O restante das vagas é dos programas com carga horária mínima de 800 horas, sendo residuais as inscrições em cursos técnicos integrados ao ensino médio, cuja carga horária supera 2 mil horas - três a quatro anos de duração (VALOR ECONÔMICO S.A., 2013).

A grande quantidade de cursos de curta duração que compõe os programas governamentais suscita a dúvida sobre o tipo de formação que está sendo oferecida para esse público em tão diminuta carga horária. Como se observa, o público-alvo

dos cursos de curta duração é de jovens e trabalhadores pouco escolarizados, uma vez que para cursar o nível técnico é preciso estar cursando ou concluído o ensino médio. Depreende-se disso que a formação oferecida para esse público aproxima-se mais de uma estratégia de manutenção do consenso em torno da ideologia dominante do que de fato de uma educação que vise superar as contradições até aqui apontadas. Ao contrário do que diz o discurso do quadro SE, de que todo curso é válido não só para quem já está trabalhando como para quem busca uma formação inicial.

A/JH – [...] Estou trabalhando já e vou fazer esse curso rápido. As empresas valorizam o profissional que faz esse curso rápido? (SE, 03/12/2012).

C – Toda empresa valoriza o profissional que quer se atualizar. Portanto, é fundamental que esse trabalhador, seja no período de férias ou não, ou mesmo eventualmente num horário sobressalente ao de trabalho, que ele possa se aperfeiçoar. As empresas valorizam e cada vez mais precisa de trabalhadores com esse tipo de perfil (SE, 03/12/2012).

Além dos cursos, o quadro também aponta as experiências profissionais como uma forma do trabalhador se qualificar. Conforme Rummert (2007), na perspectiva em voga, o trabalhador adquire ou renova suas competências tanto por meio da educação profissional continuada quanto por meio de suas experiências profissionais. Conforme Ramos (2011), a diversificação das experiências profissionais, ou seja, as trocas de emprego são defendidas como meio de obter e renovar competências. Em outras palavras, “a mudança de emprego passa a ser uma contramedida ao desgaste da competência profissional dos indivíduos” (RAMOS, 2011, p. 282).

Identificamos essa lógica presente no quadro SE na medida em que reforça a aprendizagem adquirida pelo trabalhador como um vantagem, um benefício a mais que a

empresa oferece. Nesse sentido, é um dos requisitos para avaliar o potencial de aprendizado que aquela vaga proporciona, não somente a remuneração e as condições de trabalho. Essa fala de um convidado tratando dos benefícios que uma empresa pode oferecer é ilustrativa nesse sentido:

C – [...] Hoje os jovens tendem a procurar as empresas onde percebem que estão aprendendo. Onde percebem que o seu caminho profissional está se desenvolvendo (SE, 22/04/2012).

Ainda dentro da mesma lógica, as demissões e os períodos em que o trabalhador fica desempregado são tratados como oportunidades para que este se atualize e vá em busca de novos “desafios”, novos empregos que possibilitem aprender coisas novas. Ao tratar da questão da demissão, o programa aconselha o trabalhador a não considerá-la como uma coisa negativa, mas sim um processo de mudança, de novas possibilidades e oportunidades. Aponta ainda a existência de programas empresariais que oferecem suporte para o trabalhador que será demitido e que funcionam como “[...] uma espécie de assessoria psicológica que cria facilidades para o trabalhador” (SE, 10/12/2012).

Ou ainda

Trabalhar o emocional do funcionário; mostrar a ele que a saída de um emprego não significa o fim da carreira; estimular o empregado a refazer os contatos profissionais (SE, 10/12/2012).

Quanto à postura do funcionário, além de considerar a saída do emprego como uma oportunidade, conforme dissemos anteriormente, ele deve se comportar de forma otimista de modo a demonstrar para os próximos empregadores que ele está de fato aberto a mudanças e novos aprendizados.

R I – Nunca diga “Estou desempregado”. Diga e pense “Estou disponível. Em busca de novas oportunidades”. Essa mudança de postura pode

ajudar na busca por uma vaga [...] (SE, 10/12/2012).

C – [...] É importante que diga como foi dado na reportagem algumas questões como: “É um novo desafio pra mim. Estou me reciclando. Quero me testar mais”. Essa frase, por exemplo, pode ajudar muito (SE, 10/12/2012)

Conforme a perspectiva de Ramos (2011) esboçada anteriormente, no contexto de mudanças decorrentes do atual modelo de produção, a qualificação tem sofrido um enfraquecimento das dimensões conceitual e social em detrimento de uma ascensão da dimensão experimental. O que significa dizer uma ênfase maior nos saberes tácitos e aspectos comportamentais em detrimento dos saberes sociais anteriormente atestados pelos diplomas. A competência, nesse sentido, representa muito bem a dimensão experimental da qualificação, uma vez que expressaria os atributos subjetivos mobilizados no trabalho, sob a forma de capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras. A posse dos saberes tácitos é valorizada na medida em que possibilitaria a antecipação e resolução de problemas, objetivando sempre mais produtividade com qualidade.

Embora no discurso do programa o termo “competência” tenha sido usado muito poucas vezes, fica evidente a ênfase nos saberes tácitos e aspectos comportamentais do trabalhador desejado pelo mercado de trabalho no perfil elaborado pelo quadro SE. No que tange aos saberes tácitos, a grande questão de fato é a aplicação deles na resolução de eventuais problemas no trabalho, sobretudo na maquinaria. Todavia não é suficiente saber resolver o problema, exige-se mais que isso: é preciso antever o problema e criar estratégias para evitá-lo.

Vejamos:

A/SE – O comum. O que elas mais querem, o que elas pedem que vocês observem? O que esses candidatos têm que ter?

Convidada – Bom, eles tem que ter uma proatividade, têm que ter uma iniciativa e uma boa apresentação no momento dessa entrevista (SE, 25/06/2012).

R– Quer dizer que não basta só aprender a usar uma máquina pesada, é preciso conhecer essa máquina?

Entrevistado I – Também tem que conhecer a máquina que é para diagnosticar...

Repórter II – Qualquer problema, evitar acidentes...

Entrevistado I – Exatamente. E toda a parte técnica da máquina (SE, 16/07/2012).

A/SE – [...] Quer dizer a gente já viu que vaga tem, mas o que fazer para conquistar uma dessas vagas?

R – [...] Não basta ter formação técnica, básica, tem que atender às necessidades de um mercado cada vez mais exigente.

E – O mercado exige múltiplas competências. Não é só o inglês falado, o inglês escrito também. É necessário ter proatividade, não reatividade, assertividade, capacidade de transitar em ambientes multiculturais, enfim, não é só a expertise técnica.

R – Exige domínio de tecnologia também, né?

E– Domínio de tecnologia e atualização constante nesses conhecimentos

A/SE – [...] A pessoa precisa ter proatividade. Explica pra quem esta assistindo a gente o que significa um funcionário nessa área proativo.

E– Proativo é você antecipar problemas e criar soluções para que esses problemas não aconteçam. É diferente de ser um funcionário reativo, que só vai tomar uma atitude diante de um problema que aconteceu (SE, 16/07/2012).

Uma questão que se destaca no discurso do quadro analisado, para além da ênfase nos saberes tácitos e requisitos comportamentais, é a necessidade que o trabalhador tenha o conhecimento técnico necessário para lidar com as novas tecnologias. Dessa forma, as empresas estariam tendo dificuldade para contratar, pois faltam candidatos qualificados o suficiente para operar a tecnologia.

Conforme Ferretti (1997, p. 226-227), algumas perspectivas evidenciam a relação entre tecnologia e qualificação tornando frequente

[...] o estabelecimento de relações causais, na maior parte das vezes de forma direta e linear, entre progresso técnico (expresso sob a forma de inovações tecnológicas), mudança nos conteúdos e processos de trabalho e qualificação profissional. [...] Em consequência, disseminou-se a concepção de que são as “novas tecnologias” (na maior parte das vezes identificadas como sendo as de base física) que determinam as novas demandas por qualificação. Ainda que tais tecnologias exijam outros requisitos dos trabalhadores, a relação linear anteriormente referida não dá conta de toda a realidade, embora seja parte dela.

Conforme mencionamos, essa perspectiva fundamenta-se na lógica de que a automatização de base microeletrônica introduzida no processo produtivo estaria “requalificando” ou “reprofissionalizando” os trabalhadores e ainda diminuindo as

diferenças na divisão social do trabalho, ou seja, entre os que pensam e os que executam, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Sobre essa questão, os argumentos do programa SE reforçam essa lógica na medida em que não consideram que atualmente, mesmo com a introdução de novas tecnologias, muitos postos de trabalho ainda mantem práticas próprias do modelo taylorista/fordista, como, por exemplo, a linha de montagem.

R – E para se trabalhar em uma empresa como esta também é preciso estar muito bem qualificado. Afinal, esses funcionários trabalham com máquinas de última geração. A gente está em uma empresa aqui, por exemplo, que produz computadores, produz monitores e também *tablets*, que é essa linha de montagem que vocês estão vendo agora (SE, 12/11/2012).

C - É uma tendência por causa da necessidade, como eu disse 69% das empresas estão desesperadas procurando mão de obra qualificada, então às vezes no primeiro semestre, no primeiro mês de escola técnica já tem um monte de gente procurando as pessoas [...] (SE, 13/08/2012).

Não queremos questionar com isso o quanto de preparo técnico um trabalhador precisa para trabalhar com a montagem de um *tablet*, por exemplo, mas sim evidenciar que esse tipo de argumento desconsidera o fato de que muitos trabalhadores, embora trabalhem com máquinas altamente modernas, apenas executam funções repetitivas, nas quais predomina o trabalho manual, o trabalho simples, enquanto uma minoria de fato exerce trabalho predominantemente intelectual ao produzir essas novas tecnologias.

Ainda sobre a questão da proeminência que toma a dimensão experimental da qualificação em detrimento da dimensão conceitual e social, é possível dizer que ainda que os

diplomas e títulos (formalização dos conceitos técnico-científicos) não garantam mais permanência no mercado de trabalho, que passa a depender da aquisição e renovação das competências, eles continuam a ter certa relevância na inserção profissional. Contudo, ainda que os diplomas tenham perdido espaço, não é possível prescindir por completo de sua função.

No entender de Ramos (2002, p. 405-406),

A marca cartorial observada na relação entre educação, emprego e prestígio social, no Brasil, herança da cultura escravocrata e oligárquica, construiu um arco de proteção aos diplomas e títulos profissionais, de modo que a dimensão conceitual da qualificação parece pouco ameaçada pela noção de competência. Ao contrário, a tendência é que as ocupações não-técnicas também exijam credenciais, tais como os certificados de qualificação profissional conferidos por cursos de nível básico, a serem utilizados socialmente como mecanismos de seletividade ocupacional, no contexto de desemprego crescente.

Programas como o ENCCEJA, que já citamos anteriormente, evidenciam essa afirmação da autora. A própria descrição do programa feita pelo MEC esclarece que o exame serve para “diagnosticar” e “certificar” as

competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros (MEC, 2013).

Conforme o discurso do programa, o diploma continua sendo uma exigência do mercado de trabalho, como no caso a seguir:

N – [Nome] virou mecânico ainda na adolescência. [Nome] sempre trabalhou com conserto de equipamentos eletrônicos. O

conhecimento foi adquirido com a prática sem nenhum diploma, mas o mercado exigiu e eles foram atrás de uma certificação reconhecida pelo Ministério da Educação (SE, 08/03/2013).

No discurso do programa SE, é possível observarmos que o diploma tem servido também como mais um requisito para a empregabilidade dos trabalhadores, ou seja, mais um trunfo na batalha por uma vaga. Dessa forma, os trabalhadores são aconselhados a frequentar todos os tipos de cursos, palestras e outros espaços que forneçam um certificado.

A/SE – [Nome da convidada] palestras gratuitas também são valorizadas no currículo?

C – Sim, bastante. Todas as palestras são valorizadas. E quanto mais informação essa pessoa tiver é melhor, tanto pro curso *on-line* como as palestras. No INPG nós desenvolvemos muitas palestras gratuitas pelo Brasil todo. E é muito interessante porque ela serve também como currículo e essa pessoa tem mais contato com a própria formação que nós oferecemos, tanto do MBA quanto da pós-graduação. Então, é muito válido e aproveitamos muito dessa possibilidade de ensinar (SE, 27/08/2012).

A/JH– Agora [convidado], eu fiz o curso, fiz durante as férias, meu chefe nem viu que eu fiz esse curso. Como eu faço pra essa informação chegar até a empresa onde eu trabalho pra eles saberem que eu fiz um novo curso?

C – É fundamental que esse trabalhador, assim que ele volte de férias, que ele tiver esse certificado de conclusão, comunique ao chefe e depois leve esse certificado de conclusão para o registro no departamento de recursos humanos na empresa onde ele trabalha (SE, 03/12/2012).

Outra questão importante identificada no discurso do programa SE e que compõe esse discurso em torno da busca pela “empregabilidade” sugerida pelo programa SE, ou seja, o incentivo para que o trabalhador busque tornar-se desejável, empregável tanto via experiências profissionais, via certificação, etc. refere-se à perda da “dimensão ético-política da profissão” (RAMOS, 2011).

Conforme a autora (RAMOS, 2011, p. 284),

No marco da competência, reconfigura-se a dimensão ético-política da profissão, mediante a ascendência da dimensão sociológica. Sob as novas relações de produção haverá, então, a tendência de se configurar uma profissionalidade de tipo liberal. Esta se baseia no princípio da adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo tardio. A construção da identidade profissional torna-se produto das estratégias individuais que se desenvolvem em resposta aos desafios externos. Funda-se um novo profissionalismo: estar preparado para a mobilidade permanente entre diferentes empresas para o subemprego ou para o trabalho autônomo. Em outras palavras, o novo profissionalismo é o desenvolvimento da empregabilidade.

Para Ramos (2011), a categoria que melhor traduz a síntese entre as categorias conceitual e social da qualificação é o conceito de *profissão*, porque ele resume os saberes necessários para exercer uma atividade e a forma de reconhecimento desta implicando nos critérios de classificação e remuneração. O processo de converter uma ocupação em profissão é histórico e variável conforme a sociedade.

Nas palavras de Ramos (2011, p. 51):

O que os sociólogos chamam de profissionalização consiste precisamente no processo pelo qual ocupações adquirem *status* de profissão, devendo-se esclarecer o caráter

historicamente contingente desse processo e suas formas e variações em diferentes sociedades. A organização das profissões regulamentadas descansa em três pilares, cada qual com função diversa: as organizações para a fiscalização do exercício profissional; o sindicato para encaminhar reivindicações de natureza trabalhista; e a associação, para atender aos aspectos mais tipicamente normativos e associativos. Um dos mecanismos explícitos de delimitação do acesso ao mercado de prestação de serviços profissionais é o credenciamento educacional, isto é, a posse do certificado ou diploma.

Destacamos nesse sentido o uso do termo ocupações no discurso do programa no sentido de delimitar a diferença entre ocupação e profissão. Essa distinção é mostrada como importante, pois, de acordo com esse discurso, um profissional pode ser formado em uma profissão, mas exercer diferentes ocupações dentro desta profissão.

Nesse sentido, destacamos os seguintes diálogos:

E – O profissional do futuro ele tem que saber realizar interfaces, interações com vários outros campos do conhecimento. Então tem que ser um funcionário com muita imaginação, com muita criatividade.

J – E é sobre criatividade e escolha profissional que a gente conversa agora com o especialista em ensino superior e também em mercado de trabalho, [nome do convidado]. Professor, qual a diferença entre profissão e ocupação?

C – [...] De uma forma bem simples profissão é aquilo que está escrito no seu diploma, por exemplo, esse pessoal aí que está estudando medicina vai sair lá com um diploma de médico. Agora esse médico poderá exercer a sua profissão e se tornar realmente um médico

ou ele poderá virar, por exemplo, um administrador hospitalar e cuidar das contas do hospital. Ou poderá se ele quiser exercer carreira diplomática. Essa aliás é uma das carreiras totalmente abertas aqui no Brasil. Vale qualquer diploma, é assim como na Receita Federal, é assim como no Tesouro Nacional, no Banco Central, vale qualquer diploma. Então, a pessoa pode saber que muitas vezes ela para em uma ocupação típica ou atípica da profissão. Eu já tive várias ocupações, nem me lembro de quais, pois são tantas.

Essa perspectiva coaduna-se com a lógica de constante qualificação e requalificação para a empregabilidade, uma vez que passa a ideia de que não importa a profissão, mas sim as funções que o trabalhador estaria preparado para exercer. Nesse sentido, importa estar sempre agregando novos saberes, sobretudo comportamentais, e manter-se preparado/qualificado para quando surgir uma oportunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a sociedade vem testemunhando significativas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto no âmbito subjetivo. A crise experimentada pelo capital (assim como sua reação) expressa pelo neoliberalismo, terceira via e pela reestruturação produtiva no modelo da acumulação flexível tem ocasionado, entre outras consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas, destacamos o desemprego estrutural, a crescente precarização das condições e relações de trabalho e a acentuada degradação do meio ambiente, guiadas pela lógica social que prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital em detrimento do bem-estar dos indivíduos.

No modo de produção capitalista, a classe dominante ao mesmo tempo em que domina no plano econômico, apropriando-se dos meios de produção, também estende sua dominação para o plano cultural e ideológico. Dessa forma, essa classe tem conseguido manter o consenso em torno de sua ideologia ao contar com o poder de difusão ideológico localizado no terreno da sociedade civil, denominado por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia. Por meio desses aparelhos (escola, igreja, meios de comunicação de massa etc.) efetivam-se as relações de hegemonia, que também são relações pedagógicas.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, a hegemonia da classe dominante tem se mantido por meio do consenso em torno da ideia de que está posta a necessidade de um novo perfil de trabalhador que corresponda às demandas da sociedade globalizada, e ainda, que o desemprego, sobretudo entre os jovens, deve-se à falta de qualificação destes, principalmente para operar as novas tecnologias inseridas no âmbito da produção e ainda para acompanhar o ritmo acelerado

de transformações e inovações do mercado. Essa noção tem servido para legitimar um discurso que delega aos próprios indivíduos a responsabilidade de se manterem empregáveis, ou seja, adquirirem um conjunto de competências, habilidades e comportamentos que o tornem empregáveis, o que significa se manterem de uma forma que interesse ao empregador explorar a sua força de trabalho. Dentro dessa lógica, tomam corpo as noções de competência, empregabilidade e empreendedorismo.

A partir dessas questões, consideramos a importância de avaliar como está ocorrendo a consolidação do consenso em torno da ideia de que a qualificação e o empreendedorismo seriam a forma mais eficaz de combate ao desemprego. Levando em conta o poder de difusão que a mídia televisiva tem na sociedade, mantendo-se como o meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros, mesmo depois do advento da internet, consideramos a importância de aprofundar as análises quanto ao papel que esse meio de comunicação tem exercido nesse contexto. Todavia levamos em conta a necessidade de fazer um recorte dentro desse espaço, uma vez que a mídia televisiva é um campo amplo e dinâmico e, portanto, dificilmente passível de generalização. Dessa forma, delimitamos nossa empiria ao estabelecermos como objeto de pesquisa o discurso do quadro SE, exibido dentro da programação do telejornal *Jornal Hoje*, da Rede Globo de Televisão.

Convém ressaltarmos ainda que, embora tenhamos feito esse recorte, acreditamos que o discurso do quadro SE contribui no entendimento do discurso da mídia televisiva como um todo, pois possui os mesmos elementos dos outros discursos que compõem esse aparelho privado de hegemonia, uma vez que se alinham à função maior de propagar e manter o consenso em torno da ideologia hegemônica.

Diante do que expusemos, pretendíamos problematizar como se constrói e do que se constitui o discurso da mídia televisiva a respeito do mercado de trabalho para os jovens.

Para chegar a esse objetivo, julgamos necessário compreender de que forma as demandas do capital, em relação aos jovens trabalhadores, estão sendo sistematizadas dentro do quadro SE, analisando os pressupostos sobre os quais esse discurso está fundamentado, os conceitos de qualificação, empregabilidade, empreendedorismo, concepção de jovem trabalhador e mercado de trabalho que este discurso constrói e propaga.

O objetivo de compreender como as demandas do capital estão sendo sistematizadas pelo discurso do quadro demandou primeiramente uma análise das condições atuais do modelo de produção, que disponibilizamos no terceiro capítulo dessa dissertação. Posteriormente, perseguimos a contemplação desse objetivo nos demais capítulos, chegando à conclusão de que o programa se esforça para construir uma ideia de que no atual mercado de trabalho sobram boas oportunidades e faltam pessoas qualificadas para aproveitá-las, construindo dessa maneira uma ideia de que tudo está muito bem para quem se esforça e sabe aproveitar as oportunidades. Tal pressuposto é útil na medida em que conforma a classe trabalhadora, reforçando a coesão social que se configura como uma das principais demandas tanto do Estado Neoliberal quanto da Terceira Via.

A análise dos pressupostos que embasam o discurso do quadro SE está sistematizada, sobretudo, no terceiro capítulo, no qual tratamos da Teoria do Capital Humano e da Teoria do Capital Social. Todavia, as análises expostas nos capítulos seguintes também abarcam esse objetivo. Identificamos a presença significativa das premissas dessas teorias na composição do discurso, uma vez que se mantém a ideia de que o trabalhador possui um capital (força de trabalho), que deve ser qualificado como qualquer outro. Esse princípio continua presente no discurso do quadro SE e ajuda a embasar todos os outros argumentos em torno da empregabilidade, do empreendedorismo e da qualificação.

O conceito de empreendedorismo é amplamente abordado no quadro SE na medida em que é tido como uma das principais “oportunidades” para o trabalhador se realizar profissionalmente. O sonho empreendedor é enfatizado como uma opção extremamente viável no mercado atual devido a uma suposta condição favorável de que o país estaria vivendo no que se refere à abertura e ao êxito de pequenos empreendimentos. Articulado a ideia de empreendedorismo, o programa constrói um perfil de trabalhador no qual se destaca características como criatividade, dinamismo e coragem. Nesse sentido, os jovens são apontados como potenciais empreendedores, porque segundo esse discurso, o fato de ser jovem o torna naturalmente mais criativo, corajoso e destemido.

O conceito de empregabilidade permeia todo o discurso do programa na medida em que se constrói a ideia de que se tornar empregável é a solução para o desemprego. Nesse sentido, o discurso afirma que o mercado de trabalho atual oferece diversas oportunidades para o trabalhador construir sua empregabilidade, seja mediante oferta de trabalho temporário, trabalho voluntário, estágios ou programas de *trainee*. Assim, evidencia-se a ideia de que esses tipos de trabalho são uma oportunidade que o mercado oferece para que o trabalhador adquira a empregabilidade necessária para depois poder se inserir no mercado de trabalho em empregos estáveis. Dessa forma, transmite-se a ideia de que embora esses trabalhos não ofereçam as condições que o trabalhador deseja, são necessários, como uma espécie de ritual de passagem, para o emprego desejado.

O meio mais apontado pelo discurso do quadro SE para a construção da empregabilidade é a qualificação. O termo em si é exaustivamente repetido, mas conforme concluímos, seu conteúdo não corresponde ao sentido do conceito de qualificação originado no modelo de produção taylorista/fordista, compreendido como uma relação entre as

operações técnicas e a estimativa de seu valor social. No discurso do programa, concluímos que o verbete qualificação se aproxima da atual noção de competência. Nesta, a qualificação passa a ser vista, sobretudo, como um conjunto de saberes sociais que possibilitem o indivíduo transitar por diversos postos de trabalho, dada a instabilidade que se acentua como uma tendência no mercado de trabalho atual. Nesse viés, o surgimento da noção de competência deve-se às novas concepções de trabalho baseadas na flexibilidade e na reconversão permanente, nas quais importam atributos como autonomia, responsabilidade, capacidade de comunicação e polivalência.

Isso pode ser observado na íntima relação que esse discurso estabelece entre qualificação e cursos profissionalizantes, sobretudo, de curta duração, tanto para formação inicial quanto para formação continuada. Evidencia-se dessa forma a questão da necessidade de constante atualização, requerida pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade. Nesse sentido, uma vez que o trabalhador não pode mais contar com um emprego seguro, ele é aconselhado a investir mais na sua condição de adaptabilidade e empregabilidade. Enquanto isso, o trabalhador vai se ocupando com cursos e mais cursos enquanto espera uma oportunidade que pode nunca chegar.

Quando o programa aponta, vez que outra, para a formação acadêmica, ele o faz aconselhando o indivíduo a praticar concomitantemente outras atividades, como intercâmbio, programas de *trainee* etc., para agregar experiências no currículo. Desse modo, o discurso evidencia a questão da tendência de desvalorização dos diplomas, tendo em vista que mais do que os conhecimentos técnicos formalizados, típicos das formações acadêmicas, estariam valendo os conhecimentos tácitos explícitos que permitem ao trabalhador transitar por diversos setores da mesma empresa, antever e resolver todo tipo de problema. Assim como o fato de que

somente o diploma não garante mais uma vaga de emprego, é preciso que o trabalhador seja criativo, faça outras coisas que possam destacá-lo em relação aos demais, contribuindo no processo de responsabilização mencionado.

A principal dificuldade encontrada para a realização dessa pesquisa, conforme dito na introdução dessa dissertação, foi a falta de trabalhos semelhantes, que tenham como propósito fazer a análise articulada entre as categorias discurso da mídia televisiva, mercado de trabalho e jovens.

Nesse sentido, desejamos que esse trabalho contribua incentivando a produção de pesquisas nessa temática. Como pesquisas posteriores, sugerimos análises que tenham como objeto de estudo os próprios jovens, ou seja, a investigação de como esse discurso está chegando e sendo resignificado pelos jovens trabalhadores. Ou ainda de que modo esse discurso opera na forma de pensar dos jovens trabalhadores sobre o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRES (2013). Associação Brasileira de Estágios. Estatísticas. **Pesquisa revela quanto recebe um estagiário no Brasil.**

Disponível em: <<http://www.abres.org.br/v01/stats/>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2014.

ACCENTURE. **Home Institucional.** 2014. Disponível em: <<http://www.accenture.com/br-pt/Pages/index.aspx>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

ADORNO, Theodor W.; ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 337 p.

ALVES, Giovanni. A nova morfologia do trabalho no Brasil na década de 2000. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 155-177, jan./jun. 2011.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização do trabalho? In: BRAGA, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.).

Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2010.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

_____. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, v. 1, p. 1-158, 2012. Disponível em:

<http://www.nuso.org/upload/articulos/3859_1.pdf> Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

ANTUNES, Ricardo; ALVES; Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: 70, 1979. 225 p.

BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH 19**, Salvador, 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Estatuto da Juventude. Brasília: agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm> Acesso em: 03 de fevereiro de 2014.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

BRASIL; SENADO FEDERAL. **Sistema S**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 08 de agosto de 2014.

BRASIL; MEC. (Org.). **Pronatec**: objetivos e iniciativas. 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

_____. **Guia Pronatec de cursos FIC**. 2013. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/fic/apresentacao>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014a. 151 p. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>> Acesso em: 02 de janeiro de 2014.

CATHO. **Home Institucional**: sobre a Catho Online, 2014. Disponível em: <<http://www3.catho.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

COAN, Marival; SHIROMA, Eneida Otto. Educação para o empreendedorismo. In: MARILÉIA, Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda. **Jovens, trabalho e educação**: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1. 318 p.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. **Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil**. Curitiba: UFPR, 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2009.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011.

_____. A “legalização” da precarização, da flexibilização e da modernização do trabalho no Brasil: as 101 propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). In: **XXIX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia**, 2013, Santiago – Chile. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_DruckG.pdf> Acesso em: 07 de janeiro de 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. A dialética do discurso. **Revista Teias**. v. 11, n. 22, maio/ago. 2010, p. 225-234.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela; OLIVEIRA, Maria Teresa. A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2005. 223 p.

FEARING, Franklin. A comunicação humana. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e 'cultura de massa' nessa sociedade. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1971. 405 p.

FERRETTI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Educação & Sociedade**, ano 18, n. 59, ago. 1997, p. 225-269.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GAMBOA, Silvio. Reações ao giro linguístico: o resgate da ontologia ou do real, independente da consciência e da linguagem. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 15. ed. 2., 2007, Recife. **Anais...** CONICE, CONBRACE, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Monteiro; BOTTOMORE, T. B. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 454p.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 244 p.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 143 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João et. al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2001. 7. ed.

JOVENS DO BRASIL. **Jornal Hoje**. São Paulo, Rede Globo de Televisão, 16 de out. de 2012. Programas de TV.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia em Gramsci**.

Juiz de Fora: Gramsci e o Brasil. Disponível em:

<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=298>>

Acesso em: 02 de março de 2014.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A "feliz aliança" entre educação, desenvolvimento e mobilidade social: elementos para uma crítica à nova roupagem do capital humano.

Trabalho & Educação, v.12, n. 2, jul./dez. 2003.

LIMA, Kátia; MARTINS, André. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2010.

MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 3, p. 15-31, jan./jul. 1998.

MICHAELPAGE, **Home Institucional**. 2014. Disponível em: <<http://www.michaelpage.com.br/content.html?subsectionid=11463>>. Acesso em: 29 de maio de 2014.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.

MÉSZÁROS, István. Introdução à nova edição: outro mundo é possível e necessário. In: _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

McNALLY, David. Língua, história e luta de classe. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John. (Org). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTTA, Vânia. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov. 2008/fev.2009.

MOTTA, Vânia; OLIVEIRA, Ana Cristina. Novo-desenvolvimentismo, capital social e desigualdade social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 26, p. 15-30, dez. 2010.

_____. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

_____. Mudanças no pensamento sobre desenvolvimento: o novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Políticas Públicas São Luiz**, v. 16, n. 2, p. 389-399, jul./dez. 2012a.

NEVES, Maria Lúcia. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In:

_____. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NUBE (2008). Estagiário de ensino superior recebe R\$ 760,78 por mês, diz pesquisa. **Imprensa**. Notícias. 29 de abril de 2008. Disponível em:

<https://www.nube.com.br/imprensa/noticia?id_noticias=886#.VN5P5PnF--0>. Acesso em: 12 de novembro de 2014.

OIT (2006). **A OIT e a economia informal**. Lisboa: 2006.

Disponível em:

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

_____. (2012). **Tendencias Mundiales del Empleo 2012**:

Prevenir una crisis mayor del empleo. Disponível em:

<www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/resumoget2012_763.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

_____. (2013). **Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil**

2013: una eración em peligro. Disponível em:

<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212725.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

OLIVEIRA, Ramon. Empregabilidade e competência: conceitos novos sustentando velhos interesses. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 5, p. 50-63, jan./jun. 1999.

PORTAL GLOBO.COM. **História do Jornal Hoje**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2010/04/historia-do-jornal-hoje.html>>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2011. 4. ed. 320 p.

_____. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 401-422.

RODRIGUES, Marilda. **Educação ao longo da vida**: a eterna obsolescência humana. Florianópolis: UFSC, 2008. 182 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RUMMERT, Sônia. **Gramsci, trabalho e educação**: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. Lisboa: Educa; Unidade de I&D em Ciências da Educação, 2007. v. 1. 86 p.

RUMMERT, S. M. A modernização conservadora como marca da educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil. In: RUMMERT, S. M.; CANÁRIO, R.; FRIGOTTO, G. (Org.) **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal**. Niterói: UFF, 2009.

RUBERTI, Isabella. **Educação e telejornalismo**: Jornal Hoje e as notícias sobre qualificação para o trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 2010. 195 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SALA DE EMPREGO. **Jornal Hoje**. São Paulo, Rede Globo de Televisão, 19 de jan. de 2009. Programa de TV.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. 474 p.

SILVA, M. M. da. **Programa de trainee**: formação e identificação com a empresa diante do mercado de trabalho globalizado. São Paulo: PUC, 1998. Dissertação (Mestrado) –

Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Entre a desistência e a resistência: o lugar do trabalho para jovens egressos do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis. **33ª Reunião Anual da Anped**, GT9 Educação e Trabalho, 2010.

_____. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, jan./mar. 2010a.

SHIROMA, Eneida Oto. Da competitividade para a empregabilidade: razões para o deslocamento do discurso. In: FILHO, Domingos Leite Lima (Org.). **Educação Profissional: tendências e desafios**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 1998.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos de 1990. In: _____. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto. A dialética materialista e a prática social. Porto Alegre, Movimento, v. 12, n. 02, p. 121-142, maio/ago. 2006.

VALOR ECONÔMICO S.A. Brasil avança na educação técnica, mas foco é curso rápido. MÁXIMO, Luciano. Reportagem. São Paulo. **Revista Valor Econômico S.A.** 25 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2013/03/22/brasil-avanca-na-educacao-tecnica-mas-foco-e-curso-rapido>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. Cidade: Expressão Popular, 2005.

WOOD, Ellen. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen; FOSTER, John. (Org). **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 1 – Convidados do quadro “Sala de Emprego”

Representante da Associação Brasileira das Empresas de TI
Coordenadora de Estágios e Colocação Profissional da FVG - Fundação Getúlio Vargas
Consultor do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Representante do CAT - Centro de Apoio ao Trabalhador de São Paulo/SP
Consultor em Gestão de Pessoas
Consultora de Recursos Humanos do INPG - Faculdades Business School
Especialista em Orientação de Carreira
Especialista em Ensino Superior e em Mercado de Trabalho
Presidente da Associação das Empresas de Trabalho Temporário
Consultor de Carreira
Economista da Fundação Getúlio Vargas
Professor (coordenador de políticas públicas) do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa
Professor (coordenador de políticas públicas) do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa
Professor Coordenador da FIAP - Faculdade de Tecnologia
Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Trabalho Temporário
Consultor
Representante do Movimento Econômico e Tecnologia de São Paulo
Coordenador de Ensino Profissionalizante
Especialista em Negócios e Desenvolvimento Humano

Coordenador da CNC - Confederação Nacional de Comércio de Bens Serviços e Turismo
Gerente de Programa CAT – São Paulo
Gerente Executivo em Envolvimento Empresarial do IEL - Instituto Euvaldo Lodi
Especialista em Concursos Públicos
Pesquisadora da FGV - Fundação Getúlio Vargas
Especialista em Processos Seletivos
Especialista em Recrutamento e Seleção
Presidente SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Especialista em Recursos Humanos
Consultor de Carreira
Especialista em Recrutamento e Seleção
Especialista em Carreira
Especialista em Recursos Humanos
Gerente do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Produtor executivo de eventos
Pró-reitora de graduação PUC/SP
Diretor da Associação Brasileira das Empresas de TI

APÊNDICE B

Quadro 2 - Fontes dos indicadores utilizados no quadro "Sala de Emprego"

INSTITUIÇÃO
Associação Brasileira das Empresas de TI
SENAI
CATHO ONLINE ⁵³
IBGE
SINE
CAGED ⁵⁴ /MTE.
RAIS ⁵⁵ /CAGED/TEM
IBRAM ⁵⁶ /RHIO'S ⁵⁷
PETROBRAS
Organização Nacional da Indústria do Petróleo
Confederação Nacional das Indústrias
Centro Integração Empresa e Escola
MICHAEL PAGE ⁵⁸
Ministério do Turismo
Accenture ⁵⁹

⁵³Site brasileiro de cadastro de currículos e vagas de empregos. Propriedade da *Tiger Global Management*, empresa privada de gestão de investimentos, e *Seek Corporation*, maior classificado online de empregos da Austrália e Nova Zelândia (CATHO, 2014).

⁵⁴Cadastro Geral de Empregos e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego.

⁵⁵Relação Anual de Informações Sociais.

⁵⁶Instituto Brasileiro de Mineração.

⁵⁷Empresa privada de assessoria em recursos humanos.

⁵⁸O Michael Page é uma empresa de recrutamento especializado. A marca pertence ao PageGroup (MICHAEL PAGE, 2014).

⁵⁹Empresa global de consultoria de gestão, Tecnologia da Informação e outsourcing. É a maior empresa de consultoria do mundo, além de ser um *player global* no setor de consultoria de tecnologia (ACCENTURE, 2004).

USP/INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa
Confederação Nacional da Indústria
Empresas de Tecnologia
Associação Brasileira das Empresas de Trabalho Temporário
SERT ⁶⁰ /SP
SEBRAE
Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos
RAIS/MTE/Fundação Getúlio Vargas
Federação Nacional dos Engenheiros
ENDEAVOR ⁶¹
PAGE PERSONEL ⁶²
Datafolha
Associação Nacional do Transporte Carga e Logística
Fundação Getúlio Vargas e a Consultoria/PWC
Caderno Vozes da Nova Classe Média / Secretaria de Assuntos Estratégicos
Especialistas da Universidade de São Paulo
Confederação Nacional do Comércio e Serviço
IDC ⁶³

⁶⁰Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho.

⁶¹Organização de fomento ao empreendedorismo.

⁶²Empresa de recrutamento especializado. A marca pertence ao *Page Group*. (MICHAEL PAGE, 2014).

⁶³Empresa de inteligência de mercado e consultoria nas indústrias de Tecnologia da Informação.

APÊNDICE C

Quadro 3 - Reportagens selecionadas para análise

Ano 2012	Título da Reportagem	Duração
Data		
21/05	Setor de tecnologia oferece 115 mil vagas	8min53s
28/05	Saiba quais cursos de graduação estão em alta e os melhores salários no início da carreira	8min36s
04/06	Formação técnica ganha destaque entre os profissionais brasileiros	7min13s
11/06	Sala de emprego aborda primeiro emprego e recolocação após 50 anos	6min33s
18/06	Consultor do SEBRAE Gustavo Carrer orienta quem quer abrir um negócio próprio	7min15s
25/06	Sistema Nacional de Emprego oferece mais de 25 mil vagas em todo o Brasil	7min19s
02/07	Sala de emprego mostra os setores que mais geram oportunidades no país	5min04s
16/07	Setores de mineração e petróleo devem criar 400 mil vagas até 2015	8min14s
13/08	Mercado tem oportunidades mesmo para quem não tem ensino superior	8min
20/08	Mercado oferece oportunidades para jovens dividirem estudo com trabalho	7min44s
27/08	Cursos gratuitos em todo o país são opções para qualificação profissional	6min13s
03/09	Erros de português prejudicam candidatos na busca por emprego	5min46s

17/09	Escolha da carreira é o grande desafio de jovens que prestam vestibular	6min01s
24/09	Final de ano terá criação de 155 mil vagas para emprego temporário	4min45s
08/10	Cursos qualificam para vagas na indústria, comércio e turismo	4min51s
22/10	Graduações tecnológicas dão acesso rápido ao mercado de trabalho	6min13s
29/10	Novos empreendedores devem avaliar oportunidade de ter o próprio negócio	5min06s
05/11	Profissões das áreas de exatas e técnicas estão em alta no mercado	7min27s
12/11	Faltam mais de 50 mil profissionais de tecnologia em todo o país	6min01s
19/11	Comércio e indústria ainda têm 25,5 mil vagas temporárias para o Natal	6min56s
26/11	Apenas 29% dos candidatos se preparam para a seleção de emprego	6min28s
03/12	Cursos de curta duração qualificam profissionais durante as férias	8min42s
10/12	Cursos de recolocação ajudam os profissionais a voltar para o mercado	8min27s
14/01	Pesquisa aponta que serão criadas 33 mil vagas temporárias no verão	7min02s
21/01	Agências de emprego de todo o país têm vagas sobrando e pouca procura	7min25s
04/02	Empresas não encontram candidatos para preencher suas vagas de estágio	5min51s
18/02	Brasil tem quase 80 concursos públicos com inscrições abertas	7min55s
25/02	Cursos técnicos são cada vez mais procurados por jovens estudantes	6min21s
04/03	Empresas diversificam a maneira de entrevistar candidatos	6min32s
11/03	Falta de engenheiros faz com que	7min06s

	profissão esteja em alta no Brasil	
18/03	Número de empreendedores do país cresce mais de 40% nos últimos anos	7min20s
25/03	Benefícios complementam salário e estimulam produtividade dos profissionais	6min21s
01/04	Fluência em inglês ainda é barreira para muitos profissionais brasileiros	5min24s
08/04	Cursos qualificam profissionais de base para vagas disponíveis no mercado	6min23s
15/04	Grandes empresas estão com vagas abertas para estagiários e <i>trainees</i>	7min03s
22/04	Sala de Emprego mostra as dez áreas com escassez de profissionais	6min56s
29/04	Cresce em 36% o número de pequenos empreendedores no país	6min43s
06/05	Saúde e educação são as áreas que mais vão gerar vagas no Brasil	7min52s
13/05	Lei dos Empregados Domésticos leva mudanças para dentro das casas	8min37s
20/05	Extração de pré-sal e produção de navios geram vagas de emprego	7min35s
27/05	Empresas modernas têm mudanças no ambiente e nas rotinas de trabalho	6min28s